REVISTA NECAT

Jul-Dez/ 2026
ISSN 2317-8523

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

Edição especial: Planos de Governo para Santa Catarina 2027-2030



ANO 15, NÚMERO 30

Considerações gerais sobre a atual realidade socioeconômica de Santa Catarina | *Lauro Mattei* | **Fé no trabalho e pé na tábua** | *Coligação Fé no Trabalho e Pé na Tábua (PL, NOVO, PSDB, DC, Republicanos, Podemos, Cidadania, Avante)* | **Desenvolvimento, justiça territorial e qualidade de vida** | *Coligação Campo Democrático (PSB, PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, REDE)* | **Austeridade, responsabilidade, modernização e inclusão social** | *Coligação Santa Catarina Acima de Tudo (PSD, MDB, PP-UB)* | **Santa Catarina 2027-2030** | *Partido Missão* | **Santa Catarina em primeiro lugar** | *Partido Renovação Democrática (PRD)* | **Programa para Santa Catarina** | *Unidade Popular pelo Socioalismo (UP)* | **Programa para as eleições de 2026** | *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)* | **Programa de luta para as eleições de 2026** | *Partido da Causa Operária (PCO)*

Realização:

CSE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NECAT
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

Foto de capa por Ascom/ Henrique Almeida

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor
Prof. Lauro Mattei – UFSC.

Comitê Editorial
Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC).

Conselho Editorial
André de Avila Ramos (UFSC); André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Fernando Cézar de Macedo (Unicamp); Fernando A. M. Mattos (UFF); Ivo Marcos Theis (FURB); José Luis Oreiro (UnB); José Rubens Garlipp (UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont – EUA); Lauro Mattei (UFSC); Luiz Fernando Rodrigues de Paula (UFRJ); Maurício Amazonas (UnB); Milko Matijascic (IPEA); Nelson Delgado (UFRRJ); Paulo Sergio Fracalanza (Unicamp); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 15, nº 30, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2026.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: http://revistanecat.ufsc.br/

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL 1

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAL REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA
Lauro Mattei 3

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: FÉ NO TRABALHO E PÉ NA TÁBUA
Coligação *Fé no Trabalho e Pé na Tábua* (PL, NOVO, PSDB, DC, Republicanos, Podemos, Cidadania, Avante) 10

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: DESENVOLVIMENTO, JUSTIÇA TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA
Coligação *Campo Democrático* (PSB, PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, REDE)..... 18

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: AUSTERIDADE, RESPONSABILIDADE, MODERNIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
Coligação *Santa Catarina Acima de Tudo* (PSD, MDB, PP-UB)..... 87

PLANO DE GOVERNO DE SANTA CATARINA: 2027-2030
Partido Missão 109

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: SANTA CATARINA EM PRIMEIRO LUGAR
Partido Renovação Democrática (PRD) 124

PROGRAMA PARA SANTA CATARINA
Unidade Popular pelo Socialismo (UP) 136

PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA PARA AS ELEIÇÕES DE 2026
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) 157

PROGRAMA DE LUTA: ELEIÇÕES 2026
Partido da Causa Operária (PCO)..... 171

EDITORIAL

Em outubro de 2026 os catarinenses foram chamados às urnas novamente para escolherem o governante do estado para os próximos quatro anos. Ao longo do processo foram registradas oito candidaturas ao cargo máximo de governador do estado. Ressaltando a importância desse processo para o desenvolvimento catarinense, a Revista NECAT organizou uma edição especial como forma de documentar as diferentes propostas apresentadas pelas distintas coligações e forças políticas existentes no estado.

O primeiro artigo, de autoria de Lauro Mattei e intitulado "Considerações Gerais sobre a atual realidade socioeconômica de Santa Catarina", sistematiza os principais pontos que no entender do autor deveriam constar como partes integrantes dos planos de governo de cada candidato postulante ao cargo de governador do estado.

O segundo artigo, "Fé no trabalho e pé na tábua", representa o programa de governo do atual governador que concorre à reeleição pelo Partido Liberal (PL) coligado com mais sete partidos políticos, todos no campo da direita política catarinense.

O terceiro artigo, "Desenvolvimento, justiça territorial e qualidade de vida" diz respeito ao plano de governo da oposição liderada pelo candidato do PSB em coligação com mais seis partidos políticos que representam a centro-esquerda catarinense.

O quarto artigo "Austeridade, Responsabilidade, Modernização e Inclusão Social" é o programa de governo de outro segmento da direita catarinense representado pelo partido PSD em coligação com mais três partidos políticos da centro-direita.

O quinto artigo "Plano de Governo de Santa Catarina: 2027-2030" é o programa de governo do partido Missão, que é a célula política do MBL, agrupamento político da direita brasileira e catarinense.

O sexto artigo "Plano de Governo de 2027-2030: Santa Catarina em primeiro lugar" é o programa de governo do partido da renovação democrática, que também se situa no campo da centro-direita da política catarinense.

O sétimo artigo "Programa para Santa Catarina" é o programa de governo da UP, partido da esquerda catarinense.

O oitavo artigo "Programa do PSTU em Santa Catarina para as eleições de 2026" é o programa de governo do PSTU, partido da extrema esquerda catarinense.

O nono artigo "Programa de Luta: eleições de 2026" é o programa de governo do PCO, partido da extrema esquerda catarinense.

❖

Com essa publicação especial da Revista NECAT espera-se contribuir para que todos os catarinenses conheçam as propostas políticas que estiverem em debate no processo eleitoral e, mais ainda, que tenham elementos importantes para cobrar ações daqueles que foram eleitos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAL REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei[1]

INTRODUÇÃO

É muito comum nos períodos eleitorais dois comportamentos governamentais. Por um lado, um determinado grupo político que está no poder – e que pretende continuar a exercê-lo – autoproclamar suas realizações para popularizar a impressão de que sua gestão administrativa é a melhor de todos os tempos. Por outro, outros grupos que almejam chegar ao poder passam a questionar a gestão em curso, sobretudo em função da ausência de ações em áreas que eles entendem que deveriam ter sido priorizadas.

Esse cenário está em curso novamente nas eleições para o governo de Santa Catarina em 2026, uma vez que o governador atual, cuja popularidade advém muito mais dos milhões anuais de verbas públicas gastos com propaganda de suas realizações do que propriamente das ações efetivas. Em função de tal cenário pouco está sendo debatido sobre os reais problemas histórico-estruturais do estado. Afinal, para que discutir tais problemas se – nas próprias palavras do atual governador – sua reeleição já está garantida.

Uma particularidade no presente processo eleitoral tem ganhado destaque. Trata-se da incorporação – pelo atual mandatário catarinense e que almeja um segundo mandato – de uma práxis política extremamente grosseira e desrespeitosa com aqueles que não "rezam pela sua cartilha". Neste caso, as mídias não cooptadas dispõem de uma enorme quantidade de matérias que registraram esse comportamento atípico de um governante estadual.

Além disso, deve-se registrar a fala repetida de um preconceito do atual governador de Santa Catarina em relação aos povos de outras regiões menos desenvolvidas do país, uma vez que frequentemente tem defendido a separação dos estados do Sul das demais regiões do país sob o argumento de que "aqui se trabalha", como se nas demais regiões do país as pessoas não trabalhassem e fossem vagabundas. Soma-se a isso, demonstrações públicas de racismo quando em eventos públicos faz menção a cor da pele das pessoas como exemplo de superioridade social.

[1] Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC).

Nesta direção, ao longo dos últimos decênios tenho me dedicado a estudar e debater os principais problemas do estado catarinense que ainda carecem de uma solução mais efetiva. Para tanto, procurarei mencioná-los na sequência por entender que os mesmos têm tido pouco espaço nos pífios debates que ocorreram na sucessão estadual em 2026. Na sequência enumeraremos alguns desses problemas que, a nosso ver, precisariam uma maior atenção por parte dos governantes.

1. PRINCIPAIS GARGALOS ESTRUTURAIS DE SANTA CATARINA

Nesta seção vamos sistematizar alguns dos principais elementos estruturais que entendemos serem merecedores de maiores atenções por parte das autoridades governamentais.

1.1 O cenário demográfico

Na década de 1990 os dados do último Censo Demográfico do IBGE (1991 e 2000) revelaram uma grande mudança na localização e estrutura populacional catarinense. A partir daí seguiu-se ao conhecido debate da "litoralização de Santa Catarina", uma vez que ao final do século XX mais de 2 terços da população catarinense estava domiciliada nas áreas litorâneas do estado.

Esse fato marcou o processo eleitoral de 2002, uma vez que o senhor Luís Henrique da Silveira – candidato ao governo do estado pelo PMDB – propôs a descentralização político-administrativa do estado como forma de combater a chamada "litoralização catarinense". Ao ser eleito com essa bandeira política colocou em prática a chamada descentralização administrativa visando melhorar o desenvolvimento de todas as regiões do estado, ao mesmo tempo que buscava frear o movimento populacional em direção às áreas litorâneas do estado.

Passados mais de vinte anos dessa experiência pioneira, é consenso entre todos os analistas que tal iniciativa se revelou rapidamente em um grande fracasso, sendo que os motivos estão todos documentados pela ampla literatura que analisou tal período, uma vez que a descentralização, ao contrário do que se propôs a fazer, acabou promovendo e expandindo ainda mais o processo de litoralização.

Em grande medida, o Censo Demográfico de 2022 documentou tal cenário, destacando-se que a característica estrutural da dinâmica demográfica catarinense não é

dada pela conformação de grandes metrópoles a exemplo de outros estados do país. Assim sendo, apenas dois dos 295 municípios do estado têm população acima de 500 mil habitantes (Joinville e Florianópolis), existindo apenas 14 cidades do estado com população acima de 100 mil habitantes. O fato relevante é que nessas 14 localidades está domiciliada 49% da população estadual, revelando um inchaço das áreas litorâneas muito superior àquela registrada na década de 1990.

No sentido oposto, observou-se que no último Censo Demográfico (2022) foi registrado que existem no estado 101 municípios com até 5 mil habitantes, sendo que 31 deles vem perdendo população nos últimos dois registros do IBGE (2010 e 2022), a grande maioria deles com menos de três mil habitantes. A pergunta que fica é quais as alternativas estruturais dessas localidades, especialmente em termos econômicos (produção e geração de emprego) e em termos sociais (saúde, educação e assistência social).

1.2 As condições estruturais na área de saúde

Na esfera da saúde a situação também é problemática, uma vez que não há estrutura suficiente, sobretudo nos pequenos municípios que são a grande maioria do estado, ou seja, mais de dois terços desses municípios têm população bastante reduzidas. Neste caso o problema se agrava quando a população necessita tratamento de saúde de alta complexidade, cuja infraestrutura se concentra em, no máximo, oito cidades do estado (Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Chapecó, Lages e Joinville). Para as demais cidades mais distantes desses centros urbanos segue-se a antiga e eterna prática da “ambulanciaterapia”, chegando-se ao ponto de um paciente, de Dionísio Cerqueira por exemplo, precisar viajar 800 quilômetros para cuidar de sua saúde.

Esse assunto praticamente não está na ordem do dia dos debates eleitorais. Enquanto isso, as filas de cirurgias para diversas especialidades não param de crescer. Mesmo assim, a propaganda do governador atual é, no mínimo, tendenciosa quando afirma que fez tantas mil cirurgias, etc. A verdade é que grande parte dessas ações foram custeadas pelo SUS, valor monetário que não é incorporado no discurso espalhafatoso de que o estado arrecada muito que vai para Brasília, mas que não volta praticamente nada.

1.3 As condições estruturais na área da Educação

A política educacional estadual nas duas últimas décadas tem passado à margem de problemas estruturais que se revelaram de grande relevância, sobretudo durante o período pandêmico (2020-2022). O principal gargalo ainda se encontra na área de infraestrutura, que continua precária em termos de equipamentos educacionais, materiais didáticos e tecnologias educacionais, destacando-se que poucos são os colégios estaduais com internet de alta velocidade e dotados de laboratórios e bibliotecas bem equipadas e atualizadas.

Além disso, as políticas de recursos humanos nos últimos mandatos governamentais não têm mais contemplado concursos para professores da carreira de magistério, ao contrário, está cada vez mais presente a categoria do "professor temporário", o qual recebe pouco incentivo para se dedicar integralmente ao ensino fundamental e básico.

O resultado é que o desempenho dos estudantes das principais cidades catarinenses nos dois principais exames nacionais (IDEB-ENEM) vem caindo sequencialmente, sobretudo após o período pandêmico (2020-2022).

Nesta área específica chama atenção que nos dois últimos mandatos governamentais estaduais (2018-2022 e 2023-2026) tem ganhado espaço um debate ideológico à luz do que vem sendo travado nacionalmente no âmbito da tal "Escola Sem Partido" e, mais recentemente, nesse mantra das "escolas cívico-militares", cujos programas pretendem promover a "ordem e a disciplina", mas que na prática são meros instrumentos de uma determinada abordagem ideológica da educação. Neste caso pouco se utiliza do debate pedagógico e, menos ainda, sobre estruturas e qualidade do ensino, inclusive com um custo operacional muito superior aos custos das demais escolas, conforme revelou estudo do NECAT.

No último governo estadual (2023-2026) foi implementado o tal de programa "universidade gratuita", que no fundo se transformou em um grande programa de transferência de recursos públicos para entidades de ensino superior privadas às custas de redução do volume de recursos públicos para o ensino fundamental e médio, além de se investir pouco na Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC), que é pública e de qualidade.

1.4 A situação habitacional

O problema habitacional em Santa Catarina vem se agravando a cada década, especialmente em função da brutal expansão dos preços imobiliários, tanto de estruturas físicas naturais como de estruturas construídas. E isso se deve ao grande afluxo populacional, especialmente em direção às áreas litorâneas do estado.

Essa nova situação foi captada pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, com corte especial sobre a situação de moradia em Santa Catarina. Pela primeira vez o IBGE classificou as condições de moradia com ênfase nas favelas. Neste caso, observou-se que naquela data aproximadamente 109 mil pessoas já se encontravam residindo em 161 favelas, sendo que o epicentro delas se localizava na microrregião de Florianópolis, porém com dispersão por 24 municípios do estado.

Registre-se que a atuação do governo recente (2023-2026), além de não ter praticamente nenhuma ação pública nesta esfera, ainda assim não destinou nenhum esforço para que o programa habitacional do governo federal (Minha Casa Minha Vida) tivesse capilaridade também em Santa Catarina.

1.5 A situação do Saneamento Básico

O tema do saneamento básico é um dos principais problemas estruturais do estado, uma vez que tem recebido pouca atenção por parte dos governantes ao longo do tempo. Embora a maioria da população das cidades catarinenses tem acesso à rede de água tratada e também serviços de coleta regular de lixo, o problema mais grave persiste, ou seja, a falta de uma rede adequada de tratamento sanitário na maioria das cidades, especialmente do interior do estado, ao mesmo tempo em que nas cidades polos regionais o grau de cobertura ainda é precário.

1.6 O comportamento do emprego

Embora o estado de Santa Catarina figure sempre com uma das menores taxas de desemprego do país, no início de 2026 os dados da PNAD Contínua do IBGE indicavam que cerca de 100 mil pessoas se encontravam desempregadas, além de aproximadamente 200 mil pessoas subutilizadas, ou seja, que podiam trabalhar mais, porém não encontravam horas suficientes para compor a jornada de trabalho de 8 horas diárias. Além disso, um indicador que vem crescendo no estado nos últimos anos é a informalidade,

sendo que ao final de 2025 aproximadamente 1 milhão de pessoas viviam nessa condição. Isso sem contar o avanço recente da precarização das condições do trabalho e da dinâmica do mercado de trabalho que funciona com um nível médio de renda muito baixo, em função de que uma parcela expressiva dos empregos gerados se concentra nas faixas salariais de até dois salários mínimos mensais.

1.7 A Pobreza também se faz presente em Santa Catarina

Entre os anos de 2023-2025 o NECAT realizou uma pesquisa sobre as condições da pobreza em Santa Catarina antes, durante e depois da pandemia, com apoio da FAPESC. Para tanto, trabalhou-se com a metodologia do Banco Mundial que utiliza a ideia de "pobreza monetária", também conhecida como método "um dólar ao dia".

Em termos gerais se constatou um aumento da vulnerabilidade social em Santa Catarina a partir de 2012, o qual foi possível de ser observado pelo aumento do número de famílias que se cadastraram no sistema do Governo Federal (CadÚnico). Somente no período entre 2019 e 2022 o número de famílias cadastradas cresceu 56%, correspondendo a 232 mil novos cadastros. No mesmo período o número de catarinense vivendo abaixo da linha de pobreza cresceu 27%, enquanto o número de pessoas vivendo na extrema pobreza (com US$ 2,15/dia) aumentou 40% na série histórica considerada. Isso implicou que ao final do ano de 2023 aproximadamente 201 mil pessoas tinham renda de até dois dólares ao dia, o que correspondia a uma renda de menos de 300 reais por mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de temas acima expostos fazem parte da realidade estrutural de Santa Catarina há décadas. Todavia pouco deles são efetivamente atacados e resolvidos pelas autoridades governamentais. E isso poderá ser observado melhor nesse número especial da Revista NECAT que procurou registrar os planos de governo no recente processo eleitoral de 2026.

Desde logo fica claro que poucos desses assuntos foram tratados seriamente, sendo que a maioria dos Planos de Governo protocolados pelos respectivos partidos políticos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) trata de forma mínima e/ou inadequada o conjunto desses pontos anteriormente comentados.

Isso mostra o grande desafio que ainda persiste no estado catarinense quando se busca construir um processo de desenvolvimento efetivamente condizente com a realidade atual enfrentada pelos catarinenses para além das propagandas midiáticas.

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: FÉ NO TRABALHO E PÉ NA TÁBUA

Coligação Fé no Trabalho e Pé na Tábua
Governador: Jorginho Mello (PL)
Vice-governador: Adriano Silva (NOVO)
Aliança: PL, NOVO, PSDB, DC, Republicanos, Podemos, Cidadania, Avante

RESULTADOS QUE PREPARAM O FUTURO

Santa Catarina chega ao final deste ciclo de governo vivendo um dos períodos mais consistentes de sua história recente.

Ao longo dos últimos quatro anos, o Estado consolidou um modelo de gestão baseado em responsabilidade fiscal, planejamento, diálogo permanente com os municípios e compromisso com a entrega de resultados. Mais do que administrar o presente, o objetivo foi criar as condições necessárias para que Santa Catarina continuasse crescendo de forma ordenada, reduzindo desigualdades regionais, ampliando oportunidades e preparando-se para os desafios das próximas décadas.

Desde o primeiro dia de governo, as decisões foram orientadas por uma convicção simples: o cidadão espera que o poder público cumpra aquilo que se compromete a fazer. Foi com essa visão que o Estado reorganizou suas finanças, recuperou sua capacidade de investimento, fortaleceu as parcerias com os municípios, retomou obras aguardadas há muitos anos, ampliou políticas públicas e implantou iniciativas inéditas em praticamente todas as áreas da administração.

Os resultados podem ser medidos em quilômetros de rodovias recuperadas, hospitais fortalecidos, escolas modernizadas, vagas criadas no ensino superior, investimentos em segurança pública, apoio aos municípios, expansão da infraestrutura logística, crescimento econômico e melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Esse conjunto de realizações permitiu alcançar um marco inédito: 100% dos compromissos assumidos no Plano de Governo de 2023 foram concluídos ou encontram-se em execução.

UM ESTADO QUE RECUPEROU A CAPACIDADE DE REALIZAR

Existem momentos em que a principal missão de um governo não é apenas administrar bem, mas recuperar a capacidade de realizar. Foi esse o desafio enfrentado por Santa Catarina a partir de 2023. Ao longo dos quatro anos seguintes, essa

transformação aconteceu de forma gradual, consistente e abrangente. O equilíbrio das contas públicas permitiu ampliar investimentos sem comprometer a responsabilidade fiscal. A aproximação com os municípios reduziu distâncias e acelerou soluções para demandas históricas.

O Oeste recebeu novos investimentos em infraestrutura e logística. O Planalto fortaleceu sua produção agroindustrial. O Litoral consolidou sua posição como principal corredor portuário do Sul do Brasil. O Vale do Itajaí ampliou sua capacidade industrial. A Serra ganhou novas conexões rodoviárias. O Sul fortaleceu sua economia e sua infraestrutura hospitalar.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO 2023-2026

1. Mais de 71 mil estudantes no curso da universidade que sonharam com o maior programa estadual de acesso ao ensino superior do Brasil, o Universidade Gratuita.
2. Aumento em mais de 300% no número de alunos no ensino técnico.
3. Maior programa de qualificação tecnológica do Estado, o SCTEC alcançou 100% dos municípios com mais de 106 mil inscrições em capacitações de tecnologia e inteligência artificial.
4. Primeiro Estado do País a garantir que 100% das 14.100 salas de aula da rede estadual de ensino tenham um ar-condicionado.
5. Santa Catarina bateu recorde histórico e tornou-se o Estado que mais faz cirurgias eletivas no País.
6. Maior expansão de leitos de UTI de sua história, abrindo mais de 300 novas vagas.
7. Pioneirismo na criação de habilitações estaduais de alta complexidade na Saúde, ampliando o atendimento gratuito em áreas como cardiologia e ortopedia no interior.
8. Maior iniciativa nacional de castração e proteção animal, cobrindo 96% do território catarinense, com o Pet Levado a Sério.
9. Avanço aéreo inédito ao abrir rotas internacionais diretas para a Europa, América do Norte e América do Sul, consolidando Santa Catarina como um hub internacional.
10. Mais de 1.000 quilômetros de estradas rurais produtivas em pavimentação no Estrada Boa Rural, dentro de um total de 2.500 km previstos para todos os 295

municípios.

11. Maior investimento rodoviário da história catarinense, destinando mais de R$ 5 bilhões para recuperar e modernizar 3.500 km de rodovias com o Estrada Boa.
12. Estado Mais Seguro do País: menores níveis históricos de violência, com presos detidos até por câmeras de reconhecimento facial.
13. Investimento histórico na modernização com o programa Administração Prisional Levada a Sério, com a criação de mais de 9,5 mil novas vagas para presos trabalharem.
14. Maior investimento já realizado por um Governo do Estado em 200 anos, com mais de R$ 18 bilhões investidos em Segurança Pública, Infraestrutura, Educação, Saúde e todas as demais áreas da gestão estadual.
15. Maior obra de dragagem portuária em execução no País, em uma parceria entre setor público e privado.
16. Maior programa de desassoreamento de rios do Brasil, investindo R$ 267 milhões para limpar mais de 400 km e evitar enchentes.
17. Setor pesqueiro recebeu o maior pacote de investimentos da história do Estado, o Pescados SC, para modernizar e fortalecer a pesca artesanal, a piscicultura e a maricultura.
18. Incentivo a novas fontes de energia destravou R$ 3,5 bilhões em investimentos privados e vai gerar até 20 mil empregos com o Energia Boa.
19. Construção de 5.740 moradias, alcançando a adesão histórica de 83% dos municípios catarinenses na ação do Casa Catarina.
20. Primeira redução de custos do Governo do Estado em décadas, garantindo investimento maior que a exigência constitucional em Saúde, Educação e Inovação.
21. Pronampe SC: maior programa de crédito subsidiado da história do estado já investiu mais de meio bilhão de reais para alavancar micro e pequenos negócios.
22. Quatro anos de gestão sem nenhum aumento de impostos.

INTRODUÇÃO

O Plano de Governo para o Estado de Santa Catarina, quadriênio 2027-2030, fundamenta-se no compromisso de continuar a transformar intenções políticas em resultados concretos que elevem a qualidade de vida da população. A administração

pública catarinense pautar-se-á pela busca constante de eficiência no uso dos recursos, eficácia no alcance das metas e, fundamentalmente, efetividade no impacto social de suas ações.

A modernização do Estado é uma exigência contemporânea para enfrentar os desafios de um cenário globalizado e digital. O Estado de Santa Catarina consolidará um modelo de gestão pública estratégica, descentralizada e participativa, onde o território seja reconhecido como espaço vivo de construção da cidadania. A governança pública será orientada pela transparência, assegurando que a máquina estatal continue a operar com responsabilidade e respeito aos direitos fundamentais de todos os catarinenses.

A eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública referem-se ao uso otimizado dos ativos públicos. Já a eficácia é tratada como o cumprimento estrito das metas estabelecidas. Contudo, o objetivo supremo da gestão 2027-2030 é a efetividade, ou seja, a capacidade de gerar transformações duradouras na vida dos cidadãos.

EIXOS E COMPROMISSOS

1. INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E MOBILIDADE: INTEGRAÇÃO CATARINENSE

Diretriz Central: expandir a logística de transporte com foco em eficiência, dinamização das vocações regionais e escoamento acelerado da produção agroindustrial e industrial catarinense.

Compromissos e ações de continuidade:

- Estrada Boa +22: Dar continuidade às obras de pavimentação, restauração pesada e duplicação da malha viária estadual. Acelerar as obras da VIAMAR (corredor expresso paralelo à BR-101).
- Fortalecimento do modal portuário: concluir os serviços de dragagem de aprofundamento do canal da Baía da Babitonga e executar investimentos nos Portos de Imbituba e São Francisco do Sul, buscando a liderança de Santa Catarina na movimentação de contêineres do Brasil.
- Consolidação do VOA+SC: perenizar o programa VOA+SC para viabilizar voos regionais diários conectando as cidades do interior à Capital.
- Corredores Ferroviários e intermodais: acelerar a elaboração de projetos e

licenciamentos de ferrovias estaduais conectando as regiões catarinenses, viabilizando parcerias público-privadas para diversificar a matriz de transporte.

2. SEGURANÇA PÚBLICA, GESTÃO PENAL, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL: PROTEGER A FAMÍLIA CATARINENSE

Diretriz Central: manter Santa Catarina como o Estado mais seguro do Brasil por meio do combate firme à criminalidade, inteligência policial, valorização das forças de segurança, trabalho prisional e prevenção estruturante de desastres naturais.

Compromissos e ações de continuidade:

- Cerco eletrônico e inteligência total: expandir o Sistema Integrado de Videomonitoramento Inteligente com reconhecimento facial e leitura de placas para as maiores cidades catarinenses. Continuar a modernização tecnológica e renovação de equipamentos da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Polícia Penal e Corpo de Bombeiros Militar.
- Valorização e recomposição do efetivo policial: dar continuidade aos concursos públicos, garantindo efetivo qualificado, formação continuada e equipamentos de alta precisão (armamento moderno, viaturas blindadas, drones e suporte aéreo).
- Gestão Penal produtiva: expandir o modelo de ressocialização pelo trabalho, elevando o número de encarcerados que trabalhem em parceria com indústrias e prefeituras, arcando com seus próprios custos e ressarcindo a sociedade.
- Proteção e Defesa Civil: concluir a modernização das barragens do Alto Vale e executar as novas barragens de prevenção das cheias. Ampliar o desassoreamento contínuo de rios, em obras diretas do Estado e em parceria com os municípios.

3. SAÚDE E BEM-ESTAR: ATENDIMENTO HUMANO, RÁPIDO E MAIS PERTO DE CASA

Diretriz Central: garantir acesso universal, rápido e regionalizado à saúde de alta e média complexidade, fortalecendo a rede filantrópica, os hospitais próprios e as redes municipais.

Compromissos e ações de continuidade:

- Fila Zero: fortalecer a Tabela Catarinense de Cirurgias e o Programa de Valorização

dos Hospitais Filantrópicos e Municipais, assegurando as condições para continuar a reduzir ainda mais o tempo de espera por exames e cirurgias eletivas.

- Expansão da Rede Hospitalar e UTIs: garantir o custeio dos mais de 300 novos leitos de UTI abertos na gestão e prosseguir com a expansão do sistema de Saúde catarinense, com estruturas prontas para os próximos 10 anos.
- Saúde Móvel e prevenção nos municípios: expandir a atuação das Carretas da Saúde da Mulher e da Família para realizar exames preventivos nas regiões de difícil acesso.
- Programa Casa Catarina +22: Ampliar a meta do programa de construção de habitações populares com a adesão de 100% dos municípios, proporcionando teto e dignidade às famílias catarinenses de baixa renda.
- Manutenção do cofinanciamento estadual para as políticas de Assistência Social nos municípios catarinenses para garantir a retomada da autonomia dos indivíduos.

4. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA: PREPARANDO AS FUTURAS GERAÇÕES

Diretriz Central: formar cidadãos preparados para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo, unindo valores da família, segurança escolar, tecnologia de ponta e gratuidade no ensino superior.

Compromissos e ações de continuidade:

- Ampliar a educação em tempo integral nas escolas públicas estaduais catarinenses.
- Ampliar a educação profissional e tecnológica gratuita no Estado de SC de acordo com as vocações econômicas regionais fortalecendo, também, a rede de Centros de Educação Profissional e Tecnológica.
- Manter e qualificar os programas Universidade Gratuita e FUMDESC.
- Continuar o processo de revitalização da infraestrutura das escolas públicas estaduais.
- Ampliar o número de professores efetivos da rede estadual de ensino.
- Valorizar e qualificar os professores, gestores escolares e demais profissionais do magistério superior.
- Reforçar estratégias para a permanência dos estudantes no ensino médio.

5. AGRO, PESCA, MEIO AMBIENTE E O CRESCIMENTO DO CAMPO: A FORÇA QUE ALIMENTA O BRASIL

Diretriz Central: valorizar o homem e a mulher do campo, incentivar a sucessão familiar, modernizar a produção agropecuária e pesqueira e garantir segurança hídrica e ambiental sem sufocar quem produz.

Compromissos e ações de continuidade:

- Estrada Boa Rural e infraestrutura no campo: dar continuidade à pavimentação asfáltica de estradas rurais de escoamento, garantindo energia de qualidade e conectividade.
- Fortalecimento do Financia Agro SC e Água no Campo: expandir o crédito sem juros para perfuração de poços, instalação de cisternas, captação e tratamento de água, protegendo os produtores de leite, grãos e carnes contra períodos de estiagem.
- Campo Competitivo: investir na inovação tecnológica, resiliência climática, conservação de solo e competitividade da agricultura familiar catarinense.
- Apoio à pesca e aquicultura: modernizar o Porto Pesqueiro de Laguna e manter as linhas de crédito para renovação de frotas e equipamentos para os maricultores e pescadores artesanais de SC.
- Manter e ampliar o programa Mais Verde, que garante pagamentos por serviços ambientais para produtores rurais que preservam as matas nativas de suas propriedades.

6. LIBERDADE ECONÔMICA, GESTÃO EFICIENTE E MUNICIPALISMO: ESTADO LEVE E PARCEIRO DE QUEM PRODUZ

Diretriz Central: manter o ambiente de negócios mais próspero e livre do Brasil, pautado pelo respeito à propriedade privada, corte de privilégios, desburocratização e parceria direta com os 295 municípios.

Compromissos e ações de continuidade:

- Pronampe SC ampliado: ampliar as linhas de crédito subsidiado para micro e pequenas empresas, MEIs e agricultores, impulsionando a geração de emprego e renda nos bairros e cidades do interior.
- Municipalismo “Pé na Tábua”: aperfeiçoar as transferências de recursos e convênios

simplificados com as 295 prefeituras catarinenses, garantindo autonomia aos prefeitos para realizar obras que a população precisa com rapidez.

- Dar continuidade ao trabalho de integração entre o Governo do Estado e as prefeituras, discutindo presencialmente, em todas as regiões, as prioridades de cada município catarinense para os investimentos necessários ao atendimento da população.
- Fortalecer a relação do Governo do Estado com o sistema municipalista, integrando o planejamento regional das associações de municípios e utilizando os consórcios públicos como executores de ações interfederativas.
- Desburocratização e Governo Digital: eliminar exigências redundantes e burocráticas, simplificando a vida de quem deseja empreender, trabalhar e investir no Estado.

7. CULTURA, TURISMO E ESPORTE: IDENTIDADES E VALORES QUE CONSTROEM O FUTURO DE TODOS CATARINENSES

Diretriz Central: a cultura será tratada como um pilar estratégico da identidade e do crescimento regional, sustentando a coesão social e a economia criativa; o esporte é instrumento de inclusão social, saúde preventiva e formação em cidadania; a política de turismo explora as vocações naturais e culturais do Estado, consolidando Santa Catarina como destino de excelência nas quatro estações.

Compromissos e ações de continuidade:

- Manter a política pública de revelação de novos talentos artísticos por meio de projetos culturais.
- Aperfeiçoar os editais e mecanismos de incentivo à cultura catarinense.
- Manter e ampliar o Programa de Incentivo ao Esporte, ampliando o apoio ao esporte de base e a valorização dos resultados de atletas de alto rendimento.
- Consolidar Santa Catarina como referência nacional no paradesporto.
- Fortalecer a movimentação turística orgânica em todas as regiões catarinenses nas quatro estações do ano.
- Conexões aéreas: expandir novos voos internacionais diretos no Aeroporto Hercílio Luz.

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: DESENVOLVIMENTO, JUSTIÇA TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Coligação Campo Democrático
Governador: Gelson Merisio (PSB)
Vice-governadora: Ângela Albino (PDT)
Aliança: PSB, PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, REDE

SANTA CATARINA PRECISA VOLTAR A PLANEJAR SEU FUTURO

Santa Catarina possui uma das economias mais dinâmicas do Brasil. O Estado apresenta elevada arrecadação e capacidade de investimento. O problema catarinense não é a escassez de recursos públicos. O problema é a ausência de um projeto estratégico capaz de transformar essa capacidade financeira em desenvolvimento para todas as regiões.

Enquanto a economia cresce, aumentam também problemas que afetam diretamente a vida da população: congestionamentos, déficit habitacional, eventos climáticos cada vez mais frequentes, pressão sobre os serviços públicos, desigualdades regionais e dificuldade de acesso da juventude a oportunidades de formação e trabalho qualificado.

Nos últimos anos, o Estado abriu mão do planejamento de longo prazo. À consequência é um governo que reage aos problemas, em vez de antecipá-los, Obras deixam de dialogar entre si, políticas públicas permanecem fragmentadas e regiões inteiras continuam à margem do desenvolvimento.

Santa Catarina precisa recuperar a capacidade de planejar, coordenar investimentos e induzir o desenvolvimento. O Estado deve atuar como para construir soluções permanentes.

Nosso compromisso é construir um novo ciclo de desenvolvimento baseado em cinco pilares:

- crescimento econômico com inovação;
- redução das desigualdades sociais e territoriais;
- fortalecimento dos serviços públicos;
- adaptação às mudanças climáticas;
- planejamento regional de longo prazo.

O objetivo é aumentar a capacidade do Estado de organizar o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população e preparar Santa Catarina para os desafios das próximas décadas: *planejar o território para transformar crescimento econômico em desenvolvimento, justiça social e territorial e qualidade de vida.*

1. SANTA CATARINA DIANTE DE UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

1.1 Um estado que deu certo, mas enfrenta novos desafios

Santa Catarina construiu, ao longo das últimas décadas, uma das experiências de desenvolvimento mais bem-sucedidas do Brasil. A diversidade de sua economia, a força do empreendedorismo, a presença de pequenas e médias empresas, o cooperativismo, a agricultura familiar, a capacidade industrial, os serviços, o turismo e uma ampla rede de instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e inovação fizeram do Estado uma referência nacional em geração de riqueza, emprego e qualidade de vida.

Essa trajetória permitiu consolidar um Estado com elevada capacidade de arrecadação, equilíbrio fiscal e importantes ativos institucionais. Diferentemente de muitos estados brasileiros, Santa Catarina possui condições objetivas para ampliar seus investimentos públicos e enfrentar desafios estruturais sem comprometer sua sustentabilidade financeira.

Entretanto, o sucesso do passado não garante as respostas para o futuro.

As transformações econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas das últimas décadas inauguraram uma nova realidade, Problemas que antes eram pontuais passaram a assumir caráter estrutural, exigindo um novo papel do Estado e uma nova estratégia de desenvolvimento.

O desafio de Santa Catarina deixou de ser apenas crescer economicamente. O desafio agora consiste em transformar crescimento em qualidade de vida, sustentabilidade, inovação e oportunidades distribuídas de forma equilibrada por todo o território catarinense.

1.2 A transição demográfica

Santa Catarina passa por profundas transformações demográficas. A redução da taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento acelerado da

população modificam a demanda por políticas públicas, altercam o mercado de trabalho e impõem novos desafios ao sistema de saúde, à previdência, à mobilidade, à habitação e aos serviços urbanos.

Ao mesmo tempo, o Estado continua recebendo intenso fluxo migratório proveniente de outras regiões do país e do exterior. Esse crescimento populacional concentra-se principalmente nas regiões litorâneas e metropolitanas, aumentando a pressão sobre a infraestrutura urbana, o sistema habitacional, os equipamentos públicos e o mercado imobiliário.

Essa dupla dinâmica, envelhecimento populacional e crescimento concentrado em determinadas regiões, exige políticas públicas diferenciadas para cada território, reconhecendo que as necessidades do Oeste, da Serra, do Planalto Norte, do Meio-Geste e do Litoral são distintas. Planejar o futuro significa antecipar essas mudanças.

1.3 A crise climática deixou de ser um problema do futuro

Durante muito tempo as mudanças climáticas foram tratadas como um risco distante. Hoje elas fazem parte da realidade catarinense.

Enchentes, enxurradas, deslizamentos, estiagens prolongadas, ressacas, ciclones e eventos extremos tornaram-se mais frequentes e intensos, produzindo perdas humanas, econômicas e ambientais.

Esses fenômenos afetam a agricultura, comprometem a infraestrutura, aumentam os custos da produção, ampliam a vulnerabilidade das populações de baixa renda e pressionam continuamente as finanças públicas, Não basta fortalecer a capacidade de resposta da Defesa Civil. É necessário incorporar a adaptação climática como princípio permanente do planejamento territorial.

Isso significa orientar a expansão urbana para áreas seguras, proteger rios, encostas e nascentes, ampliar áreas verdes, recuperar bacias hidrográficas, implantar infraestrutura de drenagem baseada na natureza e preparar os municípios para reduzir riscos antes que os desastres ocorram.

A política climática deixa de ser uma política ambiental e passa a ser uma política de desenvolvimento.

1.4 Uma economia em transformação

A economia mundial atravessa uma profunda transformação impulsionada pela digitalização, pela inteligência artificial, pela automação, pela transição energética e pelas novas formas de organização do trabalho e da produção.

Santa Catarina reúne excelentes condições para participar desse novo ciclo. Possui universidades reconhecidas, institutos federais distribuídos pelo território catarinense, centros de inovação, parques tecnológicos, empresas inovadoras e forte capacidade empreendedora.

Entretanto, a competitividade futura dependerá cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento, incorporar tecnologia, formar pessoas qualificadas e transformar ciência em inovação.

Mais do que competir por incentivos fiscais, Santa Catarina deverá competir pela qualidade de sua infraestrutura, pela qualificação de sua mão de obra, pela capacidade de inovação de suas empresas e pela eficiência de suas instituições públicas.

1.5 Um estado cada vez mais urbano

Santa Catarina tornou-se predominantemente urbana. As cidades concentram a maior parte da população, da produção econômica e dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo, enfrentam problemas crescentes de mobilidade, habitação, saneamento, ocupação de áreas de risco, expansão desordenada, congestionamentos e degradação ambiental. Apesar disso, o Estado ainda carece de uma política estadual consistente de desenvolvimento urbano. Os municípios enfrentam isoladamente desafios que extrapolam seus limites administrativos, especialmente nas regiões metropolitanas e nos grandes eixos urbanos.

As políticas estaduais precisam reconhecer que o desenvolvimento social e econômico dependem, cada vez mais, da qualidade das cidades. Cidades bem planejadas tornam-se mais produtivas, mais sustentáveis e mais inclusivas.

1.6 As desigualdades territoriais

Santa Catarina apresenta indicadores sociais superiores à média brasileira. Entretanto, o desenvolvimento permanece distribuído de forma desigual entre suas regiões. Enquanto determinadas áreas concentram investimentos, infraestrutura e

empregos qualificados, outras convivem com perda populacional, dificuldades logísticas, menor dinamismo econômico e acesso limitado a serviços especializados.

Essas desigualdades não podem ser enfrentadas apenas por políticas compensatórias. Elas exigem planejamento territorial, fortalecimento das cidades médias, integração regional, valorização dos arranjos produtivos locais e descentralização dos investimentos públicos.

O território deve deixar de ser apenas o espaço onde as políticas são executadas. Deve tornar-se o principal critério para sua formulação.

1.7 Um novo ciclo de desenvolvimento

Os desafios apresentados não representam uma crise de Santa Catarina. Representam a transição entre dois momentos históricos. O modelo que permitiu ao Estado alcançar elevados níveis de desenvolvimento precisa agora ser atualizado para responder às transformações do século XXI.

Esse novo ciclo exige um Estado capaz de planejar, coordenar investimentos, produzir conhecimento, fortalecer a cooperação entre instituições e orientar o desenvolvimento de forma integrada.

O futuro de Santa Catarina dependerá menos da quantidade de recursos disponíveis e mais da capacidade de utilizá-los de maneira inteligente, articulada e territorial e socialmente equilibrada.

É a partir desse diagnóstico que este Plano de Governo apresenta suas propostas. Cada compromisso aqui assumido responde a um desafio estrutural aqui identificado. Assim, o conjunto das políticas públicas deixa de ser uma coleção de iniciativas isoladas para constituir um projeto integrado de desenvolvimento, orientado por uma visão de longo prazo e pelo compromisso de transformar crescimento econômico em prosperidade compartilhada, justiça social e territorial e qualidade de vida para todas as pessoas que aqui vivem.

2. O ESTADO COORDENADOR DO DESENVOLVIMENTO: PLANEJAR PARA TRANSFORMAR

O desenvolvimento de Santa Catarina não será resultado apenas da ação do mercado nem exclusivamente da atuação do poder público. Ele dependerá da capacidade de

construir um projeto coletivo, capaz de integrar investimentos, conhecimento, inovação e participação social em torno de objetivos comuns. O papel do Estado, nesse contexto, é coordenar esse esforço.

Nas últimas décadas, o debate público frequentemente apresentou duas visões opostas sobre a administração pública. De um lado, a ideia de um Estado mínimo, limitado à prestação de serviços essenciais e à regulação da economia. De outro, a concepção de um Estado excessivamente centralizador, responsável por executar diretamente todas as políticas e atividades econômicas.

Os desafios do século XXI exigem outro caminho. Santa Catarina precisa de um Estado capaz de planejar, coordenar, induzir investimentos e construir parcerias permanentes com municípios, universidades, institutos de pesquisa, cooperativas, setor produtivo e sociedade civil. Um Estado que não substitui a iniciativa da sociedade, mas que organiza, integra e potencializa as capacidades existentes no território.

Essa é a concepção de Estado Coordenador do Desenvolvimento.

2.1 Um Estado que articula capacidades

Santa Catarina possui um patrimônio institucional raro no Brasil. Universidades públicas e privadas de excelência; Institutos Federais presentes em todas as regiões; centros de pesquisa; cooperativas reconhecidas internacionalmente; empresas inovadoras; agricultura familiar organizada; organização das micro e pequenas empresas; parques tecnológicos; instituições financeiras públicas; municípios com tradição administrativa; associações intermunicipais. Esses ativos, entretanto, atuam de forma pouco articulada.

Muitas políticas públicas deixam de alcançar melhores resultados porque falta coordenação, planejamento e integração entre instituições que compartilham objetivos semelhantes e o governo estadual deve assumir o papel de articulador dessa inteligência coletiva.

O desenvolvimento precisa deixar de ser responsabilidade de uma única secretaria ou instituição e passar a ser resultado da cooperação entre todo o sistema público e a sociedade.

2.2 Planejamento como instrumento de governo

Planejar não significa controlar rigidamente a sociedade nem impor soluções centralizadas. Planejar significa construir uma visão compartilhada de futuro. Significa estabelecer prioridades, organizar investimentos, definir metas, avaliar resultados e adaptar continuamente as políticas públicas às transformações da realidade.

Durante os últimos anos, o planejamento foi substituído por decisões fragmentadas, determinadas por demandas imediatas ou por interesses setoriais. Essa lógica reduz a eficiência dos investimentos públicos, dificulta a integração das políticas e amplia as desigualdades entre os territórios.

Nosso governo retomará o planejamento como função permanente do Estado. O Plano Santa Catarina do Campo Democrático será o principal instrumento dessa estratégia, articulando infraestrutura, desenvolvimento econômico, educação, saúde, inovação, meio ambiente, habitação, mobilidade e adaptação climática em uma única visão de longo prazo.

2.3 O território como referência das políticas públicas

Este plano parte de um princípio fundamental: as políticas públicas devem responder às características dos territórios. Santa Catarina é um estado diverso: as necessidades do Oeste diferem das do Litoral; os desafios da Serra não são os mesmos do Vale do Itajaí, nem do Sul do Estado; as oportunidades do Extremo Oeste não são iguais às da Grande Florianópolis.

Por isso, as políticas estaduais não podem ser formuladas exclusivamente a partir da estrutura administrativa do governo. Devem considerar as dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais de cada região.

O território deixa de ser apenas o espaço onde as políticas são executadas e passa a orientar sua formulação, implementação e avaliação. Essa perspectiva permitirá fortalecer as cidades médias, integrar áreas metropolitanas, apoiar os pequenos municípios e reduzir desigualdades regionais.

2.4 Conhecimento para governar melhor

Nenhum governo consegue enfrentar os desafios contemporâneos sem produzir conhecimento sobre sua própria realidade. A transformação digital, a inteligência

artificial, as mudanças climáticas e a velocidade das transformações econômicas exigem decisões baseadas em evidências. Santa Catarina dispõe de uma das mais importantes redes públicas de produção de conhecimento do país, Universidades, Institutos Federais, centros tecnológicos e fundações produzem diariamente pesquisas que podem qualificar a formulação de políticas públicas.

Nosso governo transformará esse patrimônio científico em instrumento permanente de gestão. Será criado o Sistema Estadual de Inteligência Territorial, integrando bases de dados, observatórios regionais, laboratórios de inovação e mecanismos de avaliação de políticas públicas.

Planejar deixará de ser um exercício esporádico para tornar-se uma atividade permanente do Estado.

2.5 Cooperação como método de governo

Os grandes desafios contemporâneos ultrapassam as competências de um único órgão governamental: mobilidade depende de habitação; habitação depende de infraestrutura; infraestrutura depende de planejamento territorial; planejamento depende de informações confiáveis; desenvolvimento econômico depende de educação, ciência e inovação; combate aos efeitos das mudanças climáticas exige integração entre meio ambiente, defesa civil, agricultura, cidades e infraestrutura.

Por essa razão, nosso governo adotará a cooperação institucional como princípio permanente de gestão. Secretarias deixarão de atuar de forma isolada e passarão a desenvolver programas integrados, organizados em torno das missões estratégicas deste Plano. Da mesma forma, o Estado fortalecerá mecanismos permanentes de cooperação com a União e com os municípios, respeitando sua autonomia, oferecendo apoio técnico, compartilhando informações e ampliando a capacidade de implementação das políticas públicas.

2.6 Desenvolvimento com responsabilidade fiscal

O fortalecimento do planejamento não significa ampliação indiscriminada da máquina pública. Ao contrário, a boa gestão exige responsabilidade fiscal, eficiência administrativa, transparência e avaliação permanente dos resultados. Santa Catarina

dispõe de uma situação fiscal que permite ampliar investimentos estratégicos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Nosso compromisso é utilizar essa capacidade de forma inteligente, priorizando investimentos que gerem efeitos duradouros sobre o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a qualidade de vida. Cada real investido deverá produzir benefícios permanentes para a sociedade.

2.7 Um governo orientado por missões

Este Plano organiza a atuação do Estado em torno de grandes missões estratégicas. Essa abordagem substitui a lógica fragmentada da administração pública por uma visão integrada, na qual diferentes órgãos e instituições atuam conjuntamente para enfrentar desafios complexos.

Essa organização permitirá maior coordenação entre políticas públicas, melhor utilização dos recursos disponíveis e maior transparência na avaliação dos resultados. Mais do que administrar estruturas administrativas, nosso governo pretende mobilizar capacidades, construir consensos e liderar um novo ciclo de desenvolvimento para Santa Catarina.

O Estado Coordenador do Desenvolvimento é, portanto, a expressão de um compromisso com a eficiência, a transparência, a inovação e a democracia. Um Estado que planeja, articula e induz, sem sufocar a iniciativa da sociedade; que atua em conjunto com a União e fortalece municípios sem substituir sua autonomia; que transforma conhecimento em políticas públicas; e que faz do planejamento territorial o eixo de um projeto de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade, reduzir desigualdades e ampliar a qualidade de vida em todas as regiões de Santa Catarina.

3. AS MISSÕES ESTRATÉGICAS PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Os desafios identificados demonstram que Santa Catarina precisa de um governo capaz de integrar políticas públicas, superar a fragmentação administrativa e orientar suas ações por objetivos estratégicos de longo prazo.

Tradicionalmente, os planos de governo são organizados segundo a estrutura das secretarias de Estado. Embora esse modelo facilite a organização administrativa, ele

dificulta a articulação entre políticas que dependem umas das outras. Por essa razão, este Plano de Governo adota uma abordagem orientada por missões estratégicas.

Cada missão representa um grande compromisso do Estado com a sociedade catarinense e reúne políticas públicas de diferentes áreas em torno de um mesmo objetivo. Essa forma de organização permite integrar instituições, otimizar recursos, estabelecer prioridades e avaliar resultados de forma mais transparente.

As missões apresentadas a seguir traduzem a visão de desenvolvimento que orienta este plano e estruturam todas as ações do governo.

3.1 PRIMEIRA MISSÃO: UM ESTADO QUE PLANEJA E COORDENA O DESENVOLVIMENTO

O planejamento voltará a ocupar posição central na administração pública. O governo fortalecerá sua capacidade de formular estratégias de longo prazo, coordenar investimentos, integrar políticas públicas e avaliar resultados. O território será a principal referência para a organização das ações governamentais.

Essa missão compreende à modernização da gestão pública, a transformação digital, a transparência, o planejamento regional, a inteligência territorial, a avaliação permanente de políticas públicas e o fortalecimento da cooperação do Estado com a União, os municípios, com as instituições e com Sociedade Civil.

Programas Estruturantes:

1. Programa Estado Coordenador do Desenvolvimento

Fortalecer a capacidade do Estado de formular estratégias, coordenar investimentos e integrar políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. O programa promoverá:

- Planejamento estratégico de longo prazo;
- Coordenação intersetorial das políticas públicas;
- Integração entre desenvolvimento econômico, social, territorial e ambiental;
- Fortalecimento da capacidade institucional do Estado;
- Acompanhamento das prioridades estratégicas do governo.

2. Programa Planejamento Territorial e Regional

Instituir o território como referência para o planejamento governamental. O programa compreenderá:

- Fortalecimento das regiões de planejamento;
- Elaboração de estratégias regionais de desenvolvimento;
- Integração das políticas estaduais nos territórios;
- Apoio aos consórcios públicos e associações de municípios.

3. Programa Governo Digital

Expandir a transformação digital do Estado para ampliar a eficiência administrativa e facilitar o acesso da população aos serviços públicos. O programa promoverá:

- Digitalização dos serviços públicos;
- Integração de plataformas governamentais;
- Automação de processos administrativos;
- Segurança da informação.

Metas Estratégicas:

- Instituir um sistema estadual permanente de planejamento de longo prazo.
- Criar o Instituto Catarinense de Indicadores.
- Fortalecer observatórios estaduais para subsidiar decisões estratégicas.
- Ampliar a transparência e a disponibilização de dados públicos.
- Integrar planejamento, orçamento e gestão por resultados.
- Consolidar o território como referência para a formulação das políticas públicas.
- Fortalecer o planejamento regional e reduzir as desigualdades sociais e territoriais.
- Ampliar a cooperação do Estado com a União, municípios e consórcios públicos.
- Apoiar estratégias regionais de desenvolvimento baseadas nas potencialidades locais.
- Simplificar processos administrativos e ampliar a eficiência da gestão pública.
- Expandir a digitalização dos serviços estaduais.
- Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.
- Consolidar redes permanentes de cooperação entre governo, universidades, setor produtivo e sociedade civil.

- Fortalecer os mecanismos de participação social na formulação e avaliação das políticas Públicas.
- Ampliar a transparência ativa e o acesso às informações públicas.

3.2 SEGUNDA MISSÃO: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E REDUZIR AS DESIGUALDADES

Santa Catarina apresenta indicadores sociais médios que mascaram desigualdades sociais importantes. Milhares de famílias vivem em situação de pobreza extrema, enfrentando insegurança alimentar, moradia precária, dificuldade de acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos serviços públicos essenciais.

A pobreza não resulta apenas da insuficiência de renda. Ela expressa a combinação de diferentes formas de exclusão que limitam as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e reproduzem desigualdades entre gerações e entre territórios.

Erradicar a pobreza extrema constitui um compromisso ético e uma condição para o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Nenhuma sociedade pode considerar-se plenamente desenvolvida enquanto parte de sua população permanecer privada das condições mínimas para viver com dignidade.

Nosso governo assumirá como prioridade a superação da pobreza extrema por meio da integração das políticas sociais, da inclusão produtiva e da ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina sem Pobreza Extrema

Instituir uma estratégia estadual integrada para erradicar a pobreza extrema, articulando políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. O programa promoverá:

- Integração entre políticas sociais;
- Fortalecimento do Cadastro Único;
- Busca ativa das famílias em situação de extrema pobreza;
- Articulação entre Estado e municípios;
- Monitoramento permanente dos indicadores sociais.

2. Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Garantir o direito humano à alimentação adequada e combater a insegurança alimentar. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da agricultura familiar para abastecimento local, priorizando a produção orgânica;
- Ampliação das cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
- Apoio aos restaurantes populares;
- Combate ao desperdício de alimentos;
- Educação alimentar e nutricional;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Segurança Alimentar;
- Um sistema onde os agricultores familiares sejam fornecedores da merenda escolar.

3. Programa Inclusão Produtiva e Geração de Renda

Promover autonomia econômica por meio da qualificação profissional, do empreendedorismo e da inserção produtiva. O programa apoiará:

- Qualificação profissional;
- Intermediação de mão de obra;
- Empreendedorismo popular;
- Economia solidária;
- Microcrédito produtivo;
- Apoio aos pequenos empreendimentos familiares;
- Inclusão produtiva de mulheres, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.

4. Programa Primeira Infância e Desenvolvimento Humano

Ampliar a proteção integral às crianças na primeira infância e suas famílias. O programa promoverá:

- Fortalecimento da atenção integral à primeira infância;
- Integração entre saúde, educação e assistência social;
- Apoio às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Prevenção da violência infantil;

- Acompanhamento do desenvolvimento infantil.

5. Programa Assistência Social Forte

Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política pública estruturante. O programa compreenderá:

- Fortalecimento dos CRAS e CREAS;
- Apoio aos municípios;
- Qualificação dos serviços socioassistenciais;
- Valorização dos trabalhadores do SUAS;
- Inovação na gestão da assistência social.

6. Programa Habitar com Dignidade

Integrar habitação, regularização fundiária e melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade. O programa apoiará:

- Melhoria habitacional;
- Urbanização de assentamentos precários;
- Regularização fundiária;
- Assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS);
- Prevenção da ocupação de áreas de risco.

7. Programa Territórios Prioritários

Concentrar investimentos públicos nos territórios com maiores vulnerabilidades sociais. O programa promoverá:

- Planejamento territorial integrado a partir de indicadores;
- Ações intersetoriais;
- Melhoria da infraestrutura urbana;
- Qualificação dos equipamentos públicos;
- Fortalecimento da presença do Estado nas áreas mais vulneráveis.

8. Programa Igualdade de Oportunidades

Reduzir desigualdades no acesso à educação, saúde, cultura, esporte e inclusão

digital. O programa apoiará:

- Permanência escolar;
- Inclusão digital;
- Acesso aos serviços públicos;
- Mobilidade para populações vulneráveis;
- Fortalecimento das políticas voltadas à juventude;
- Implantação das políticas de cuidado, em especial de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Metas Estratégicas:

- Reduzir progressivamente a população em situação de pobreza extrema, inclusive a população em situação de rua, por meio da integração das políticas públicas.
- Fortalecer mecanismos de busca ativa e acompanhamento das famílias mais vulneráveis.
- Integrar as ações estaduais aos programas federais e municipais de proteção social.
- Fortalecer a produção e distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar.
- Expandir a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar.
- Ampliar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda.
- Expandir políticas de microcrédito, associativismo e empreendedorismo popular e economia solidária.
- Integrar políticas de trabalho, assistência social e desenvolvimento econômico,
- Fortalecer o SUAS em todos os municípios catarinenses.
- Qualificar os serviços prestados pelos CRAS e CREAS.
- Valorizar os trabalhadores da assistência social.
- Priorizar investimentos públicos nos territórios com maiores indicadores de vulnerabilidade social.
- Integrar políticas de habitação, educação, saúde, mobilidade e infraestrutura nos territórios prioritários.
- Reduzir desigualdades entre regiões e municípios.
- Ampliar o acesso da população vulnerável aos serviços públicos essenciais.

- Fortalecer políticas voltadas à primeira infância, juventude, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Expandir políticas de inclusão digital e permanência escolar.
- Implantar um sistema estadual de monitoramento da pobreza multidimensional.
- Produzir indicadores territoriais para orientar o planejamento das políticas sociais,
- Avaliar continuamente os resultados das políticas de combate à pobreza.

3.3 TERCEIRA MISSÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E INOVAÇÃO

Santa Catarina iniciará um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inovação, na diversificação produtiva, na agregação de valor, na sustentabilidade e na geração de empregos qualificados.

O Estado atuará como indutor do desenvolvimento econômico, fortalecendo a indústria, a economia do conhecimento, os arranjos produtivos locais (APLS), a economia criativa, as micro e pequenas empresas, as cooperativas, a agricultura familiar, a economia solidária e os novos setores tecnológicos.

O desenvolvimento econômico será tratado como instrumento para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades entre as regiões.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina 2040

Instituir uma estratégia estadual de desenvolvimento econômico de longo prazo, articulando planejamento, inovação, infraestrutura e sustentabilidade. O programa promoverá:

- Planejamento estratégico da economia catarinense;
- Identificação das vocações regionais;
- Fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;
- Articulação entre investimentos públicos e privados;
- Monitoramento permanente dos indicadores econômicos.

2. Programa Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais como instrumento de desenvolvimento

regional. O programa apoiará:

- Governança dos APLs;
- Inovação tecnológica;
- Qualificação profissional;
- Cooperação empresarial;
- Acesso ao crédito;
- Inserção em novos mercados;
- Internacionalização.

Cada região do Estado contará com políticas específicas voltadas às suas vocações econômicas.

3. Programa Economia do Conhecimento

Transformar conhecimento, ciência e inovação em motores do desenvolvimento econômico. O programa apoiará:

- *Startups*;
- Empresas de base tecnológica;
- Parques tecnológicos;
- Incubadoras;
- Inteligência artificial;
- Biotecnologia;
- Economia digital;
- Tecnologias para a transição energética,

Universidades, Institutos Federais, centros de pesquisa e setor produtivo atuarão de forma integrada na geração de inovação.

4. Programa Micro e Pequenas Empresas Fortes

Fortalecer os pequenos negócios como principais geradores de emprego e renda. O programa promoverá:

- Simplificação do ambiente de negócios;
- Acesso ao crédito;
- Inovação:
- Qualificação empresarial;

- Digitalização;
- Internacionalização;
- Compras públicas voltadas às micro e pequenas empresas.

5. Programa Cooperativismo e Economia Solidária

Fortalecer cooperativas, associações e empreendimentos da economia solidária como instrumentos de desenvolvimento regional. O programa apoiará:

- Inovação na gestão;
- Agregação de valor;
- Acesso ao crédito;
- Comercialização;
- Redes cooperativas;
- Assistência técnica;
- Qualificação profissional.

6. Programa Economia Verde e Bioeconomia

Promover novos modelos de desenvolvimento baseados no uso sustentável dos recursos naturais. O programa compreenderá:

- Bioeconomia;
- Economia circular;
- Tecnologias limpas;
- Energias renováveis;
- Economia do mar;
- Valorização da biodiversidade;
- Agregação de valor aos recursos naturais.

7. Programa Desenvolvimento Regional Competitivo

Reduzir desigualdades territoriais por meio da diversificação econômica e da valorização das potencialidades regionais. O programa apoiará:

- Planejamento regional;
- Infraestrutura econômica;
- Inovação regional;

- Fortalecimento dos municípios de pequeno e médio porte;
- Apoio às economias locais;
- Integração entre desenvolvimento econômico e planejamento territorial.

8. Programa Turismo Local

Santa Catarina tem a atividade turística como vocação em todas as regiões. No entanto, os investimentos em planejamento, divulgação e suporte para o turismo local são bastante desiguais. O turismo precisa trazer melhorias para as regiões e não causar mais impactos ambientais e sociais.

O programa compreenderá:

- Plano de investimento e incentivos ao turismo, pactuado com os municípios;
- Articulação de Parcerias Público Privadas (PPP) com manutenção e ampliação dos espaços públicos;
- Fortalecimento do turismo sustentável, de base comunitária.

O programa terá como objetivos:

- Valorização do trabalhador rural;
- Geração de emprego e renda;
- Agregação de valor aos produtos agrícolas;
- Divulgação e reconhecimento da cultura das populações quilombolas, indígenas e tradicionais.

9. Programa Complexo Econômico da Saúde

Nosso Estado tem diversas indústrias da cadeia de produção de equipamentos e insumos para a área da saúde, que deve ser estimulado e fortalecido para garantir a autonomia de atendimento das necessidades internas e externas destes materiais. O programa terá como objetivos:

- Implantação, em âmbito estadual, da Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Social da Indústria da Saúde;
- Estímulo e apoio à produção, inovação e desenvolvimento de materiais da cadeia de suprimentos da saúde em território catarinense;
- Priorização de compras públicas das micro e pequenas empresas catarinenses para

atendimento das demandas da saúde.

Metas Estratégicas:

- Elaborar de forma participativa e implementar a Estratégia Santa Catarina 2040 para orientar o desenvolvimento econômico de longo prazo.
- Integrar planejamento econômico, inovação, infraestrutura e desenvolvimento regional.
- Fortalecer a capacidade do Estado de coordenar investimentos estratégicos.
- Modernizar a base industrial catarinense por meio da transformação digital e da inovação.
- Ampliar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com universidades e setor produtivo.
- Incentivar a adoção de tecnologias associadas à Indústria 4,0 e à transição para uma economia de baixo carbono.
- Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais em todas às regiões do Estado.
- Apoiar estratégias econômicas construídas a partir das vocações regionais.
- Reduzir as desigualdades territoriais por meio da diversificação produtiva.
- Expandir o acesso ao crédito, à inovação e aos mercados para micro e pequenas empresas.
- Fortalecer políticas de simplificação administrativa e digitalização dos pequenos negócios.
- Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas estaduais.
- Fortalecer cooperativas e empreendimentos da economia solidária como instrumentos de geração de renda e desenvolvimento local.
- Expandir programas de assistência técnica, inovação e comercialização.
- Ampliar programas de qualificação profissional alinhados às demandas das economias regionais.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva para jovens, mulheres e trabalhadores em processo de reconversão profissional.
- Integrar educação profissional, inovação e desenvolvimento econômico.
- Expandir a participação das empresas catarinenses em mercados internacionais.

- Atrair investimentos estratégicos para setores intensivos em conhecimento e inovação.
- Fortalecer redes internacionais de cooperação econômica e tecnológica.
- Incentivar investimentos em bioeconomia, economia circular e energias renováveis.
- Fortalecer cadeias produtivas ligadas à economia do mar e aos produtos de maior valor agregado.
- Integrar competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica.
- Descentralizar investimentos, fortalecendo a produção cultural regional.
- Apoiar empreendimentos e redes da economia criativa em todas as regiões.
- Ampliar mecanismos de financiamento e capacitação para trabalhadores da cultura.
- Descentralizar os recursos do Fundo Estadual de Turismo para todas as regiões do Estado, especialmente para aquelas mais vulneráveis, para ampliação da geração de emprego e renda local.
- Implantar Plano Turístico Estadual, priorizando o turismo de base comunitária e em conformidade com as potencialidades locais, para o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas no tripé ambiental, social e econômico.
- Criar uma agenda turística que reconheça a diversidade cultural, de destinos e de produtos catarinenses, como forma de enfrentar a sazonalidade do setor.
- Elaborar políticas públicas para apoiar as iniciativas da área do turismo rural que reconheçam e promovam a diversidade geográfica, climática e cultural de Santa Catarina.
- Estimular parcerias para o desenvolvimento produtivo da cadeia de insumos de materiais da saúde, vacinas e medicamentos, incluindo transferência de tecnologia.
- Promover linhas de crédito para pesquisa e inovação para medicamentos e materiais que sejam de alta relevância para SUS.
- Reduzir a vulnerabilidade do SUS quanto à falta de medicamentos, vacinas e materiais necessários para o atendimento das unidades de saúde do Estado.

3.4 QUARTA MISSÃO: CIDADES PARA VIVER MELHOR

As cidades concentram a maior parte da população catarinense e representam o principal espaço de realização da vida econômica e social.

Esta missão estabelece uma Política Estadual de Desenvolvimento Urbano capaz

de integrar habitação, mobilidade, saneamento, drenagem, infraestrutura, regularização fundiária, planejamento territorial, desenvolvimento metropolitano e adaptação climática.

O objetivo é construir cidades mais inclusivas, resilientes, acessíveis, sustentáveis e preparadas para enfrentar os desafios do século XXI.

Programas Estruturantes:

1. Programa Desenvolvimento da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano

Instituir uma política permanente de planejamento urbano integrada às estratégias de desenvolvimento regional e adaptação climática. O programa promoverá:

- Elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano;
- Apoio técnico aos municípios na revisão dos Planos Diretores;
- Fortalecimento do planejamento territorial;
- Integração entre políticas urbanas, ambientais, habitacionais e econômicas;
- Produção de informações territoriais para subsidiar o planejamento.

2. Programa Habitação Digna

Ampliar o acesso à moradia adequada, reduzindo o déficit habitacional e promovendo cidades mais inclusivas. O programa compreenderá:

- Criação de órgão estadual responsável pela política habitacional;
- Produção de habitação de interesse social;
- Urbanização de assentamentos precários;
- Regularização fundiária;
- Melhoria habitacional;
- Prevenção da ocupação de áreas de risco;
- Fortalecimento da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS);
- Apoio aos municípios na elaboração de planos locais de habitação.

3. Programa Mobilidade Sustentável

Promover um sistema de mobilidade seguro, acessível, eficiente e ambientalmente sustentável. O programa apoiará:

- Implantação da tarifa zero nos municípios;
- Transporte coletivo regional e metropolitano;

- Corredores estruturantes de transporte;
- Infraestrutura para pedestres;
- Rede cicloviária;
- Acessibilidade universal;
- Sistemas inteligentes de mobilidade;
- Estudos para implantação de sistemas de média e alta capacidade, conforme as características de cada região;
- Implantação de modo aquaviário.

4. Programa Saneamento e Segurança Hídrica

Universalizar o acesso ao saneamento básico e fortalecer a gestão integrada das águas. O programa compreenderá:

- Fortalecimento do Sistema Casan;
- Abastecimento de água;
- Coleta e tratamento de esgoto;
- Drenagem urbana;
- Manejo das águas pluviais;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Revisão do plano estadual de Recursos Hídricos;
- Recuperação de bacias hidrográficas;
- Apoio técnico aos municípios para elaboração de planos e projetos.

5. Programa Centros Urbanos Vivos

Promover a requalificação dos centros urbanos, valorizando patrimônio, comércio, habitação e espaços públicos. O programa apoiará:

- Revitalização de áreas centrais;
- Reutilização de imóveis ociosos;
- Incentivo à moradia nos centros urbanos;
- Recuperação do patrimônio histórico;
- Qualificação dos espaços públicos.

6. Programa Desenvolvimento Metropolitano

Fortalecer a governança das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. O programa promoverá:

- Elaboração e implementação cos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs);
- Fortalecimento das instâncias metropolitanas de governança;
- Integração do transporte, habitação, saneamento e uso do solo;
- Apoio técnico aos municípios para gestão compartilhada de funções públicas de interesse comuns.

7. Programa Infraestrutura Verde e Adaptação Climática

Incorporar soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde ao planejamento das cidades. O programa compreenderá:

- Parques urbanos;
- Corredores ecológicos;
- Recuperação de rios urbanos;
- Jardins de chuva e jardins de inundação;
- Arborização urbana;
- Ampliação das áreas permeáveis;
- Adaptação das cidades aos eventos climáticos extremos;
- Fortalecimento do sistema estadual de unidades de conservação.

8. Programa Apoio ao Desenvolvimento Municipal

Fortalecer os municípios de menor capacidade técnica para planejar e executar políticas urbanas. O programa promoverá:

- Assistência técnica permanente;
- Elaboração de projetos executivos;
- Capacitação de equipes municipais;
- Apoio à captação de recursos;
- Fortalecimento dos consórcios públicos e associações de municípios.

9. Programa Espaços Públicos para a Vida

Valorizar os espaços públicos como locais de convivência, cultura, esporte e cidadania. O programa apoiará:

- Implantação de parques;
- Implantação de praças;
- Implantação de áreas de lazer;
- Implantação de equipamentos comunitários;
- Acessibilidade universal;
- Ocupação cultural dos espaços públicos;
- Qualificação da paisagem urbana.

Metas Estratégicas:

- Instituir a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- Elaborar o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano.
- Apoiar os municípios na atualização dos Planos Diretores e dos instrumentos de planejamento territorial.
- Reduzir progressivamente o déficit habitacional qualitativo e quantitativo.
- Expandir programas de produção habitacional, urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária.
- Ampliar a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em parceria com municípios, universidades e entidades profissionais.
- Fortalecer sistemas integrados de transporte coletivo nas regiões metropolitanas e principais centros urbanos.
- Expandir a infraestrutura para pedestres e ciclistas.
- Avançar na universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.
- Apoiar os municípios na elaboração de projetos para ampliação da infraestrutura de saneamento.
- Implantar mecanismos permanentes de governança metropolitana.
- Apoiar a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

- Integrar políticas de mobilidade, habitação, saneamento e desenvolvimento econômico nas regiões metropolitanas.
- Incorporar soluções baseadas na natureza aos investimentos urbanos.
- Ampliar parques urbanos, áreas verdes e infraestrutura verde.
- Reduzir a ocupação de áreas de risco por meio do planejamento urbano e da política habitacional.
- Fortalecer a capacidade técnica dos municípios para elaborar projetos e captar recursos.
- Implantar programas permanentes de formação em planejamento urbano.
- Ampliar a cooperação técnica entre Estado, municípios, universidades e consórcios públicos.
- Requalificar centros urbanos e áreas públicas estratégicas.
- Ampliar a oferta de parques, praças e equipamentos públicos de convivência.
- Promover cidades mais acessíveis, inclusivas e voltadas às pessoas.
- Revisar e atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.
- Incentivar a execução e atualização dos Planos de Bacias Hidrográficas.

3.5 QUINTA MISSÃO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO PARA TRANSFORMAR SANTA CATARINA

O conhecimento constitui o principal ativo estratégico do desenvolvimento contemporâneo. O governo fortalecerá a educação pública em todos os níveis, valorizando professores, ampliando a permanência estudantil, qualificando a educação profissional e consolidando uma ampla rede de cooperação entre escolas, universidades, institutos federais, centros de pesquisa e setor produtivo.

Ciência, tecnologia e inovação serão tratadas como políticas de desenvolvimento e não apenas como políticas educacionais.

Programas Estruturantes:

1. Programa Educação para o futuro

Promover a melhoria da qualidade da educação básica, assegurando aprendizagem, inclusão, inovação pedagógica e redução das desigualdades educacionais. O programa apoiará:

- Fortalecimento da alfabetização na idade certa;
- Melhoria da aprendizagem em todas as etapas da educação básica;
- Inovação pedagógica;
- Educação integral;
- Combate à evasão escolar;
- Redução das desigualdades regionais de desempenho.

2. Programa Valorização dos Profissionais da Educação

Fortalecer a carreira docente e valorizar os profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade do ensino. O programa compreenderá:

- Realização regular de concurso para professores efetivos, com garantia de cotas para pessoas negras, indígenas, egressas da rede pública de ensino e pessoas com deficiência;
- Valorização salarial e profissional, com fortalecimento do plano de carreira;
- Formação inicial e continuada;
- Atualização pedagógica;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Inovação na gestão escolar;
- Fortalecimento das equipes pedagógicas.

3. Programa Escola Digital e Inovadora

Modernizar a infraestrutura das escolas estaduais e ampliar o uso de tecnologias educacionais. O programa apoiará:

- Conectividade de alta velocidade;
- Equipamentos tecnológicos;
- Recursos digitais de aprendizagem;
- Plataformas educacionais;
- Laboratórios de inovação;
- Formação digital de professores e estudantes.

4. Programa Educação Profissional e Tecnológica

Expandir a educação profissional integrada às estratégias de desenvolvimento

regional. O programa promoverá:

- Ampliação da oferta de cursos técnicos;
- Integração entre Ensino Médio e Educação Profissional;
- Formação voltada aos arranjos produtivos locais;
- Qualificação profissional ao longo da vida;
- Parceria com Institutos Federais, Sistema S, Universidades e setor produtivo.

5. Programa Universidade para o Desenvolvimento Catarinense

Fortalecer o papel das Universidades Públicas e comunitárias como instituições estratégicas para o desenvolvimento do Estado. O programa apoiará:

- Ampliação do acesso ao ensino superior;
- Apoio à UDESC, com autonomia total, inclusive orçamentária;
- Cooperação com as universidades e institutos federais;
- Democratização do acesso às vagas, com adoção de cotas para pessoas negras, indígenas, egressas da rede pública e pessoas com deficiência;
- Interiorização das oportunidades de formação superior.

As universidades serão reconhecidas como parceiras permanentes do planejamento, da inovação e do desenvolvimento regional.

6. Programa Permanência e Inclusão Educacional

Ampliar as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da educação em todos os níveis. O programa compreenderá:

- Transporte escolar;
- Alimentação escolar;
- Apoio à permanência estudantil;
- Acessibilidade;
- Educação inclusiva;
- Políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

7. Programa Ciência, Tecnologia e Inovação

Fortalecer o sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação como vetor do desenvolvimento econômico e social. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da FAPESC;
- Apoio aos grupos de pesquisa;
- Redes de inovação;
- Parques tecnológicos;
- Incubadoras;
- Internacionalização da pesquisa;
- Transferência de conhecimento para a sociedade.

8. Programa Internacionalização do Conhecimento

Ampliar a inserção internacional das instituições catarinenses de ensino, pesquisa e inovação. O programa promoverá:

- Cooperação científica internacional;
- Mobilidade acadêmica;
- Redes de pesquisa;
- Atração de pesquisadores;
- Participação em projetos internacionais;
- Intercâmbio de estudantes e docentes.

Metas Estratégicas:

- Melhorar os indicadores de aprendizagem em todas as etapas da educação básica.
- Reduzir as desigualdades educacionais entre regiões e redes de ensino.
- Ampliar progressivamente a oferta de educação em tempo integral.
- Expandir programas permanentes de formação continuada.
- Valorizar a carreira docente e fortalecer às equipes pedagógicas.
- Modernizar a gestão escolar com foco na aprendizagem.
- Garantir conectividade de qualidade em todas as escolas estaduais.
- Modernizar laboratórios e ambientes de aprendizagem.
- Ampliar o uso pedagógico das tecnologias digitais.
- Expandir a oferta de educação técnica articulada às demandas regionais.
- Fortalecer a integração entre ensino médio, educação profissional e mercado de trabalho.

- Ampliar parcerias com Institutos Federais, Sistema S e setor produtivo.
- Ampliar oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.
- Fortalecer a UDESC e a cooperação com as Universidades e Institutos Federais e o com Sistema ACAFE.
- Expandir programas de bolsas e apoio à permanência estudantil, especialmente para estudantes de baixa renda.
- Ampliar os investimentos estaduais em ciência, tecnologia e inovação.
- Fortalecer a FAPESC como principal agência estadual de fomento à pesquisa.
- Expandir redes de inovação, incubadoras e parques tecnológicos em todas as regiões.
- Integrar universidades e centros de pesquisa às estratégias de desenvolvimento regional.
- Apoiar projetos de pesquisa aplicada voltados aos desafios econômicos, sociais e ambientais de Santa Catarina.
- Fortalecer laboratórios de inovação pública e observatórios territoriais.
- Expandir acordos de cooperação científica internacional.
- Incentivar a mobilidade de pesquisadores, professores e estudantes.
- Inserir Santa Catarina em redes globais de produção de conhecimento e inovação.

3.6 SEXTA MISSÃO: SAÚDE INTEGRAL E QUALIDADE DE VIDA

Garantir acesso universal, regionalizado e humanizado aos serviços públicos de saúde será prioridade permanente.

Defesa de um sistema de saúde que proteja a população catarinense dos riscos e danos à saúde, com oferta de serviços especializados o mais próximo de sua moradia e no momento oportuno, com profissionais qualificados e valorizados, e uma gestão própria dos serviços eficiente e eficaz. O fortalecimento da atenção básica, da regionalização do SUS, da saúde mental, da média e alta complexidade, da inovação tecnológica, da valorização dos profissionais e da prevenção das doenças permitirá ampliar a eficiência do sistema e reduzir desigualdades no acesso aos serviços públicos.

Programas Estruturantes:

1. Programa Fortalecimento do SUS Catarinense

Fortalecer o Sistema Único de Saúde como política pública universal, ampliando

sua capacidade de atendimento, coordenação e resposta às necessidades da população, Excelência na oferta de serviços próprios, nos mecanismos de gestão da saúde e apoio aos municípios. O programa promoverá:

- Fortalecimento da governança regional do SUS;
- Reforma das unidades hospitalares de gestão estadual;
- Apoio operacional e financeiro aos gestores municipais;
- Retorno do aporte aos municípios para que possam ofertar de equipes multiprofissionais;
- Qualificação da atuação da Secretaria de Estado da Saúde com transparência dos dados Recomposição do quadro de funcionários com vínculo permanente e assegurar a qualidade de atuação da SES;
- Parâmetros e mecanismos transparentes de investimentos dos hospitais baseado no potencial e na produção prioridade aos públicos e filantrópicos em Santa Catarina;
- Processo de habilitação de serviços por linhas de cuidado;
- Acesso oportuno aos de forma integrada em todas as regiões: obtenção de todos os medicamentos em um mesmo local, com serviço farmacêutico de orientação para o uso seguro e eficaz, e o acompanhamento farmacoterapêutico, quando necessário;
- Mecanismos de divulgação de informação e comunicação qualificada, de amplo alcance, sobre medidas de promoção e prevenção para todas as regiões de SC.

2. Programa Rede Estadual de Especialidades:

Promover a ampliação do acesso e redução do tempo de espera por cirurgias, exames e consultas com especialistas. O programa promoverá:

- Centros Regionais de Especialidades para consultas, procedimentos ambulatoriais e exames de média complexidade nas 16 regionais de saúde;
- Mecanismos ágeis e eficazes de regulação das filas de espera, especialmente as cirurgias;
- Soluções de telessaúde para agilizar o acesso a exames, consultas, cirurgias, qualificar os encaminhamentos, reduzir filas de espera e evitar deslocamentos desnecessários;
- Comunicação ágil e qualificada do agendamento de consultas e exames via aplicativo em celular;
- Garantia das cirurgias eletivas de maior complexidade, destaque para a cirurgia

bariátrica, com oferta de medicamentos e acompanhamento multiprofissional.

3. Programa Saúde Mental e Bem-Estar

Ampliar e qualificar a Rede de Atenção em Saúde Mental com fortalecimento de políticas de promoção da saúde mental. O programa promoverá:

- Cofinanciamento estadual para implantar e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS em todas as 16 regionais de saúde, em parceria com os municípios;
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do tipo III em todos os municípios acima de 200.000 mil habitantes: atenção 24 horas/dia em todas as Macrorregiões do estado;
- Leitos para internação em hospitais gerais e pediátricos em todos os municípios com pelo menos100 mil habitantes;
- Integração dos serviços de saúde mental à Rede de Atenção Psicossocial, incluindo os leitos localizados nos municípios de menor porte;
- Estratégias de prevenção ao suicídio, em escolas e comunidades em todo o Estado de SC;
- Atenção qualificada às pessoas com transtornos mentais, dependência química e dependentes de jogos de aposta;
- Integração entre saúde, assistência social e educação.

4. Programa Atenção a Transtornos de Neurodesenvolvimento e TEA

Qualificar o atendimento a crianças e adolescentes com transtorno de neurodesenvolvimento e TEA. O programa promoverá:

- Centros Especializados de Reabilitação do TIPO IV (deficiência física, auditiva, visual, intelectual e autismo) em cada macrorregião, integrando a saúde e a educação;
- Ampliação do acesso aos testes para identificação dos problemas e disfunções em tempo oportuno;
- Apoio especializado à distância para as famílias, profissionais das escolas e da atenção básica;
- Incentivo financeiro para o desenvolvimento de pesquisas em tratamento e prevenção.

5. Programa Saúde da Mulher, da Criança e do Idoso:

Qualificar a atenção integral aos diferentes ciclos da vida. O programa

compreenderá:

- Redução da mortalidade materna em Santa Catarina;
- Investigação de 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil em tempo ágil;
- Ambulatórios Especializados em Pré-Natal de Alto Risco em todas as 16 regiões de saúde em SC e sistema de alerta e monitoramento da gestação de alto risco;
- Rede Catarinense de Medicina Fetal e Genética Médica;
- Acesso regional às UTIs neonatais;
- Busca ativa vacinal e nutricional em SC; com sistema de monitoramento estadual das crianças de O a 1 ano em áreas de extrema vulnerabilidade periférica e rural;
- Programa Estadual de Cuidado Integrado à Saúde do Idoso: incentivo a Promoção do Envelhecimento Ativo e Estratégias de Prevenção de Quedas;
- Universidade Aberta da Terceira Idade: formação e certificação de cuidadores de idosos e cursos de apoio e orientação às famílias no cuidado domiciliar de idosos;
- Incentivo financeiro para adesão dos municípios ao Programa Melhor em Casa;
- Oferta de tratamento medicamentoso na abordagem à obesidade, diabetes, síndromes metabólicas e transtornos decorrentes.

6. Programa Controle das Doenças Transmissíveis

Fortalecer ações de redução das infecções sexualmente transmissíveis, hepatites virais e tuberculose. O programa apoiará:

- Programa Santa Catarina Livre da Sífilis: ampliação da testagem rápida; tratamento oportuno do paciente e parceiros; fortalecimento do pré-natal; campanhas permanentes de educação sexual; apoio financeiro e técnico aos municípios para aquisição de insumos e qualificação das equipes;
- Fortalecimento da resposta ao HIV: diagnóstico, acompanhamento clínico e renovação de receitas próximos do domicílio; suporte especializado à distância; ampliação da distribuição de autotestes e estratégias extramuros de diagnóstico; expansão da oferta de PrEP e acesso oportuno à PEP; implantação de TelePrEP e TelePrEP para triagem, seguimento e renovação de exames; início do tratamento antirretroviral no menor tempo possível após diagnóstico; fortalecimento das metas internacionais da UNAIDS de diagnóstico precoce, tratamento e supressão viral;
- Ampliação do diagnóstico precoce e vinculação rápida ao tratamento de DT;

- Apoio estadual ao controle da tuberculose.

7. Programa Atenção às Mulheres Vítimas de Violência

Intensificar e ampliar serviços e ações intersetoriais de prevenção e identificação precoce de mulheres vítimas de violência. O programa apoiará:

- Identificação precoce dos sinais pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde Encaminhamento oportuno dos casos para o cuidado de equipes de especialistas como psicólogos, assistentes sociais e suporte jurídico;
- Mecanismos ágeis de denúncia e atendimento jurídico e de saúde ágeis: serviços de denúncia e atendimento jurídico e de saúde (psicólogos e médicos) para mulheres vítimas de violência (presencial e a distância) operando nos finais de semana em todas as regiões;
- Educação nas escolas: integração entre saúde, educação e segurança.

8. Programa Atenção à Saúde do Trabalhador

Valorizar o trabalhador do SUS e qualificar a saúde dos trabalhadores. O programa compreenderá:

- Reestruturação da Rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador com o apoio da gestão federal;
- Atendimento especializado e integrado ao trabalhador lesionado;
- Ações de capacitação permanente aos servidores de saúde do SUS, para diagnóstico precoce, manejo e encaminhamento dos casos e lesões relacionados ao trabalho;
- Comitê estadual de combate aos acidentes graves e fatais;
- Implantação de uma política de saúde mental no trabalho e combate ao assédio moral no trabalho;
- Política de Valorização dos trabalhadores do SUS: capacitação continuada dos trabalhadores vinculados ao SUS; apoio para uma carreira interprofissional no SUS.

9. Programa Segurança Alimentar e Nutricional

Defender uma política estadual para redução e combate ao uso de agrotóxicos e demais defensivos agrícolas em Santa Catarina. O programa articulará ações:

- Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Estadual, SISAN;

- Política estadual de acesso à alimentação e de combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional, em parceria com o governo federal;
- Criação da Rede Estadual de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, EGSAN, garantia de acesso a alimentação adequada para toda a população catarinense, principalmente a população vulnerabilizada;
- Implantação do Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos (PROERA): assegurado pela Lei Estadual nº 18.391, em 07/06/2022, ainda não implementada.

10. Programa Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) e Cannabis Medicinal

Assegurar acesso oportuno às PICS e cannabis medicinal. O programa apoiará:

- Capacitação de profissionais para o desenvolvimento das PICS e uso correto de canabinoides;
- Adesão dos municípios à implementação de PICs e uso correto de da cannabis medicinal;
- Mecanismos ágeis e eficazes de avaliação de pedidos de acesso aos medicamentos prescritos.

11. Programa Inovação Tecnológica na Saúde

Fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde (CEIS) e da inovação em saúde, promovendo soluções capazes de reduzir desigualdades regionais, aumentar a eficiência da gestão e estimular o desenvolvimento econômico do Estado. O programa incentivará:

- Ações articuladas com instituições de pesquisa e setor produtivo para desenvolver e incorporar tecnologias voltadas às necessidades do SUS catarinense;
- Fomento ao desenvolvimento e ampliação da Saúde Digital e Inteligência Artificial;
- Desenvolvimento de tecnologias para diagnóstico laboratorial descentralizado, assistência farmacêutica, tecnologias assistivas, acompanhamento de pessoas com doenças crônicas, gestantes de alto risco, pacientes em reabilitação e saúde mental, priorizando soluções que reduzam as desigualdades regionais e fortaleçam a Atenção Primária e a Atenção Especializada.

Metas Estratégicas:

- Consolidar a regionalização da saúde como instrumento de organização da rede de serviços.
- Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios na gestão do SUS.
- Integrar planejamento, financiamento e avaliação das políticas estaduais de saúde.
- Expandir e qualificar a cobertura da Estratégia Saúde da Família.
- Ampliar as equipes multiprofissionais de atenção primária.
- Fortalecer ações de promoção da saúde e prevenção de doenças em todos os municípios.
- Reduzir o tempo de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas.
- Fortalecer a rede regional de especialidades e alta complexidade.
- Modernizar hospitais estaduais e apoiar a qualificação dos hospitais regionais e filantrópicos.
- Expandir a Rede de Atenção Psicossocial em todas as regiões do Estado.
- Fortalecer políticas de prevenção ao suicídio e atenção à saúde mental de crianças, adolescentes e idosos.
- Integrar saúde mental, assistência social e educação nos territórios mais vulneráveis,
- Implantar o prontuário eletrônico integrado na rede estadual.
- Fortalecer a pesquisa e a inovação tecnológica em parceria com universidades e centros de excelência.
- Fortalecer a capacidade de resposta a epidemias, pandemias e eventos climáticos com impacto na saúde pública.
- Ampliar a cobertura vacinal e os sistemas de monitoramento epidemiológico.
- Integrar vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador.
- Expandir programas de formação continuada e educação permanente.
- Implantar políticas de atração e fixação de profissionais nas regiões com maior escassez.
- Melhorar as condições de trabalho e infraestrutura das unidades estaduais de saúde,
- Ampliar programas de alimentação saudável, atividade física e saúde nas escolas.
- Implementar a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra (PESIPN).
- Fortalecer a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em âmbito estadual.

3.7 SÉTIMA MISSÃO: SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DA PAZ

A segurança pública será tratada de forma integrada, articulando inteligência, prevenção, valorização profissional, tecnologia e participação comunitária.

O enfrentamento da violência exige políticas públicas capazes de reduzir desigualdades, ampliar oportunidades para a juventude e fortalecer a presença do Estado nos territórios mais vulneráveis. Construir uma cultura de paz constitui parte essencial de uma sociedade democrática.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina Segura

Fortalecer o Sistema Estadual de Segurança Pública por meio da integração entre prevenção, inteligência, investigação, policiamento e participação social. O programa promoverá:

- Aumento do efetivo policial;
- Integração das forças policiais Estadual e Federal e das Receitas Federal e Estadual no combate ao crime organizado;
- Integração operacional entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Penal;
- Fortalecimento da inteligência policial;
- Modernização tecnológica;
- Compartilhamento de informações;
- Atuação integrada com o sistema de justiça e os municípios;
- Planejamento territorial da segurança pública;
- Reorganização da estrutura de cargos da segurança pública por meio de concurso público.

2. Programa Prevenção da Violência e Cultura da Paz

Implementar uma política estadual de prevenção da violência, articulando educação, cultura, esporte, assistência social, saúde e segurança pública. O programa apoiará:

- Programas voltados à infância e juventude;
- Prevenção da violência escolar;
- Mediação comunitária de conflitos;
- Fortalecimento das redes de proteção social;
- Projetos culturais e esportivos em territórios vulneráveis;
- Campanhas permanentes de promoção da cultura de paz.

A prevenção será incorporada como eixo estruturante da política estadual de segurança.

3. Programa Polícia Cidadã

Fortalecer o policiamento orientado para a proteção da população e a aproximação com as comunidades. O programa compreenderá:

- Ampliação do policiamento comunitário;
- Formação continuada em direitos humanos;
- Prevenção à violência doméstica;
- Mediação de conflitos;
- Policiamento escolar;
- Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs).

4. Programa Inteligência e Investigação

Ampliar a capacidade de investigação qualificada e enfrentamento ao crime organizado. O programa apoiará:

- Inteligência policial;
- Integração de bancos de dados;
- Combate às organizações criminosas;
- Enfrentamento aos crimes cibernéticos;
- Combate à lavagem de dinheiro;
- Fortalecimento da perícia criminal;
- Modernização da investigação científica.

5. Programa Valorização dos Profissionais da Segurança Pública

Valorizar os servidores da segurança pública por meio de políticas permanentes de

formação, saúde e desenvolvimento profissional. O programa compreenderá:

- Formação continuada;
- Qualificação tecnológica;
- Atenção à saúde física e mental;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Modelização de equipamentos;
- Fortalecimento das carreiras.

6. Programa Defesa Civil e Proteção Comunitária

Fortalecer a integração entre segurança pública, defesa civil e gestão de riscos. O programa promoverá:

- Ampliação da capacidade de resposta a emergências;
- Integração entre Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil e municípios;
- Prevenção de acidentes;
- Educação comunitária para redução de riscos;
- Fortalecimento da atuação preventiva.

7. Programa Segurança nas Cidades

Integrar políticas urbanas à prevenção da violência. O programa apoiará:

- Qualificação dos espaços públicos;
- Iluminação pública eficiente;
- Requalificação de áreas degradadas;
- Ocupação dos espaços públicos por atividades culturais e esportivas;
- Mobilidade segura;
- Desenho urbano orientado à prevenção da violência.

As políticas de segurança serão articuladas ao planejamento urbano e ao desenvolvimento territorial.

8. Programa Tecnologia para Segurança Pública

Modernizar a infraestrutura tecnológica das instituições de segurança. O programa desenvolverá:

- Centros integrados de monitoramento;

- Videomonitoramento de área públicas;
- Retorno do uso de câmeras corporais nas operações policiais;
- Inteligência artificial aplicada à segurança;
- Comunicação integrada;
- Sistemas georreferenciados;
- Análise dedados para prevenção criminal.

9. Programa Sistema Prisional, Reinserção Social e Alternativas Penais

Modernizar o sistema prisional catarinense, ampliando sua capacidade, qualificando a gestão das unidades e fortalecendo políticas de educação, trabalho e reinserção social, de forma articulada com estratégias de redução da reincidência criminal. O programa compreenderá:

- Ampliação e modernização da infraestrutura prisional, priorizando regiões com maior déficit de vagas;
- Melhoria das condições de segurança, gestão e humanização das unidades prisionais; fortalecimento da Polícia Penal;
- Ampliação da oferta de educação formal, qualificação profissional e trabalho para pessoas privadas de liberdade;
- Expansão de programas de reinserção social para egressos do sistema prisional; fortalecimento das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica para crimes de menor potencial ofensivo, nos termos da legislação;
- Ampliação das parcerias com empresas, cooperativas, Sistema S e instituições de ensino para geração de oportunidades de trabalho e formação profissional;
- Implantação de um sistema permanente de acompanhamento dos indicadores de reincidência e ressocialização.

Metas Estratégicas:

- Consolidar o Sistema Estadual Integrado de Segurança Pública.
- Ampliar a integração operacional entre as instituições policiais, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar.
- Implantar programas permanentes de prevenção da violência em parceria com municípios.

- Expandir ações voltadas à proteção de crianças, adolescentes e jovens em territórios mais vulneráveis.
- Fortalecer políticas de mediação de conflitos e promoção da cultura de paz.
- Expandir o policiamento comunitário em todas as regiões do Estado.
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança.
- Ampliar a formação em direitos humanos, mediação de conflitos e atendimento às populações vulneráveis.
- Modernizar os sistemas estaduais de inteligência policial.
- Fortalecer a capacidade de investigação dos crimes organizados, ambientais, patrimoniais e cibernéticos.
- Expandir a utilização de tecnologias de análise de dados e perícia científica.
- Ampliar programas de formação continuada para os profissionais da segurança pública.
- Fortalecer políticas de saúde física e mental dos servidores.
- Modernizar equipamentos e infraestrutura das instituições de segurança.
- Integrar planejamento urbano e políticas de prevenção da violência nas cidades.
- Apoiar municípios na qualificação de espaços públicos e na melhoria da iluminação urbana.
- Promover ações integradas de segurança, cultura, esporte e assistência social em áreas de maior vulnerabilidade.
- Expandir programas de educação, qualificação profissional e reinserção social de pessoas privadas de liberdade e egressas.
- Fortalecer práticas de justiça restaurativa e alternativas penais.
- Reduzir a reincidência criminal por meio de políticas integradas de inclusão social.
- Implantar um sistema estadual de indicadores e monitoramento da segurança pública.
- Reduzir progressivamente o déficit de vagas no sistema prisional por meio da ampliação, modernização e melhor distribuição territorial das unidades.
- Universalizar o acesso à educação e ampliar a oferta de qualificação profissional e trabalho para a população privada de liberdade.

3.8 OITAVA MISSÃO: DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA, PESCA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O campo continuará desempenhando papel estratégico para a economia catarinense.

O governo fortalecerá à agricultura familiar, a agroecologia, o cooperativismo, a pesca artesanal, a maricultura, a agroindústria, a assistência técnica, a pesquisa agropecuária e os sistemas alimentares sustentáveis.

Desenvolvimento rural significa produzir riqueza preservando o meio ambiente e garantindo qualidade de vida às populações do campo.

Programas Estruturantes:

1. Programa Desenvolvimento Rural Sustentável

Implementar uma política estadual de desenvolvimento rural baseada na diversificação produtiva, inovação, sustentabilidade e fortalecimento das economias locais.

O programa integrará agricultura, pecuária, pesca, maricultura, piscicultura, cooperativismo, agroindústria, infraestrutura rural, assistência técnica e desenvolvimento territorial.

As ações serão planejadas considerando as diferentes características produtivas e ambientais das regiões catarinenses.

2. Programa Agricultura Familiar Forte

Fortalecer a agricultura familiar como eixo estratégico do desenvolvimento econômico, da segurança alimentar e da permanência das famílias no campo. O programa apoiará:

- Ampliação da assistência técnica e extensão rural;
- Acesso ao crédito e ao seguro rural;
- Sucessão rural e permanência da juventude no campo;
- Diversificação produtiva;
- Mecanização apropriada;
- Inovação tecnológica;
- Agroindustrialização;
- Organização cooperativa.

A agricultura familiar será tratada como política de desenvolvimento, geração de renda e abastecimento alimentar.

3. Programa Cooperativismo e Agroindústria Regional

Fortalecer cooperativas, associações e agroindústrias familiares como instrumentos de agregação de valor à produção rural. O programa promoverá:

- Apoio à industrialização da produção;
- Certificação de produtos;
- Adequação sanitária;
- Inovação tecnológica;
- Comercialização;
- Exportação;
- Fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

4. Programa Pesca, Piscicultura e Maricultura Sustentáveis

Consolidar Santa Catarina como referência nacional em pesca, piscicultura e maricultura sustentáveis. O programa compreenderá:

- Fortalecimento da pesca artesanal;
- Modernização da infraestrutura pesqueira;
- Apoio à maricultura;
- Apoio à piscicultura;
- Qualificação técnica dos produtores;
- Monitoramento da qualidade ambiental das áreas de cultivo;
- Agregação de valor aos produtos;
- Pesquisa e inovação;
- Rastreabilidade da produção;
- Ampliação do acesso aos mercados.

Será estimulada à integração entre universidades, EPAGRI, instituições de pesquisa e setor produtivo para ampliar a competitividade da economia do setor.

5. Programa Segurança Alimentar e Abastecimento

Fortalecer sistemas alimentares sustentáveis, garantindo produção, distribuição e

acesso a alimentos saudáveis. O programa apoiará:

- Compras públicas da agricultura familiar;
- Circuitos curtos de comercialização;
- Feiras da agricultura familiar;
- Bancos de alimentos;
- Combate ao desperdício;
- Alimentação escolar;
- Cozinhas comunitárias e restaurantes populares;
- Produção de alimentos saudáveis.

6. Programa Agroecologia e Produção Sustentável

Estimular sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis. O programa promoverá:

- Agroecologia;
- Produção orgânica;
- Conservação dos solos;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Manejo sustentável da água;
- Redução do uso de insumos de alto impacto ambiental;
- Pesquisa aplicada.

7. Programa Infraestrutura para o Campo

Melhorar as condições de produção e qualidade de vida nas áreas rurais. O programa apoiará:

- Implantação e melhoria de estradas rurais;
- Energia elétrica;
- Conectividade digital;
- Abastecimento de água;
- Saneamento rural;
- Armazenagem;
- Logística da produção.

8. Programa Inovação e Pesquisa Agropecuária

Fortalecer a pesquisa e a inovação como instrumentos de aumento da produtividade e adaptação às mudanças climáticas. O programa desenvolverá ações em parceria com EPAGRI, CIDASC, universidades, institutos federais e cooperativas para:

- Pesquisa agropecuária;
- Agricultura de precisão;
- Digitalização do campo;
- Biotecnologia;
- Adaptação climática;
- Melhoramento genético;
- Difusão tecnológica.

Metas Estratégicas:

- Implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Fortalecer o planejamento territorial das cadeias produtivas rurais.
- Reduzir desigualdades entre as regiões rurais do Estado.
- Ampliar a cobertura da assistência técnica e extensão rural.
- Expandir o acesso da agricultura familiar ao crédito, ao seguro rural e às compras públicas.
- Incentivar a permanência da juventude no campo por meio de políticas integradas de renda, inovação e educação.
- Fortalecer cooperativas e associações rurais em todas as regiões do Estado.
- Ampliar a agregação de valor à produção agropecuária por meio da agroindustrialização.
- Expandir programas de certificação, inovação e acesso a mercados.
- Modernizar a infraestrutura de apoio à pesca artesanal, à piscicultura e à maricultura.
- Fortalecer a pesquisa, a assistência técnica e o monitoramento ambiental das áreas de cultivo.
- Ampliar a competitividade da cadeia produtiva da maricultura catarinense, incorporando inovação e agregação de valor.
- Ampliar a participação da agricultura familiar nas compras governamentais.

- Fortalecer sistemas locais de abastecimento alimentar.
- Reduzir perdas e desperdícios ao longo das cadeias de produção e distribuição.
- Expandir práticas de agroecologia, conservação do solo e uso eficiente da água.
- Incentivar sistemas produtivos adaptados às mudanças climáticas.
- Recuperar áreas ambientalmente degradadas em parceria com os produtores rurais.
- Ampliar investimentos em infraestrutura logística, conectividade e abastecimento no meio rural.
- Melhorar as condições de transporte da produção e acesso aos serviços públicos.
- Fortalecer a integração entre pesquisa, assistência técnica e produção.
- Expandir a adoção de tecnologias digitais e agricultura de precisão.
- Consolidar redes estaduais de inovação voltadas ao desenvolvimento rural.
- Implementar uma estratégia estadual para o desenvolvimento da economia do mar.
- Fortalecer a cadeia da maricultura, da piscicultura, da pesca artesanal e das novas atividades ligadas à bioeconomia marinha.
- Integrar conservação ambiental, inovação e desenvolvimento econômico da zona costeira.

3.9 NONA MISSÃO: JUSTIÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

A emergência climática representa um dos maiores desafios para Santa Catarina.

Esta missão integra adaptação climática, prevenção de desastres, recuperação ambiental, infraestrutura resiliente, transição energética, gestão das águas, proteção da biodiversidade e planejamento territorial.

O Estado deixará de atuar apenas após os desastres e passará a investir permanentemente na redução de riscos e na construção de territórios mais resilientes.

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina Resiliente

Instituir a Política Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas como eixo permanente do planejamento e dos investimentos públicos.

O programa integrará adaptação climática, planejamento territorial, defesa civil, infraestrutura, habitação, agricultura, recursos hídricos e desenvolvimento regional.

As prioridades serão definidas com base em mapas de risco, vulnerabilidade climática e capacidade de adaptação dos territórios.

2. Programa Municípios Resilientes

Apoiar tecnicamente os municípios na incorporação da adaptação climática aos instrumentos de planejamento territorial. O programa apoiará:

- Revisão dos Planos Diretores;
- Elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos;
- Mapeamento de áreas suscetíveis a inundações, deslizamentos e erosão;
- Capacitação das equipes municipais;
- Elaboração de projetos executivos para captação de recursos.

As ações serão desenvolvidas em parceria com a União, universidades, institutos federais, consórcios públicos e órgãos estaduais.

3. Programa Infraestrutura Verde e Soluções Baseadas na Natureza

Promover investimentos em infraestrutura natural como estratégia permanente de adaptação climática. O programa compreenderá:

- Parques lineares;
- Recuperação de rios urbanos;
- Proteção e recuperação de nascentes;
- Restauração de matas ciliares;
- Jardins de chuva;
- Reservatórios de amortecimento;
- Corredores ecológicos;
- Arborização urbana;
- Ampliação das áreas verdes.

As soluções baseadas na natureza serão priorizadas sempre que apresentarem maior eficiência ambiental, econômica e social.

4. Programa Defesa Civil Preventiva

Transformar a prevenção em eixo central da política estadual de proteção e defesa civil. O programa compreenderá:

- Monitoramento permanente dos riscos;
- Sistemas de alerta precoce;
- Ampliação da capacidade de resposta dos municípios;
- Integração entre Defesa Civil, planejamento urbano e gestão ambiental;
- Formação continuada das equipes locais;
- Fortalecimento dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil.

5. Programa Transição Energética e Economia de Baixo Carbono

Apoiar a modernização da economia catarinense por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa. O programa estimulará:

- Adaptação arquitetônica dos edifícios públicos para melhor eficiência energética;
- Energias renováveis;
- Hidrogênio verde;
- Eletrificação da mobilidade;
- Eficiência energética;
- Economia circular;
- Bioeconomia;
- Produção limpa;
- Inovação tecnológica aplicada à transição energética.

6. Programa Agricultura Resiliente

Fortalecer a adaptação da agricultura catarinense às mudanças climáticas. O programa apoiará:

- Manejo sustentável do solo;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Irrigação eficiente;
- Diversificação produtiva;
- Agroecologia;
- Pesquisa agropecuária;
- Assistência técnica voltada à adaptação climática.

As ações serão desenvolvidas em parceria com a EPAGRI, cooperativas e organizações de produtores.

7. Programa Litoral Vivo

Implementar uma política integrada de adaptação climática para a zona costeira catarinense. O programa promoverá:

- Fortalecimento e reestruturação do Gerenciamento Costeiro;
- Proteção das praias, dunas, restingas e manguezais;
- Gestão integrada da orla;
- Monitoramento da erosão costeira;
- Adaptação das cidades litorâneas à elevação do nível do mar;
- Fortalecimento da economia do mar;
- Proteção da biodiversidade marinha.

Essa política será integrada às estratégias estaduais de turismo, pesca, maricultura e desenvolvimento regional.

8. Programa Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

Ampliar a conservação da biodiversidade como elemento essencial da qualidade de vida e da resiliência climática. O programa apoiará:

- Criação e fortalecimento de unidades de conservação;
- Recuperação de ecossistemas;
- Proteção da fauna e da flora;
- Pagamento por serviços ambientais;
- Restauração florestal;
- Corredores ecológicos;
- Conservação da Mata Atlântica.

Metas Estratégicas:

- Instituir a Política Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Incorporar critérios de adaptação climática ao planejamento e aos investimentos estaduais.
- Apoiar os municípios na revisão de seus instrumentos de planejamento territorial com foco na redução de riscos.
- Ampliar a cobertura dos sistemas de monitoramento e alerta precoce.

- Fortalecer a capacidade técnica dos municípios para prevenção e resposta à desastres.
- Reduzir progressivamente a população exposta a áreas de alto risco por meio de ações integradas de planejamento urbano, habitação e infraestrutura.
- Fortalecer os Comitês de Bacia Hidrográfica e a gestão participativa das águas.
- Recuperar áreas estratégicas de proteção de mananciais e nascentes.
- Ampliar a segurança hídrica para abastecimento humano e atividades produtivas.
- Implantar projetos de infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza em parceria com os municípios.
- Ampliar áreas verdes urbanas e corredores ecológicos.
- Recuperar rios urbanos e áreas ambientalmente degradadas.
- Incentivar investimentos em energias renováveis e eficiência energética.
- Apoiar a eletrificação do transporte público e das frotas governamentais.
- Consolidar cadeias produtivas associadas à economia de baixo carbono.
- Ampliar programas de adaptação climática para a agricultura familiar e empresarial.
- Expandir práticas de conservação do solo, recuperação de áreas degradadas e uso eficiente da água.
- Fortalecer a pesquisa e a assistência técnica voltadas à resiliência climática.
- Implementar uma estratégia estadual de adaptação para a zona costeira.
- Fortalecer a proteção dos ecossistemas costeiros e da Mata Atlântica.
- Ampliar programas de conservação da biodiversidade e de pagamento por serviços ambientais.
- Integrar informações produzidas por universidades, centros de pesquisa e órgãos estaduais.

3.10 DÉCIMA MISSÃO: DIREITOS, IGUALDADE E INCLUSÃO

O desenvolvimento somente será completo quando todas as pessoas tiverem assegurado o pleno exercício de seus direitos e igualdade de oportunidades para participar da vida econômica, social, política e comunitária.

Santa Catarina é marcada por grande diversidade cultural, étnica e social. O Estado deve atuar para eliminar todas as formas de discriminação, ampliar o acesso às políticas públicas e garantir proteção às populações historicamente vulnerabilizadas.

Esta missão reúne as políticas estaduais de direitos humanos, igualdade racial, equidade de gênero, diversidade, juventude, envelhecimento ativo, acessibilidade, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, proteção animal e inclusão social.

O fortalecimento dos direitos constitui condição essencial para a construção de uma sociedade democrática, solidária e comprometida com a justiça social

Programas Estruturantes:

1. Programa Santa Catarina dos Direitos

Consolidar uma política estadual de promoção e proteção dos direitos humanos como eixo transversal da ação governamental. O programa promoverá:

- Fortalecimento do Sistema Estadual de Direitos Humanos;
- Implementação dos planos estaduais de promoção de direitos;
- Apoio aos Conselhos Estaduais de Direitos;
- Fortalecimento dos mecanismos de prevenção e enfrentamento às violações de direitos;
- Produção de informações e indicadores sobre direitos humanos;
- Formação permanente de servidores públicos.

As políticas de direitos humanos orientarão a atuação integrada das diferentes áreas do governo.

2. Programa Igualdade e Diversidade

Promover políticas públicas voltadas à superação das desigualdades e da discriminação. O programa apoiará ações de promoção da igualdade racial, equidade de gênero, respeito à diversidade sexual e de identidade de gênero, inclusão das pessoas com deficiência, valorização da população idosa, proteção das crianças e adolescentes e fortalecimento das políticas para a juventude.

As ações serão desenvolvidas de forma integrada com educação, saúde, assistência social, segurança pública e cultura.

3. Programa Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Reconhecer e fortalecer os direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais comunidades tradicionais catarinenses. O programa apoiará:

- Implementação do Política Nacional de atenção à Saúde dos povos Indígenas, com garantia de infraestrutura nos territórios;
- Acesso às políticas públicas;
- Proteção dos territórios tradicionais;
- Valorização das culturas tradicionais;
- Educação intercultural;
- Segurança alimentar;
- Fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis;
- Apoio técnico às comunidades.

4. Programa Juventude e Novas Oportunidades

Fortalecer políticas voltadas à juventude, ampliando oportunidades de educação, trabalho, cultura, esporte, inovação e participação política. As ações priorizarão:

- Permanência estudantil;
- Qualificação profissional;
- Primeiro emprego;
- Empreendedorismo jovem;
- Inclusão digital;
- Participação cidadã.

5. Programa Envelhecimento Ativo

Preparar Santa Catarina para a transição demográfica, promovendo autonomia, participação social e qualidade de vida da população idosa. O programa compreenderá:

- Políticas de cuidado;
- Acessibilidade;
- Envelhecimento saudável;
- Combate à violência contra a pessoa idosa;
- Incentivo à participação comunitária;

- Apoio aos municípios na implantação de serviços especializados.

6. Programa Acessibilidade Universal

Promover a inclusão plena das pessoas com deficiência em todas as políticas públicas estaduais. As ações incluirão:

- Adesão ao plano nacional das pessoas com deficiência;
- Acessibilidade física;
- Acessibilidade comunicacional;
- Tecnologia assistiva;
- Educação inclusiva;
- Inclusão no mercado de trabalho;
- Qualificação dos serviços públicos;
- Desenho universal nos investimentos estaduais.

7. Programa Territórios da Cidadania

Promover ações integradas de inclusão social nos territórios mais vulneráveis. O programa articulará investimentos em:

- Equipamentos públicos;
- Cultura;
- Esporte;
- Assistência social;
- Qualificação profissional;
- Economia solidária e criativa;
- Segurança cidadã;
- Revitalização de espaços públicos.

A prioridade será dada aos bairros periféricos urbanos, comunidades rurais vulneráveis e territórios com menores indicadores de desenvolvimento humano.

8. Programa Bem-Estar Animal e Guarda Responsável

Implementar uma Política Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, promovendo ações integradas de saúde pública, educação, proteção da fauna doméstica e silvestre e apoio aos municípios. O programa compreenderá:

- Criação da Secretaria de Estado de Bem-estar Animal apoio aos municípios na elaboração e implementação de políticas de proteção e bem-estar animal;
- Ampliação dos programas permanentes de castração, identificação eletrônica (microchipagem) e registro de cães e gatos;
- Fortalecimento das campanhas de adoção responsável e guarda responsável;
- Apoio às organizações da sociedade civil e protetores independentes que atuam no resgate e cuidado de animais abandonados;
- Implantação de programas estaduais de atendimento veterinário básico para populações em situação de vulnerabilidade social, em parceria com municípios e universidades; fortalecimento da fiscalização e das ações de prevenção e combate aos maus-tratos contra animais, em articulação com os órgãos de segurança pública e ambientais;
- Promoção da educação para o respeito aos animais nas escolas e em campanhas públicas de conscientização;
- Proteção da fauna silvestre em parceria com os órgãos ambientais, centros de reabilitação e instituições de pesquisa;
- Incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal.

Metas Estratégicas:

- Fortalecer o Sistema Estadual de Direitos Humanos e apoiar a implementação dos planos estaduais de promoção de direitos.
- Criar o Conselho Estadual das Pessoas LGBTQIA+ e aderir à Política Nacional das Pessoas LGBTQIA+.
- Erradicar os crimes de racismo e ódio no Estado.
- Ampliar os mecanismos de prevenção e enfrentamento às violações de direitos humanos.
- Implantar um sistema estadual de indicadores de direitos humanos para subsidiar a formulação e avaliação das políticas públicas.
- Reduzir desigualdades de acesso às políticas públicas entre diferentes grupos sociais.
- Fortalecer políticas de promoção da igualdade racial, de gênero e de respeito à diversidade.

- Ampliar a participação de grupos historicamente excluídos nos espaços de decisão e controle social.
- Ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos serviços públicos estaduais.
- Criar um órgão estadual de promoção de políticas públicas para a população LGBTQIA+, aos moldes da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.
- Apoiar ações de proteção dos direitos territoriais e culturais em articulação com os órgãos competentes.
- Expandir programas de formação, primeiro emprego e empreendedorismo para jovens.
- Ampliar espaços de participação da juventude na formulação das políticas públicas.
- Integrar políticas de educação, cultura, esporte e inovação voltadas às juventudes.
- Apoiar os municípios na ampliação da rede de atendimento à população idosa.
- Promover ações de prevenção da violência e de estímulo à autonomia e à convivência comunitária.
- Incorporar o envelhecimento populacional ao planejamento das políticas estaduais.
- Garantir critérios de acessibilidade universal nos investimentos públicos estaduais.
- Ampliar a oferta de tecnologias assistivas e serviços de apoio às pessoas com deficiência.
- Fortalecer políticas de inclusão educacional e laboral.
- Aderir ao plano nacional das pessoas com deficiência.
- Instituir a Política Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, apoiando os municípios na estruturação de programas permanentes de castração, microchipagem, atendimento veterinário, adoção responsável e combate aos maus-tratos, fortalecendo a integração entre saúde pública, meio ambiente, educação e direitos dos animais.

3.11 DÉCIMA PRIMEIRA MISSÃO: CULTURA, ESPORTE E ECONOMIA CRIATIVA

A cultura constitui patrimônio coletivo, expressão da diversidade catarinense e elemento fundamental para o desenvolvimento humano, a identidade regional e a democracia. Ao lado do esporte e do lazer, representa um direito de cidadania e um importante vetor de desenvolvimento econômico, geração de emprego, inovação e fortalecimento dos territórios.

Nosso governo fortalecerá o Sistema Estadual de Cultura, ampliará o acesso da

população às atividades culturais e esportivas e consolidará a economia criativa como uma das estratégias de desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Programas Estruturantes:

1. Programa Cultura Viva Catarinense

Fortalecer a cultura como direito de cidadania, patrimônio coletivo e vetor de desenvolvimento social e econômico. O programa compreenderá:

- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura;
- Criação de carreira específica, com formação adequada para a área de gestão de cultura do Estado e realização de concurso público regular para atender as demandas do setor;
- Valorização da produção artística catarinense;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura;
- Preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico;
- Modernização de bibliotecas, museus, arquivos e centros culturais;
- Incentivo à circulação artística;
- Descentralização dos investimentos culturais;
- Adequação do financiamento público da cultura à reforma tributária;
- Atualização dos valores financeiros dos editais de fomento;
- Aplicação de políticas afirmativas nos editais de fomento;
- Garantia de orçamento público do Estado para a Cultura;
- Fortalecimento dos Pontos de Cultura e das iniciativas comunitárias.

A cultura será reconhecida como elemento de identidade, inclusão social, geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Vamos iniciar um novo tempo para a cultura catarinense, pautado no diálogo, respeito e diversidade.

Serão fortalecidos mecanismos de financiamento, formação profissional e apoio ao empreendedorismo cultural.

2. Programa Economia Criativa Catarinense

Fortalecer os setores criativos como estratégia de desenvolvimento econômico, inovação e geração de emprego. O programa apoiará:

- Audiovisual;
- Música;

- Artes cênicas;
- Literatura;
- Design;
- Arquitetura;
- Moda;
- Gastronomia;
- Artesanato;
- Jogos digitais;
- Patrimônio cultural;
- Economia do patrimônio;
- Empreendedorismo cultural.

3. Programa Patrimônio Cultural Catarinense

Fortalecer a preservação, valorização e utilização social do patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico e imaterial. O programa apoiará:

- Restauração do patrimônio;
- Inventários culturais;
- Educação patrimonial;
- Preservação da memória catarinense;
- Digitalização de acervos;
- Fortalecimento dos museus.

4. Programa Esporte para Todos

Ampliar o acesso ao esporte e ao lazer como direitos fundamentais e instrumentos de promoção da saúde, da inclusão social e da qualidade de vida. O programa apoiará:

- Esporte educacional;
- Esporte comunitário;
- Esporte de rendimento;
- Infraestrutura esportiva;
- Incentivo ao paradesporto;
- Programas voltados à infância, juventude, mulheres, população LGBTQIA+ e

população idosa;

- Ocupação qualificada dos espaços públicos.

5. Programa Lazer e Espaços de Convivência

Promover políticas públicas de lazer, recreação e ocupação qualificada dos espaços públicos. O programa apoiará:

- Implantação de parques;
- Implantação de praças;
- Implantação de equipamentos esportivos;
- Atividades comunitárias;
- Esportes ao ar livre;
- Integração com a política urbana.

6. Programa Formação Cultural

Fortalecer a formação artística, técnica e de gestão dos trabalhadores da cultura, promovendo a qualificação profissional, a inovação e a sustentabilidade do setor cultural catarinense. O programa compreenderá:

- Ampliação da formação artística nas diferentes linguagens culturais, incluindo música, teatro, dança, artes visuais, audiovisual, literatura, patrimônio cultural, culturas populares e culturas tradicionais;
- Formação continuada de gestores públicos de cultura para fortalecer a gestão do Sistema Estadual de Cultura e das políticas municipais;
- Capacitação de produtores culturais, técnicos, agentes culturais e trabalhadores da economia criativa em elaboração de projetos, captação de recursos, gestão cultural, produção executiva, comunicação, acessibilidade e prestação de contas;
- Incentivo à pesquisa, documentação e transmissão dos saberes das culturas populares, indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais;
- Desenvolvimento de programas de educação patrimonial e formação de profissionais voltados à preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e imaterial;
- Promoção da inclusão digital e da qualificação tecnológica dos trabalhadores da cultura, ampliando sua capacidade de atuação nos ambientes digitais e nas novas cadeias da economia criativa.

Metas Estratégicas:

- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura.
- Descentralizar investimentos culturais.
- Ampliar o acesso aos equipamentos culturais.
- Valorizar o patrimônio cultural catarinense.
- Expandir a participação da economia criativa no desenvolvimento estadual.
- Apoiar empreendimentos criativos em todas as regiões.
- Integrar cultura, turismo e inovação.
- Ampliar a prática esportiva em todas as regiões.
- Modernizar equipamentos esportivos.
- Fortalecer o esporte educacional, comunitário e de rendimento.
- Ampliar a oferta de espaços públicos de convivência.
- Integrar esporte, cultura e lazer nas políticas urbanas.

3.12 DÉCIMA SEGUNDA MISSÃO: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

O desenvolvimento sustentável exige instituições públicas democráticas, transparentes e abertas à participação da sociedade.

O governo fortalecerá os mecanismos de controle social, os conselhos de políticas públicas, as conferências estaduais, os processos participativos de planejamento e os instrumentos de cooperação entre Estado, municípios e regiões.

A gestão pública será orientada pela transparência, pelo diálogo e pela corresponsabilidade entre governo e sociedade.

Programas Estruturantes:

1. Programa Governança Territorial e Regional

Instituir uma política permanente de governança territorial, fortalecendo a cooperação entre Estado, municípios e regiões. As ações incluirão:

- Fortalecimento das associações de municípios e consórcios públicos;
- Apoio ao planejamento regional;
- Elaboração de agendas regionais de desenvolvimento;

- Fortalecimento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Integração entre planejamento regional, urbano, ambiental e econômico.

As diferentes regiões do Estado passarão a constituir espaços permanentes de planejamento e coordenação de políticas públicas. Essa diretriz incorpora a necessidade de fortalecer as estruturas metropolitanas, os instrumentos previstos no Estatuto da Metrópole e a integração entre planejamento territorial e políticas setoriais.

2. Programa Fortalecimento da Democracia Participativa

Ampliar os mecanismos permanentes de participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O programa apoiará:

- Conselhos estaduais de políticas públicas;
- Conferências estaduais;
- Audiências públicas;
- Fóruns regionais;
- Consultas públicas;
- Processos participativos de planejamento;
- Orçamento participativo em programas específicos.

A participação social será incorporada como elemento permanente da gestão pública.

3. Programa Governo Digital e Dados Abertos

Modernizar a administração pública por meio da transformação digital. O programa promoverá:

- Integração das bases de dados estaduais;
- Ampliação dos serviços digitais;
- Transparência ativa;
- Interoperabilidade entre órgãos públicos;
- Dados abertos;
- Simplificação administrativa.

4. Programa Cooperação para o Desenvolvimento

Fortalecer a cooperação do governo estadual com a União, municípios,

universidades, institutos federais, cooperativas, setor produtivo e organizações da sociedade civil. Serão estimulados:

- Redes de inovação;
- Laboratórios de políticas públicas;
- Projetos interinstitucionais;
- Cooperação técnica;
- Compartilhamento de informações;
- Desenvolvimento de soluções para desafios territoriais.

5. Programa Transparência e Integridade Pública

Fortalecer a ética, a transparência e a integridade na administração estadual. As ações compreenderão:

- Ampliação dos mecanismos de controle interno e combate à corrupção;
- Fortalecimento das ouvidorias;
- Transparência das informações orçamentárias;
- Proteção ao denunciante;
- Capacitação permanente dos servidores públicos.

6. Programa Gestão Pública

Valorizar os servidores públicos e fortalecer à capacidade institucional do Estado. O programa garantirá:

- Fim da taxação de 14% para os aposentados;
- Formação continuada;
- Capacitação em planejamento e gestão;
- Inovação pública;
- Transformação digital;
- Gestão por resultados;
- Políticas de valorização das carreiras técnicas.

Especial atenção será dada à recomposição e qualificação das equipes permanentes de planejamento, reconhecendo que a continuidade das políticas públicas depende de estruturas técnicas estáveis.

7. Programa Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas

Instituir uma cultura permanente de avaliação das políticas públicas. O governo implantará:

- Indicadores de desempenho para cada missão estratégica;
- Monitoramento periódico das metas;
- Avaliação de impacto dos programas estruturantes;
- Relatórios anuais de resultados;
- Revisão sistemática das políticas públicas com base em evidências.

Metas Estratégicas:

- Implantar o Sistema Estadual de Planejamento e Desenvolvimento.
- Integrar planejamento, orçamento e avaliação em todas as áreas do governo.
- Fortalecer as carreiras técnicas e ampliar a capacidade institucional da administração pública.
- Fortalecer os consórcios públicos e as associações de municípios.
- Promover a integração entre planejamento regional, urbano, ambiental e econômico.
- Fortalecer o funcionamento dos conselhos estaduais de políticas públicas.
- Realizar conferências estaduais periódicas nas principais áreas de governo.
- Ampliar os instrumentos de participação cidadã.
- Instituir processos permanentes de diálogo com movimentos sociais, universidades, entidades empresariais, cooperativas e organizações da sociedade civil.
- Digitalizar progressivamente os principais serviços públicos estaduais.
- Integrar bases de dados entre os órgãos estaduais.
- Expandir a política de dados abertos.
- Simplificar procedimentos administrativos para cidadãos e empresas.
- Implantar o Sistema Estadual de Inteligência Territorial.
- Estabelecer parcerias permanentes com universidades e centros de pesquisa para produção e avaliação de informações estratégicas.
- Ampliar os mecanismos de transparência ativa e prestação de contas.
- Fortalecer os sistemas de controle interno e ouvidoria.
- Implantar programas permanentes de integridade pública em todos os órgãos estaduais.

- Apoiar projetos interinstitucionais voltados ao desenvolvimento regional.
- Consolidar mecanismos de governança interfederativa para políticas públicas de interesse comum, especialmente nas regiões metropolitanas.

3.13 DÉCIMA TERCEIRA MISSÃO: COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E PROMOVER A IGUALDADE DE GENERO

A violência contra a mulher representa uma das mais graves violações dos direitos humanos e constitui um desafio permanente para a democracia e para a construção de uma sociedade justa.

Em Santa Catarina, milhares de mulheres convivem diariamente com diferentes formas de violência física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e institucional, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar.

Enfrentar essa realidade exige muito mais do que ampliar a repressão aos agressores. É necessário construir uma política pública integrada, capaz de prevenir a violência, proteger as vítimas, responsabilizar os autores e promover a autonomia econômica e social das mulheres.

Nosso governo adotará uma política estadual permanente de enfrentamento à violência de gênero, baseada na prevenção, na proteção, na garantia de direitos e na articulação entre os diferentes órgãos públicos e a sociedade civil.

Nenhuma mulher deve deixar de denunciar a violência por falta de acolhimento, proteção ou perspectivas de reconstrução de sua vida.

Programas Estruturantes:

1. Rede Catarina de Proteção às Mulheres

Consolidação de uma rede integrada envolvendo Delegacias Especializadas, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, assistência social, saúde, educação, Guarda Municipal e organizações da sociedade civil. A atuação integrada permitirá respostas rápidas, acompanhamento contínuo das vítimas e compartilhamento de informações entre os órgãos responsáveis.

2. Casas da Mulher Catarinense

Implantação e fortalecimento de centros regionais de atendimento às mulheres,

oferecendo em um mesmo espaço acolhimento, orientação jurídica, atendimento psicológico, assistência social, qualificação profissional e encaminhamento para políticas de proteção. Nas regiões onde não houver estrutura permanente, serão implantadas unidades itinerantes para atendimento aos pequenos municípios.

3. Proteção Integral às Mulheres em Situação de Risco

Ampliação da oferta de casas de acolhimento temporário. Acompanhamento das mulheres sob medidas protetivas. Monitoramento eletrônico dos agressores nos casos previstos em lei. Integração com os programas habitacionais, de transferência de renda e de inclusão produtiva para assegurar condições reais de reconstrução da autonomia.

4. Autonomia Econômica das Mulheres

A dependência financeira é um dos principais fatores que dificultam o rompimento do ciclo da violência. O governo desenvolverá programas de qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo feminino, acesso ao microcrédito, apoio às cooperativas e prioridade em programas estaduais de emprego e renda para mulheres em situação de violência.

5. Educação para a Igualdade e Cultura de Paz

Promoção de campanhas permanentes de prevenção à violência contra a mulher. Desenvolvimento de ações educativas nas escolas voltadas ao respeito, à igualdade entre homens e mulheres, à resolução pacífica de conflitos e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação. Capacitação continuada de profissionais da educação para identificação precoce de situações de violência.

6. Saúde Integral da Mulher

Fortalecimento da atenção às mulheres vítimas de violência na rede pública de saúde. Garantia de atendimento psicológico, assistência especializada, acolhimento humanizado e acompanhamento continuado. Integração entre os serviços de saúde, assistência social e segurança pública para evitar a revitimização das mulheres durante o atendimento.

7. Cidades Seguras para as Mulheres

Criação de um programa estadual de cooperação com os municípios para fortalecer políticas locais de enfrentamento à violência de gênero. Apoio técnico para elaboração de planos municipais. Capacitação de equipes. Fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres. Incentivo à criação e ao fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

Metas Estratégicas:

- Cumprir a determinação legal de Delegacias de Proteção às Mulheres abertas 24h.
- Instituir a Casa da Mulher Brasileira em convênio com o Governo Federal.
- Expandir a cobertura da rede de atendimento especializado em todas as regiões do Estado.
- Reduzir os índices de feminicídio e de violência doméstica.
- Universalizar o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência.
- Ampliar significativamente a oferta de acolhimento temporário e proteção às mulheres sob risco.
- Garantir programas de qualificação profissional e inclusão produtiva para mulheres em situação de violência.
- Capacitar continuamente os profissionais das áreas de segurança, saúde, educação, assistência social e justiça para atendimento humanizado e integrado.

3.14 DÉCIMA QUARTA MISSÃO: INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

A infraestrutura constitui um dos principais fatores de competitividade econômica, integração territorial e qualidade de vida. Santa Catarina possui uma economia dinâmica, fortemente integrada ao comércio nacional e internacional, mas enfrenta limitações estruturais em sua malha logística, resultado de décadas de investimentos insuficientes, ausência de planejamento integrado e baixa articulação entre os diferentes modais de transporte.

A concentração da movimentação de cargas nas rodovias, os congestionamentos nos principais corredores logísticos, a limitada participação do transporte ferroviário, a necessidade de ampliar a capacidade portuária e aeroportuária, as desigualdades de

infraestrutura entre as regiões e os impactos crescentes das mudanças climáticas exigem um novo modelo de planejamento.

Nosso governo implementará uma Política Estadual de Infraestrutura e Logística orientada pela integração entre rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, infraestrutura energética, conectividade digital e planejamento territorial.

O objetivo é construir uma infraestrutura moderna, resiliente e sustentável, capaz de aumentar a competitividade da economia catarinense, reduzir desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Programas Estruturantes:

A infraestrutura de Santa Catarina precisa atender as necessidades da população catarinense, da logística de destinação da produção agrícola e industrial e estimular a conexão entre as regiões.

1. Programa Plano Estadual de Infraestrutura e Logística

Elaborar e implementar um planejamento integrado da infraestrutura estadual, articulando investimentos públicos e privados. O programa compreenderá:

- Plano Estadual de Infraestrutura e Logística;
- Carteira estratégica de investimentos;
- Priorização técnica de obras;
- Integração entre infraestrutura, desenvolvimento regional e adaptação climática;
- Monitoramento permanente dos projetos estruturantes.

2. Programa Rodovias para o Desenvolvimento

Modernizar a infraestrutura rodoviária estadual, aumentando a segurança, a capacidade e a eficiência da circulação de pessoas e mercadorias. O programa apoiará:

- Duplicações e ampliações de capacidade;
- Pavimentação e recuperação de rodovias estaduais;
- Eliminação de pontos críticos;
- Manutenção permanente da malha rodoviária;
- Obras de segurança viária;
- Infraestrutura resiliente aos eventos climáticos.

3. Programa Logística Integrada

Promover a integração entre os diferentes modais de transporte. O programa compreenderá:

- Articulação entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- Plataformas logísticas regionais;
- Centros intermodais de cargas;
- Planejamento logístico integrado;
- Corredores estratégicos de exportação.

4. Programa Ferrovias para Santa Catarina

Fortalecer a participação do transporte ferroviário na logística estadual. O programa apoiará:

- Articulação com o Governo Federal;
- Estudos e projetos ferroviários;
- Integração das ferrovias aos portos e polos industriais;
- Ampliação da competitividade do transporte de cargas;
- Redução dos custos logísticos.

5. Programa Portos Competitivos

Fortalecer o sistema portuário catarinense como ativo estratégico do desenvolvimento. O programa promoverá:

- Integração entre os portos públicos e privados;
- Modernização da infraestrutura portuária;
- Melhoria dos acessos terrestres;
- Digitalização das operações;
- Sustentabilidade ambiental;
- Ampliação da capacidade logística.

6. Programa Energia para o Desenvolvimento

Ampliar a segurança energética e apoiar a transição para uma matriz mais sustentável. O programa compreenderá:

- Modernização das redes de distribuição;

- Expansão da infraestrutura energética;
- Apoio à geração distribuída;
- Energias renováveis;
- Armazenamento de energia.

7. Programa Santa Catarina Conectada

Universalizar a infraestrutura digital como condição para o desenvolvimento. O programa apoiará:

- Expansão da internet de alta velocidade;
- Conectividade rural;
- Redes de fibra óptica;
- Infraestrutura para tecnologia 5G e futuras gerações;
- Inclusão digital dos pequenos municípios.

Metas Estratégicas:

- Modernizar a infraestrutura de acesso aos portos catarinenses.
- Apoiar a expansão da infraestrutura ferroviária em articulação com o Governo Federal.
- Aumentar a participação do transporte ferroviário e intermodal na movimentação de cargas.
- Expandir a infraestrutura energética para acompanhar o crescimento econômico.
- Universalizar o acesso à internet de alta velocidade em todos os municípios.
- Fortalecer a conectividade das áreas rurais.
- Melhorar a capacidade técnica do Estado na elaboração e gestão de projetos.
- Ampliar a carteira de projetos executivos aptos à captação de recursos.
- Reduzir o tempo entre planejamento e execução das obras estratégicas.
- Viabilizar a implantação da tarifa zero o transporte.

CONCLUSÃO: UMA VISÃO INTEGRADA PARA O FUTURO

As missões apresentadas neste Plano constituem uma estratégia única de desenvolvimento para Santa Catarina. Elas não representam áreas isoladas de governo, mas dimensões complementares de um mesmo projeto, no qual crescimento econômico, justiça territorial, inovação, sustentabilidade e qualidade de vida se reforçam

mutuamente.

Cada missão será detalhada de forma participativa com a sociedade catarinense, por meio de diagnóstico específico, objetivos estratégicos, programas estruturantes, metas, indicadores e mecanismos de governança. Dessa forma, o Plano deixa de ser uma simples relação de compromissos eleitorais para tornar-se um instrumento de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, orientado por resultados e por uma visão compartilhada de futuro para Santa Catarina.

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: AUSTERIDADE, RESPONSABILIDADE, MODERNIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Coligação Santa Catarina Acima de Tudo
Governador: João Rodrigues (PSD)
Vice-governador: Carlos Chiodini (MDB)
Aliança: PSD, MDB, PP-UB

1. FUNDAMENTOS DO PLANO DE GOVERNO 2027-2030

A Coligação "Santa Catarina Acima de Tudo", integrada pelo PSD, MDB e União Progressista (PP-UB), por meio de seus candidatos a Governador, João Rodrigues, e a Vice-Governador, Carlos Chiodini, apresenta o presente Plano de Governo para o quadriênio 2027-2030.

Este documento foi sistematizado com base em premissas fundamentais que orientarão toda a gestão pública estadual:

- Austeridade, responsabilidade e otimização dos recursos públicos;
- Gestão profissional e transparente;
- Modernização, desburocratização e entrega de serviços públicos de qualidade em todas as áreas de atuação do Estado;
- Inclusão social, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e inovação tecnológica.

Santa Catarina possui uma trajetória de protagonismo econômico e social construída pelo dinamismo e pela diversificação de seu setor produtivo, bem como pelo esforço coletivo de sua população. No entanto, a ausência de uma agenda estratégica clara que oriente o futuro do Estado coloca em risco essa competitividade conquistada ao longo de décadas.

O presente Plano de Governo responde a esse desafio com uma visão de longo prazo, articulando investimentos, modernização da máquina pública e proteção social, de modo a garantir que Santa Catarina continue sendo referência nacional de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

1.1 Visão Estratégica e Capacidade de Investimento

Para financiar a agenda de investimentos proposta, o Governo utilizará recursos provenientes de quatro fontes principais:

(a) recursos próprios do Estado;
(b) recursos alocados junto à União;
(c) financiamentos obtidos junto a instituições de crédito; e
(d) parcerias com a iniciativa privada, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou concessões de serviços públicos, sempre que esses arranjos se mostrarem vantajosos para o interesse público.

A destinação de recursos do Orçamento do Estado para o Plano de Investimentos será alcançada mediante a adoção de uma política fiscal austera, com controle rigoroso das despesas de custeio, assegurando-se, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) para investimentos.

Considerando o comportamento recente da Receita Corrente Líquida – que passou de R$ 41,002 bilhões em 2023 para R$ 50,791 bilhões em 2025, com estimativa de R$ 55,000 bilhões para 2026 –, é possível projetar a seguinte evolução ao longo do quadriênio 2027-2030:

Ano	RCL Projetada	15% para investimentos
2027	R$ 60,00 bilhões	R$ 9,00 bilhões
2028	R$ 65,00 bilhões	R$ 9,75 bilhões
2029	R$ 70,00 bilhões	R$ 10,50 bilhões
2030	R$ 75,00 bilhões	R$ 11,25 bilhões
TOTAL	—	**R$ 40,50 bilhões**

Tem-se, portanto, que a soma dos recursos do Tesouro estadual que poderão ser destinados ao Plano de Investimentos no período 2027-2030 alcança R$ 40,5 bilhões. Esse montante será complementado por recursos federais, financiamentos e parcerias privadas, ampliando significativamente a capacidade de transformação da infraestrutura e dos serviços públicos catarinenses.

A política fiscal austera não significará corte indiscriminado de gastos, mas sim a qualificação permanente das despesas, a eliminação de desperdícios e a priorização absoluta das áreas que impactam diretamente a qualidade de vida da população: segurança, saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico.

A responsabilidade fiscal é também um compromisso intergeracional. Governar com austeridade significa preservar a capacidade do Estado de investir no futuro, evitando o endividamento excessivo e a transferência de encargos para as próximas gerações. Santa

Catarina merece um governo que trate o dinheiro público com o mesmo rigor com que o cidadão trata o orçamento de sua família.

Nesse sentido, a projeção de R$ 40,5 bilhões de recursos próprios para investimento no quadriênio representa uma base sólida, que será potencializada pela articulação inteligente com a União e com a iniciativa privada. O Governo não se limitará a administrar a escassez: buscará ativamente a ampliação das fontes de financiamento, sempre com transparência e com avaliação rigorosa da vantagem para o interesse público.

A visão estratégica que orienta este Plano de Governo reconhece que Santa Catarina não pode se acomodar. O protagonismo econômico e social conquistado pelas gerações anteriores precisa ser renovado e ampliado. Isso exige planejamento de longo prazo, disciplina na execução e coragem para tomar decisões difíceis quando necessário. É exatamente esse o espírito que permeia todas as propostas apresentadas neste documento.

2. PLANO ESTRUTURAL DE GOVERNO: GESTÃO PÚBLICA

A qualidade da gestão pública é o alicerce sobre o qual se constroem todas as demais políticas. Sem uma administração eficiente, transparente e inovadora, mesmo os melhores programas setoriais tendem a perder efetividade. Por essa razão, o Governo João Rodrigues / Carlos Chiodini terá como prioridade absoluta a modernização da máquina pública estadual.

A experiência de gestões anteriores, tanto no âmbito estadual quanto municipal, demonstra que a diferença entre o sucesso e o fracasso de políticas públicas reside, em grande medida, na qualidade da gestão. Processos bem desenhados, servidores capacitados, uso inteligente da tecnologia e foco permanente no cidadão são ingredientes indispensáveis para a entrega de resultados.

O cidadão catarinense não pode continuar enfrentando filas desnecessárias, exigências burocráticas excessivas e falta de informação sobre os serviços a que tem direito. A administração pública do século XXI deve ser ágil, digital, transparente e centrada nas pessoas. Esse é o padrão de excelência que o Governo se compromete a alcançar.

2.1 Gestão Pública Eficiente, Transparente e Inovadora

O compromisso com a eficiência administrativa se traduzirá em ações concretas de

aperfeiçoamento contínuo. A gestão governamental será aprimorada em todas as suas áreas de atuação, com foco na melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços prestados à população catarinense.

A administração pública será blindada contra as investidas da corrupção e das práticas não republicanas, mediante a adoção de mecanismos de controle rigorosos e eficientes. A transparência será elevada a princípio norteador de todas as decisões, com publicidade ampla de contratos, convênios, nomeações e resultados de políticas públicas.

A inovação tecnológica ocupará lugar central, tanto na prestação dos serviços quanto na medição dos resultados e na avaliação da qualidade do que é entregue ao cidadão. Os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta serão imersos nos avanços tecnológicos contemporâneos, com especial atenção à digitalização dos serviços e ao emprego responsável da Inteligência Artificial.

A otimização dos recursos financeiros, de pessoal e de infraestrutura será permanente, sempre com o objetivo de potencializar os resultados dos serviços públicos. A administração será transparente, acessível e focada no atendimento das pessoas, colocando o cidadão no centro de todas as decisões.

Principais ações:

- Aperfeiçoar a gestão governamental em todas as áreas, elevando a eficiência e a eficácia dos serviços;
- Implantar mecanismos rigorosos de controle interno e externo para prevenir e combater a corrupção;
- Digitalizar progressivamente os serviços públicos, reduzindo filas e burocracia;
- Utilizar Inteligência Artificial e análise de dados para melhorar a qualidade e a agilidade das respostas ao cidadão;
- Implantar sistemas de medição de resultados e de avaliação da satisfação do usuário;
- Promover a transparência ativa, com portais de fácil acesso e linguagem clara;
- Capacitar permanentemente os servidores públicos para o uso de novas tecnologias e metodologias de gestão.

2.2 Adequação da Estrutura Organizacional da Administração à Realidade

A máquina pública precisa ser dimensionada de acordo com as necessidades reais

da sociedade e com a capacidade financeira do Estado. Estruturas ociosas ou improdutivas consomem recursos que poderiam ser direcionados a serviços essenciais. Por isso, será realizada uma revisão criteriosa do tamanho e da organização da administração estadual.

A redistribuição de competências buscará eliminar superposições de ações e conflitos de decisão que hoje prejudicam a prestação dos serviços. As estruturas já consolidadas e que demonstram bom desempenho serão otimizadas e adequadas às demandas da realidade contemporânea.

Principais ações:

- Rever o tamanho da máquina pública, eliminando estruturas ociosas e improdutivas;
- Redistribuir competências para corrigir superposições e conflitos de decisão;
- Otimizar o desempenho das estruturas existentes e consolidadas;
- Adequar as demandas organizacionais à realidade atual do Estado e da sociedade.

2.3 Preservar e Aumentar a Capacidade de Investimento do Estado

A capacidade de investir é condição indispensável para a transformação do Estado. Sem investimentos em infraestrutura, tecnologia, saúde e educação, o desenvolvimento fica comprometido. Por isso, o Governo fortalecerá os mecanismos de arrecadação e qualificará permanentemente os gastos públicos.

A Secretaria da Fazenda receberá investimentos prioritários em recursos tecnológicos, humanos e estruturais, de modo a tornar a arrecadação mais eficiente, justa e menos onerosa para o contribuinte. Paralelamente, será mantido rigoroso controle das despesas de custeio, com auditoria permanente dos contratos e avaliação sistemática dos custos dos serviços e dos investimentos.

Principais ações:

- Fortalecer os mecanismos e processos de arrecadação, com investimentos em tecnologia, pessoal e infraestrutura da Fazenda;
- Qualificar os gastos públicos, com controle rigoroso das despesas de custeio;
- Implantar prática permanente de auditoria nos contratos;
- Avaliar sistematicamente os custos dos serviços e dos investimentos;
- Buscar permanentemente a eficiência alocativa dos recursos públicos.

3. SEGURANÇA PÚBLICA

Não há dúvida de que um dos maiores desafios enfrentados pelos estados brasileiros é o aumento da criminalidade, que constantemente ameaça a vida e o patrimônio de todos os cidadãos, tanto nos grandes centros urbanos quanto no campo.

Apesar de historicamente Santa Catarina não possuir índices elevados de violência em comparação com muitos outros estados da Federação, é imprescindível que sejam mantidas e desenvolvidas políticas públicas eficientes e enérgicas de combate a todo tipo de crime, principalmente àqueles associados às facções criminosas e à ocupação territorial pelo tráfico de drogas.

O Governo de Santa Catarina precisa estar sempre vigilante e preparado para garantir a segurança de todos que vivem no Estado. Para tanto, será necessário realizar substanciais investimentos em tecnologia, aquisição de armamento e equipamentos de ponta, a fim de melhor equipar as forças policiais, tornando Santa Catarina cada vez mais segura e referência para todo o país.

A segurança pública será uma das prioridades centrais do Governo, com comando forte, polícias qualificadas e valorizadas, presença constante em todo o território estadual e foco absoluto na proteção das famílias catarinenses.

3.1 Investimentos e Planejamento para a Segurança Pública

O planejamento da segurança pública combinará investimentos massivos em tecnologia com a valorização dos profissionais, a integração das forças e o combate inteligente ao crime organizado. A seguir, apresentam-se as principais linhas de ação:

Tecnologia e Equipamentos:

- Investir na aquisição de tecnologias aplicadas à segurança pública;
- Implantar barreiras de segurança nas fronteiras estaduais, utilizando tecnologias para identificar e interceptar criminosos, veículos e mercadorias ilegais, combatendo o tráfico de armas e de drogas;
- Aperfeiçoar o programa de videomonitoramento, ampliando o número de câmeras com tecnologia de reconhecimento facial, leitura de placas de veículos, inteligência artificial e alertas em tempo real, instaladas em pontos estratégicos do Estado, constituindo a “Muralha Digital Catarinense”;

- Adquirir drones para monitoramento ostensivo de áreas e para apoio em intervenções policiais complexas;
- Expandir o uso de moto-viaturas, especialmente nos grandes centros urbanos;
- Fornecer melhores equipamentos e condições de trabalho adequadas aos profissionais da segurança;
- Fornecer melhor estrutura e equipamentos para a Polícia Científica e a perícia forense, promovendo maior eficiência e agilidade na coleta de provas e no auxílio à elucidação de crimes.

Inteligência e Integração:

- Priorizar, fortalecer e integrar as atividades de inteligência na segurança pública e no sistema prisional, com aquisição de equipamentos de alta tecnologia e desenvolvimento de ações estratégicas;
- Desenvolver programas estratégicos de compartilhamento de informações com diversos entes da Federação, incluindo o Governo Federal, visando impedir e combater a instalação de células de facções criminosas vindas de outros estados;
- Com base nas informações obtidas pelos setores de inteligência, realizar operações policiais regulares com o objetivo de desmantelar e sufocar o crime organizado;
- Aprimorar a força-tarefa do GAECO, respeitando sempre a sua independência e a competência do Ministério Público Estadual, com enfoque especial no combate aos ilícitos praticados contra a administração pública e o erário;
- Buscar maior cooperação entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros, municípios e parceiros estratégicos.

Valorização e Efetivo:

- Aumentar o efetivo por meio da convocação voluntária de policiais da reserva fisicamente aptos para atuarem em áreas estratégicas;
- Nomear os aprovados em concursos já realizados e publicar novos editais;
- Investir em cursos de formação e treinamento para os profissionais de segurança, incluindo acompanhamento psicológico quando necessário;
- Valorizar continuamente as carreiras da segurança pública;
- Aprimorar os mecanismos de transparência dos indicadores criminais e operacionais.

Proteção a Grupos Vulneráveis e Temas Específicos:

- Instrumentalizar ações para a prevenção e repressão de crimes contra a mulher, violência doméstica e feminicídios, melhor aparelhando as Delegacias de Proteção à Mulher, com a adoção de medidas de amparo às vítimas, tais como a implantação de casas de acolhimento e o fornecimento de acompanhamento psicológico;
- Aperfeiçoar a estrutura da Polícia Militar Ambiental, fornecendo tecnologia e equipamentos com o objetivo de vigiar, fiscalizar e reprimir crimes cometidos contra o meio ambiente no território catarinense;
- Equipar as delegacias específicas e propiciar capacitação permanente para o combate aos crimes cibernéticos – fraudes, golpes, extorsões, crimes contra a honra, disseminação de ódio e outros – cometidos em ambiente virtual ou por meio de aplicativos de mensagem;
- Em conjunto com os municípios, criar políticas públicas para resolver a problemática de moradores de rua, mediante projetos de recuperação de usuários de drogas, recolhimento em albergues, assistência e concessão de oportunidades de trabalho;
- Combater com veemência toda forma de violência no campo, colocando todo o aparato policial de prontidão para garantir a dignidade e a segurança do produtor rural catarinense;
- Incentivar políticas públicas e a criação de redes não governamentais voltadas ao enfrentamento da violência contra criança, adolescente, mulher, idoso, indígena e minorias;
- Ampliar o policiamento comunitário por meio de mecanismos de participação da sociedade civil.

Corpo de Bombeiros e Prevenção:

- Intensificar a capacitação técnica dos Bombeiros, fornecendo viaturas e equipamentos específicos para combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar e resgate;
- Desenvolver programas sociais de prevenção a sinistros.

O combate ao crime será orientado por indicadores, direcionando recursos e capacidades para reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, restituindo a normalidade à vida cotidiana dos catarinenses.

A segurança pública moderna não se resume a repressão. Ela combina prevenção, inteligência, presença ostensiva, valorização profissional e integração entre as instituições. O Governo atuará em todas essas frentes de forma simultânea e coordenada, sem privilegiar uma em detrimento das outras.

A proteção das famílias catarinenses é inegociável. Seja no meio urbano ou no rural, seja contra o crime organizado, a violência doméstica, os crimes cibernéticos ou os crimes ambientais, o Estado estará presente e preparado. Santa Catarina deve continuar sendo referência nacional de segurança e qualidade de vida, e o Governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para consolidar e ampliar essa condição.

A implantação da "Muralha Digital Catarinense", o reforço das barreiras de fronteira, a integração das forças de inteligência e o investimento massivo em tecnologia e em gente formam o conjunto de medidas que permitirão ao Estado antecipar-se às ameaças e responder com rapidez e eficácia. Segurança não é favor: é direito do cidadão e dever do poder público.

4. SAÚDE

O livre e rápido acesso à saúde para todos os catarinenses será prioridade do Governo. É fundamental conceber um modelo que propicie atendimento médico com capilaridade suficiente para abranger todas as regiões e municípios do Estado, sem a necessidade de deslocamentos longos para cidades de maior porte.

A rede hospitalar própria do Estado é antiga – construída majoritariamente nas décadas de 1960 e 1970, quando Santa Catarina tinha cerca de 3 milhões de habitantes – e encontra-se, em muitos casos, sucateada e obsoleta, necessitando de reformas e melhorias urgentes. A superlotação e a precariedade dos serviços de saúde persistem, apesar dos esforços diários dos servidores para manter a regularidade do atendimento.

É inviável reformar hospitais com pacientes internados e em pleno atendimento. A solução passa pela construção de novos equipamentos hospitalares, transferência do atendimento para as estruturas novas e reforma das estruturas antigas para funcionamento como pronto-atendimento e hospital-dia, nos quais o paciente é atendido e recebe alta no mesmo dia ou no dia seguinte.

A população de Santa Catarina estimada para 2026 é de aproximadamente 8,3 milhões de habitantes – quase três vezes a população da década de 1970. Por isso, uma

das soluções estruturantes para o Estado é a construção de novos hospitais para o atendimento da população nas diversas regiões, o que contribuirá para a erradicação da chamada “ambulanciaterapia”.

4.1 Planejamento e Investimentos em Saúde

O Governo elaborará o Plano de Investimentos em Saúde no Estado, com detalhamento regional, incrementado pelos recursos decorrentes da PEC da Saúde. As ações serão orientadas pelos seguintes eixos:

Atenção Básica e Prevenção:

- Estruturar e qualificar as equipes municipais de Atenção Básica para prevenção, detecção e tratamento oportuno das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs);
- Intensificar ações de vigilância e prevenção de doenças transmissíveis, melhorando as condições tecnológicas para diagnóstico precoce e controle;
- Fomentar a capacitação dos profissionais de saúde em todas as regiões, elevando a efetividade e a resolubilidade;
- Fomentar a integração das secretarias municipais de saúde;
- Ampliar o alcance da telemedicina e das vídeo-consultas;
- Implantar política estadual de qualificação da atenção à mulher e à criança, fortalecendo educação permanente, serviços e rede de atenção ao pré-natal, parto e recém-nascido, além de instrumentos de monitoramento e avaliação;
- Estimular e realizar ações educativas de vida saudável nas áreas de alimentação, atividade física e tabagismo;
- Implementar ações voltadas ao diagnóstico e cuidado da saúde mental e à prevenção do uso de álcool e outras drogas;
- Aumentar o número de médicos no interior.

Atenção Especializada e Hospitalar:

- Criar Força-Tarefa Médica para zerar as filas de espera de cirurgias, por meio de convênios com serviços de residências cirúrgicas em múltiplas especialidades;
- Aumentar o número de salas cirúrgicas nos hospitais existentes, ativando e adequando unidades em localizações estratégicas;

- Levar os centros de referência de média e alta complexidade a números suficientes e com distribuição adequada, diminuindo distâncias para as demandas regionais;
- Aumentar o número de centros de diagnóstico em localizações estratégicas e ampliar os já existentes;
- Incentivar a criação de residência médica nas especialidades;
- Levar os leitos hospitalares, especialmente de UTI, aos números recomendados pela Organização Mundial da Saúde;
- Propiciar condições para que hospitais de pequeno e médio porte realizem novos e mais exames e cirurgias, tornando-os gradualmente autossustentáveis e reduzindo sua dependência de recursos estaduais.

Gestão e Qualidade:

- Priorizar a nomeação de gestores qualificados;
- Implantar protocolos para padronização das ações;
- Adequar as estruturas de urgência e emergência com melhorias de espaços físicos, equipamentos e equipes qualificadas para acolhimento digno dos pacientes;
- Implantar ferramentas de gestão para corrigir deficiências e desperdícios;
- Garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais da saúde;
- Implementar políticas de capacitação continuada;
- Promover campanhas de conscientização e orientação de combate a doenças infectocontagiosas.

A saúde será tratada como direito fundamental e prioridade absoluta de governo. O cidadão catarinense não pode continuar enfrentando longas filas, deslocamentos excessivos e precariedade de atendimento. O Plano de Governo assume o compromisso de transformar essa realidade com planejamento, investimento e gestão profissional.

A construção de novos hospitais regionais, a ampliação de leitos de UTI, o aumento do número de salas cirúrgicas e a criação da Força-Tarefa Médica para zerar as filas de cirurgias são medidas concretas que impactarão diretamente a vida de milhares de famílias. A telemedicina e as vídeo-consultas reduzirão deslocamentos desnecessários e ampliarão o acesso em regiões mais distantes dos grandes centros.

A atenção básica será fortalecida como porta de entrada prioritária do sistema, com equipes qualificadas para prevenção, detecção precoce e tratamento de doenças crônicas.

A saúde da mulher e da criança receberá atenção especial, com qualificação da rede de pré-natal, parto e cuidado ao recém-nascido. A saúde mental e a prevenção ao uso de álcool e outras drogas também serão priorizadas, reconhecendo a dimensão epidemiológica desses desafios.

Nenhum esforço de investimento em estrutura física será suficiente se não vier acompanhado de gestão qualificada, de profissionais valorizados e de protocolos padronizados. Por isso, a nomeação de gestores competentes, a capacitação continuada das equipes e a implantação de ferramentas de gestão para eliminar desperdícios e deficiências são partes integrantes e inseparáveis deste Plano de Governo.

5. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A educação é o principal instrumento de transformação social e de desenvolvimento humano. Um Estado que investe consistentemente em educação de qualidade prepara cidadãos mais capazes, mais produtivos e mais conscientes de seus direitos e deveres. O compromisso do Governo João Rodrigues / Carlos Chiodini com a educação catarinense é pleno e inegociável.

5.1 Educação Básica e Ensino Médio

A prioridade será a educação em tempo integral, com a implementação de atividades no contraturno por meio de oficinas de interpretação e leitura de textos, reforçando a formação em Matemática, Português e Inglês. O ensino médio na rede pública estadual será universalizado, garantindo que nenhum jovem catarinense fique sem acesso a essa etapa fundamental de formação.

Os municípios receberão apoio por meio de parcerias para garantir o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar em todas as modalidades da educação básica. Será assegurado apoio financeiro aos municípios para ampliação da rede de creches, visando atender a primeira infância e suprir a demanda de cada região.

A valorização dos profissionais da educação será assegurada por meio de remuneração e condições de trabalho condizentes com a responsabilidade social que desempenham. O Programa Universidade Gratuita será aperfeiçoado e ajustado para ampliar oportunidades de acesso ao ensino superior. Investimentos na rede física da educação adequarão as escolas às necessidades de vagas em todo o território catarinense.

Principais ações:

- Priorizar a educação em tempo integral, com atividades de reforço em Matemática, Português e Inglês no contraturno;
- Universalizar o ensino médio na rede pública estadual;
- Apoiar os municípios para garantir acesso, permanência e aproveitamento escolar;
- Apoiar financeiramente a ampliação da rede de creches para a primeira infância;
- Assegurar valorização dos profissionais da educação com remuneração e condições de trabalho adequadas;
- Aperfeiçoar e ajustar o Programa Universidade Gratuita;
- Investir na rede física da educação, adequando-a à demanda por vagas em todo o Estado.

5.2 Ensino Superior e Qualificação

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) será resgatada como instituição oficial do ensino superior estadual, com alocação dos recursos necessários à sua expansão, à pesquisa e ao seu fortalecimento no contexto do desenvolvimento do Estado. A UDESC deve ocupar o lugar de destaque que lhe cabe na formação de profissionais qualificados e na geração de conhecimento aplicado às vocações regionais de Santa Catarina.

5.3 Educação Especial

O Governo compartilhará recursos financeiros com os municípios para fortalecer a atuação destes nas parcerias com as APAEs e no atendimento de pessoas com necessidades especiais. Nenhuma criança ou adolescente com deficiência deve ficar sem o atendimento educacional adequado às suas especificidades.

5.4 Esporte e Lazer

O acesso ao esporte e ao lazer será ampliado, contribuindo para um estilo de vida saudável da população catarinense. Os municípios receberão apoio financeiro para aquisição de equipamentos e instalação de estruturas destinadas à prática esportiva e ao lazer. O esporte é ferramenta de inclusão social, de prevenção à violência e de promoção da saúde.

5.5 Cultura

O desenvolvimento da cultura e das artes será implementado com valorização da produção artística e cultural de Santa Catarina. Serão incentivadas a produção artística e cultural, o reconhecimento, a promoção e a proteção do patrimônio, da diversidade e das identidades culturais do Estado. O acesso à cultura será ampliado para todos os catarinenses, reconhecendo a cultura como direito e como fator de desenvolvimento humano.

A educação, o esporte, o lazer e a cultura formam um conjunto indissociável de políticas de desenvolvimento humano. Uma criança que frequenta a escola em tempo integral, que tem acesso a atividades esportivas e culturais e que conta com profissionais valorizados e motivados tem chances muito maiores de construir um futuro digno e de contribuir para o progresso de Santa Catarina. Esse é o horizonte que orienta todas as propostas deste capítulo.

O resgate da UDESC como instituição oficial de ensino superior do Estado, com recursos adequados para expansão, pesquisa e extensão, reforça o compromisso com a formação de profissionais de excelência e com a geração de conhecimento aplicado às necessidades e vocações regionais. A universidade estadual deve ser um motor de desenvolvimento e de inclusão social.

6. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O agronegócio é um dos pilares da economia catarinense e da geração de emprego e renda no interior do Estado. As propostas para o setor agropecuário estão organizadas em três eixos principais:

- Ações inovadoras que modernizam a produção para fortalecer a competitividade e expandir as cadeias produtivas do agronegócio;
- Ações voltadas às cadeias produtivas da agropecuária já consolidadas no mercado interno e externo, que necessitam de apoio para enfrentar novos desafios, ameaças e aproveitar novas oportunidades;
- Ações voltadas ao redesenho e à melhoria da eficiência e eficácia da pesquisa agropecuária, da extensão rural, da defesa agropecuária, da infraestrutura rural e do fomento às atividades produtivas mantidas pelo Governo catarinense.

6.1 Ações Inovadoras que Modernizam a Produção

A modernização das cadeias produtivas é condição para que Santa Catarina continue competitiva nos mercados nacional e internacional. O Governo impulsará a transformação da produção de leite em uma cadeia eficiente e competitiva para a exportação de lácteos, nos mesmos moldes já alcançados pelas cadeias de suínos e frangos.

Serão realizados investimentos para a produção de leite a pasto, pastagens, silagem, feno e equipamentos de manejo, ordenha e conservação do leite.

Será estruturado um programa de incentivo à produção de carne bovina, com tecnologia de ponta e sistemas intensivos para suprir o déficit de carne destinado ao abastecimento do mercado interno e gerar excedentes para exportação de carne de qualidade.

Será implantado programa de incentivo à produção de hortifrutigranjeiros (frutas, legumes, hortaliças e tubérculos), com sistema de acesso organizado ao mercado, para suprir o grande déficit de abastecimento existente no Estado.

A pesca oceânica e lacustre, a maricultura e a piscicultura de água doce serão organizadas e fortalecidas, com incentivos para compra de equipamentos, industrialização e gestão da produção.

O sistema cooperativista do Estado será fortalecido, e serão estabelecidas parcerias com a agroindústria para melhoria do sistema viário de acesso às propriedades rurais, principalmente às que se dedicam à produção de suínos, aves e leite.

Principais ações:

- Inovação e modernização da cadeia produtiva do leite, com foco em exportação de lácteos;
- Investimentos em produção de leite a pasto, pastagens, silagem, feno e equipamentos;
- Programa de incentivo à produção de carne bovina com tecnologia de ponta;
- Programa de incentivo à produção de hortifrutigranjeiros com acesso organizado ao mercado;
- Organização e fortalecimento da pesca, maricultura e piscicultura;
- Fortalecimento do cooperativismo e parcerias para melhoria do acesso viário às propriedades.

6.2 Ações Voltadas às Cadeias Produtivas Consolidadas

As cadeias de suínos e aves são referências nacionais e internacionais. Manter sua sustentabilidade e competitividade exige enfrentar o déficit de milho e aperfeiçoar continuamente os programas de sanidade e bem-estar animal. O Governo fortalecerá os serviços de defesa sanitária e aumentará o percentual de produtos certificados para atender às demandas do mercado.

Será implementado programa de conformidade do desempenho ambiental da produção animal catarinense, com ênfase no manejo e tratamento adequado dos dejetos e na preservação da biodiversidade. A sustentabilidade ambiental não é apenas exigência de mercado, mas compromisso com as futuras gerações de catarinenses.

6.3 Pesquisa, Extensão, Defesa e Infraestrutura Rural

A pesquisa agropecuária e a extensão rural receberão apoio prioritário. Serão alocados recursos e implementadas parcerias para financiar investimentos e infraestrutura pública no meio rural, incluindo rede de energia elétrica trifásica, estradas e pontes para tráfego de veículos pesados, internet e telefonia no meio rural e construção de habitações rurais.

Um robusto programa de captação, armazenagem e uso de água na agricultura será implementado, tanto para abastecer as propriedades rurais e desenvolver a piscicultura quanto para irrigação. A água é recurso estratégico, e sua gestão inteligente é condição de competitividade e de resiliência frente às mudanças climáticas.

O produtor rural catarinense é um dos pilares da economia e da identidade do Estado. Garantir a ele segurança no campo, acesso a tecnologia, infraestrutura viária adequada, energia trifásica, internet e assistência técnica de qualidade é dever de qualquer governo comprometido com o desenvolvimento. As propostas deste capítulo respondem a esse dever de forma concreta e prioritária.

A modernização da cadeia do leite, o incentivo à produção de carne bovina de qualidade, o fortalecimento da horticultura e da pesca, a solução do déficit de milho e o avanço na conformidade ambiental da produção animal são medidas que, em conjunto, consolidarão Santa Catarina como referência nacional e internacional de agronegócio sustentável e competitivo.

7. INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo estudos desenvolvidos pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), o Estado precisa investir R$ 57 bilhões em infraestrutura de transportes entre 2026 e 2029. Parte substancial desses recursos deverá vir da iniciativa privada, por meio de parcerias público-privadas e concessões, sempre que se mostrarem vantajosas para o interesse público. Outra fonte a ser mobilizada é o orçamento da União, em parceria com o Estado de Santa Catarina.

Conforme demonstrado na projeção da capacidade de investimento com recursos próprios, o Tesouro estadual dispõe, para o quadriênio 2027-2030, de R$ 40,5 bilhões para investimento em todas as áreas da administração. Por isso, a articulação com a iniciativa privada e com a União será essencial para viabilizar os investimentos necessários em infraestrutura.

7.1 Investimentos na Malha Rodoviária

Os investimentos no sistema viário serão concentrados no destravamento dos gargalos que dificultam o trânsito e no aumento da capacidade de carga, por meio de intervenções de duplicação, implantação de terceiras faixas e manutenção cuidadosa das estruturas existentes. Uma malha rodoviária eficiente é condição para a competitividade da indústria, do agronegócio e do turismo catarinenses.

7.2 Investimentos nos Portos e Aeroportos

A modernização e a eficiência dos portos e aeroportos receberão atenção especial. Santa Catarina possui vocação portuária e precisa de infraestrutura moderna para escoar sua produção e atrair novos investimentos. A eficiência logística reduz custos e aumenta a competitividade das empresas instaladas no Estado.

7.3 Investimentos em Mobilidade Urbana

Recursos serão programados para investimento em mobilidade urbana, em parcerias com os municípios e/ou arranjos metropolitanos nas principais cidades de Santa Catarina. A mobilidade urbana de qualidade impacta diretamente a qualidade de vida, a produtividade e o meio ambiente.

7.4 Recursos Hídricos e Saneamento Básico

Serão estruturados programas de proteção dos mananciais que alimentam o sistema hídrico do Estado, para assegurar água potável destinada ao abastecimento humano. O investimento na universalização do abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário é compromisso de civilidade e de saúde pública.

O sistema de defesa civil e de proteção do cidadão no enfrentamento aos desafios climáticos extremos será fortalecido. As mudanças climáticas já impactam Santa Catarina com chuvas intensas, estiagens e outros eventos extremos. A preparação e a resposta rápida são deveres do poder público.

A infraestrutura de transportes é a espinha dorsal da competitividade econômica. Duplicações, terceiras faixas, manutenção adequada, modernização de portos e aeroportos e investimentos em mobilidade urbana formam um conjunto de ações que reduz custos logísticos, atrai investimentos e melhora a qualidade de vida das pessoas. O Governo trabalhará de forma articulada com a União e com a iniciativa privada para viabilizar o volume de recursos necessário.

A universalização do saneamento básico e a proteção dos mananciais são compromissos de saúde pública e de dignidade. Água potável e esgotamento sanitário não podem ser privilégio de poucos: devem ser realidade para todos os catarinenses. O Governo atuará com determinação para avançar nessa direção, em parceria com os municípios e com os prestadores de serviço.

8. DESENVOLVIMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL

O desenvolvimento econômico só é pleno quando acompanhado de inclusão e proteção social. O Governo ampliará e fortalecerá a rede de assistência e promoção social, com atenção especial ao atendimento dos idosos e das pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

O empreendedorismo, a pequena e a microempresa e os polos de produção e desenvolvimento tecnológico serão fortalecidos. A atração de investimentos estratégicos para geração de empregos e dinamização da economia do Estado será perseguida de forma permanente e profissional.

A reinserção social de pessoas em situação de rua, de egressos do sistema prisional e de usuários de substâncias psicoativas fará parte de uma política integrada, que combine assistência, qualificação profissional e oportunidades reais de trabalho e renda.

O desenvolvimento econômico e a inclusão social não são agendas opostas: são faces da mesma moeda. Um Estado que gera empregos, fortalece o empreendedorismo e atrai investimentos cria as condições materiais para que as políticas de assistência social sejam mais eficazes e menos dependentes de transferências permanentes. O Governo trabalhará as duas dimensões de forma integrada e complementar.

Os idosos e as pessoas em situação de maior vulnerabilidade receberão atenção especial da rede de assistência e promoção social. A dignidade da pessoa humana é princípio constitucional e compromisso ético deste Governo. Nenhuma política de desenvolvimento estará completa se deixar para trás os que mais precisam de proteção e de oportunidades.

Principais eixos:

- Fortalecer o empreendedorismo, a pequena e microempresa e os polos de produção e desenvolvimento tecnológico;
- Atrair investimentos estratégicos para geração de empregos e dinamização da economia do Estado;
- Ampliar e fortalecer a rede de assistência e promoção social, com atenção especial aos idosos e às pessoas em maior vulnerabilidade;
- Desenvolver programas de reinserção social integrados à qualificação profissional e à geração de oportunidades.

9. GESTÃO INTEGRADA E INOVADORA

A gestão pública do século XXI exige integração entre áreas, uso intensivo de dados e foco permanente em resultados. O Governo João Rodrigues / Carlos Chiodini adotará modelo de gestão integrada e inovadora, no qual as secretarias e órgãos estaduais atuarão de forma coordenada, compartilhando informações e alinhando esforços em torno de objetivos comuns.

A inovação tecnológica não será restrita à digitalização de serviços, mas alcançará a forma de governar: indicadores em tempo real, avaliação contínua de políticas públicas, correção de rumos baseada em evidências e participação qualificada da sociedade civil.

A desburocratização será perseguida de forma sistemática. Cada procedimento, cada exigência e cada formulário serão avaliados sob a ótica da necessidade real e do impacto sobre o cidadão e sobre a atividade econômica. O Estado deve facilitar a vida das pessoas e das empresas, não complicá-la.

A gestão integrada permite que as políticas setoriais se reforcem mutuamente. Segurança, saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico não são compartimentos isolados: interagem e se potencializam quando bem coordenadas. O modelo de gestão deste Governo será desenhado para maximizar essas sinergias e para evitar a dispersão de esforços e recursos.

A valorização do servidor público é condição para a qualidade da gestão. Servidores capacitados, motivados e reconhecidos entregam melhores resultados. O Governo investirá em capacitação permanente, em condições de trabalho adequadas e em mecanismos de reconhecimento por mérito e por resultados alcançados.

Compromissos de gestão:

- Gestão por resultados, com metas claras e monitoramento permanente;
- Integração entre secretarias e órgãos, eliminando ilhas de atuação isolada;
- Uso intensivo de dados e de inteligência artificial para apoiar decisões;
- Desburocratização contínua de processos e serviços;
- Transparência ativa e prestação de contas periódica à sociedade;
- Valorização e capacitação permanente do servidor público.

10. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CIDADES

Santa Catarina é um Estado de múltiplas realidades regionais. O desenvolvimento equilibrado exige políticas que reconheçam as vocações e as necessidades específicas de cada região.

O Governo trabalhará em estreita parceria com os municípios e com os arranjos regionais e metropolitanos, respeitando a autonomia municipal e potencializando as capacidades locais. O desenvolvimento das cidades passa por infraestrutura adequada, mobilidade, saneamento, habitação, equipamentos públicos de qualidade e geração de oportunidades de trabalho e renda.

A política de desenvolvimento regional buscará reduzir desigualdades internas, fortalecer as economias locais e garantir que todos os catarinenses, independentemente da região em que vivem, tenham acesso a serviços públicos de qualidade e a oportunidades de progresso.

O desenvolvimento regional equilibrado fortalece a coesão social e a competitividade do Estado como um todo. Regiões dinâmicas e regiões que ainda precisam de impulso especial devem receber atenção adequada às suas realidades. O Governo não adotará uma visão única e centralizada: trabalhará com sensibilidade territorial e com abertura ao diálogo com as lideranças regionais e municipais.

Diretrizes:

- Reconhecer e potencializar as vocações produtivas de cada região;
- Reduzir desigualdades regionais por meio de investimentos estratégicos;
- Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios;
- Apoiar arranjos metropolitanos e regionais de desenvolvimento;
- Garantir infraestrutura e serviços públicos de qualidade em todo o território.

COMPROMISSO FINAL

O Plano de Governo da Coligação “Santa Catarina Acima de Tudo” é um compromisso público com a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

João Rodrigues e Carlos Chiodini assumem perante a sociedade catarinense o dever de governar com austeridade, responsabilidade, transparência e foco absoluto no interesse público. Cada real investido, cada política implementada e cada decisão tomada terá como norte a construção de um Santa Catarina mais seguro, mais saudável, mais educado, mais competitivo e mais justo.

O futuro de Santa Catarina será construído com trabalho sério, gestão profissional e respeito ao cidadão. É esse o compromisso que apresentamos ao povo catarinense.

Este Plano de Governo é mais do que um conjunto de propostas: é uma declaração de princípios e um roteiro de ação. Ele será acompanhado, monitorado e ajustado ao longo da gestão, com transparência e com prestação de contas periódica à sociedade. O povo catarinense tem o direito de saber o que está sendo feito, quanto está sendo investido e quais resultados estão sendo alcançados.

Com austeridade, responsabilidade, modernização e inclusão social, Santa Catarina avançará ainda mais. O Governo João Rodrigues e Carlos Chiodini está pronto para esse desafio e conta com o apoio e a fiscalização de todos os catarinenses para transformar este Plano em realidade.

Cada proposta apresentada neste documento foi pensada a partir das necessidades reais da população e das vocações do Estado. Da segurança pública à saúde, da educação à infraestrutura, da agricultura ao desenvolvimento regional, o objetivo é único: melhorar a qualidade de vida de todos os catarinenses, em todas as regiões, com justiça e eficiência.

O trabalho começa no primeiro dia de governo. Não haverá tempo a perder. A equipe de transição preparará a implementação das ações prioritárias, e a sociedade será permanentemente informada sobre o andamento das políticas e dos investimentos. Transparência e resultado são as palavras de ordem.

PLANO DE GOVERNO DE SANTA CATARINA: 2027-2030

Partido Missão
Governador: Marcelo Brigadeiro (Missão)
Vice-governador: Coronel Rodrigues (Missão)

Santa Catarina é o estado que escolhi para viver, construir minha família, empreender e realizar meus sonhos. Foi aqui que encontrei oportunidades, prosperidade e uma qualidade de vida que sempre serviram de referência para todo o Brasil. No entanto, ao longo dos últimos anos, tenho acompanhado com preocupação o avanço de problemas que antes pareciam distantes da realidade catarinense. O crescimento da criminalidade organizada, a sensação de insegurança nas cidades, a burocracia excessiva que dificulta a vida de quem produz, os gargalos de infraestrutura e o aumento do custo de vida são desafios que exigem coragem, competência e determinação para serem enfrentados.

Não sou político profissional. Minha trajetória foi construída no esporte, no empreendedorismo e na vida real, enfrentando desafios diariamente, sem privilégios e sem depender da política para viver. Foi justamente por enxergar a deterioração de aspectos importantes da qualidade de vida catarinense que decidi aceitar a MISSÃO de contribuir para a construção de um novo ciclo de desenvolvimento para o nosso estado. Acredito que o governo deve existir para servir as pessoas, e não para servir a si próprio. Por isso, defendemos um Estado eficiente, moderno, transparente e responsável com os recursos públicos.

Na segurança pública, não aceitaremos que facções criminosas imponham o medo às famílias catarinenses. O Estado deve estar presente, forte e organizado, utilizando inteligência, tecnologia e integração das forças de segurança para proteger os cidadãos de bem e combater o crime com firmeza. Na economia, acreditamos que a prosperidade nasce do trabalho, da inovação e da livre iniciativa. Na educação, defenderemos uma formação voltada para o conhecimento, para a cidadania e para a preparação dos jovens para os desafios do século XXI. Na saúde, nosso compromisso é com a eficiência da gestão, a redução das filas e a ampliação do acesso aos serviços especializados.

Também acreditamos que Santa Catarina deve liderar o Brasil em infraestrutura, logística, tecnologia, inovação, turismo e desenvolvimento regional. Para isso, utilizaremos instrumentos modernos de gestão, incluindo parcerias com a iniciativa privada, privatizações, concessões e parcerias público-privadas capazes de ampliar

investimentos e acelerar a entrega de resultados para a população. Assim como acreditamos que Santa Catarina deve virar a página da vergonha nacional que são os índices de saneamento (água e esgoto) no estado. Neste sentido, vamos elaborar e aprovar a lei de regionalização estadual do saneamento, permitindo que todos os 295 municípios catarinenses tenham acesso a investimentos para a universalização do serviço até o ano de 2033.

Este Plano de Governo representa mais do que um conjunto de propostas. Representa uma visão de futuro baseada na responsabilidade, na liberdade, na segurança, na meritocracia e no respeito ao dinheiro do contribuinte.

1. APRESENTAÇÃO E VISÃO DE FUTURO

Santa Catarina apresenta indicadores socioeconômicos acima da média nacional, porém enfrenta desafios relevantes relacionados à infraestrutura logística, segurança pública, saúde especializada, competitividade econômica, qualificação profissional e eficiência administrativa. A presente proposta busca combinar responsabilidade fiscal, liberdade econômica, segurança jurídica, fortalecimento institucional e foco em resultados.

Diretrizes estratégicas:

- Estado eficiente e orientado por resultados.
- Segurança pública com uso intensivo de inteligência.
- Educação voltada para desempenho e empregabilidade.
- Saúde baseada em gestão e redução de filas.
- Promoção de privatizações e ampliação de PPPs e concessões.
- Desenvolvimento regional equilibrado.
- Combate permanente à corrupção.
- Inovação, empreendedorismo e competitividade.

Metas 2027-2030:

Elevar investimentos públicos e privados; reduzir filas na saúde; ampliar escolas em tempo integral; melhorar indicadores de segurança; expandir infraestrutura logística; atrair novos investimentos produtivos.

2. PROPOSTAS

2.1 Gestão Pública e Reforma Administrativa

Objetivo: Criar um governo enxuto, orientado por resultados e pela avaliação de indicadores de desempenho (KPIs).

2.1.1. Redução do número de Secretarias Estaduais a fim de diminuir os custos do governo estadual e o loteamento da máquina pública por agentes políticos;

2.1.2. Redução do número de cargos comissionados em 25% na administração pública direta e indireta do Governo Estadual;

2.1.3. Redução gradual, iniciando-se com a redução de 10% das despesas e custos administrativos no Governo Estadual;

2.1.4. Extinção dos recém-criados escritórios de atração de investimentos da Invest SC nos EUA e na China;

2.1.5. Redistribuir os servidores de carreira para suas funções de origem ou remanejar de acordo com suas competências; e

2.1.6. Venda (leilão) da área da Casa d'Agronômica e uso dos recursos da alienação do imóvel para conclusão do projeto de PPP do Complexo Hospitalar de Santa Catarina, abandonado pelo Governo atual.

2.2 AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

Objetivo: Fortalecer o principal setor exportador catarinense.

2.2.1. Investir em programas de qualificação profissional voltados à manutenção e à ampliação da produtividade agropecuária regional;

2.2.2. Incentivar orientações para profissionalizar as produções familiares;

2.2.3. Estimular medidas que permitam a reciclagem e aproveitamento dos resíduos e dejetos da atividade agropecuária gerando produção de energia, fertilizantes e garantindo a sustentabilidade;

2.2.4. Desenvolver programas de incentivo para a adoção de soluções tecnológicas para o campo;

2.2.5. Desburocratizar a tramitação dos processos de regulamentação sanitária e proteção ambiental dando celeridade na efetivação das ações;

2.2.6. Criação do Programa Agro Digital, para universalizar o acesso à internet no meio rural, ampliando as redes de internet e telefonia ou permitindo o financiamento, por meio do BADESC, para aquisição de internet via satélite;

2.2.7. Ampliar a distribuição de energia elétrica e gás natural no meio rural, com apoio e estímulo à adoção e produção de energias alternativas; e

2.2.8. Pavimentação de estradas vicinais e ampliação da conectividade rural.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Romper o ciclo da rua pela emancipação econômica, substituindo o assistencialismo, que apenas fixa o indivíduo no logradouro, por um fluxo único de triagem, tratamento e trabalho, com porta de entrada e porta de saída claramente definidas.

2.3.1. Hub Socioassistencial, equipamento único e aglutinador criado nos principais polos de concentração de população em situação de rua das maiores cidades catarinenses, que centraliza os atendimentos básicos, alimentação, banho, higiene, guarda de pertences, emissão de documentos, acolhimento e triagem, com permanência máxima de 72 horas, atuando como porta de entrada e central de encaminhamento de toda a rede;

2.3.2. Centro Seguro, projeto de reordenamento da rede socioassistencial que torna o Hub a porta de entrada obrigatória do sistema, de modo que os demais serviços passem a operar exclusivamente por encaminhamento, e não como pontos de permanência e fixação na rua, encerrando a lógica de atendimento disperso que estimula a manutenção do indivíduo no logradouro público;

2.3.3. Definição, a partir do Hub, de três destinos estabelecidos por triagem técnica, conforme o vínculo territorial e a condição de dependência química de cada indivíduo: (a) Programa De Volta ao Lar, pelo qual indivíduos sem vínculo com Santa Catarina são reconduzidos às suas cidades ou estados de origem, com foco na reconstrução do vínculo familiar; (b) Encaminhamento para tratamento, pelo qual indivíduos em situação de dependência química são encaminhados para internação nas modalidades voluntária, involuntária e compulsória, observados os requisitos legais aplicáveis, destinada àqueles que já perderam a capacidade de decidir sobre a própria vida e/ou representem risco a si mesmos ou à sociedade,

com acompanhamento durante o tratamento e no pós-alta; e (c) Comunidade Terapêutica e Frente de Trabalho, pela qual, após a alta do tratamento, no caso de dependentes químicos, ou diretamente, no caso de não dependentes com vínculo em Santa Catarina, o indivíduo é inserido em comunidade terapêutica ou casa de passagem, seguida de frente de trabalho remunerada e capacitação profissional, com participação laboral observados os direitos e garantias legais;

2.3.4. Utilização do Fundo de Assistência Social de maneira transparente e exclusivamente para políticas públicas de eficácia comprovada, vedado o emprego de recursos em ações que estimulem o assistencialismo, a mendicância e a permanência na rua; e

2.3.5. Redução progressiva da população em situação de rua em Santa Catarina, em apoio e em articulação com os municípios catarinenses, pela combinação estruturada de tratamento e trabalho;

2.3.6. Criação do registro estadual de PSRs, utilizando sistema integrado de abordagem social com cadastro ativo de pessoas em situação de rua, substituindo métodos antiquados, facilitando o tratamento e o acesso a informações por parte dos profissionais.

2.4 COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Objetivo: Reduzir desperdícios e aumentar a eficiência do governo.

2.4.1. Criar a Diretoria de Inteligência de Combate à Corrupção Pública (DICP), órgão permanente e com autonomia para rastreamento, auditoria e produção de inteligência sobre o uso inadequado de recursos públicos em contratos, licitações e emendas parlamentares;

2.4.2. Implantar portal de transparência em tempo real, com divulgação imediata de contratos, licitações e despesas realizadas com cartões corporativos;

2.4.3. Auditoria permanente para controle dos gastos estaduais e revisão de estruturas administrativas consideradas ineficientes;

2.4.4. Governo 100% Digital com digitalização completa dos serviços estaduais e redução da burocracia para empresas e cidadãos, eliminando assim a prática de criar dificuldades para venda de facilidades por agentes públicos; e

2.4.5. Implantação do projeto “Grande Irmão Catarina”, por meio do qual as principais atividades da gestão serão transmitidas ao vivo, em formato IRL, em plataforma gratuita, para que toda a população possa acompanhar as ações do governo.

2.5 COMBATE AO DESEMPREGO

Objetivo: Reduzir o desemprego, ampliar a geração de renda e promover a autonomia econômica das famílias beneficiárias de programas sociais.

2.5.1. Fomento aos micro e pequenos empreendedores, por meio do programa Juro Zero para iniciar o seu negócio;

2.5.2. Estimular a criação de novos negócios por meio da desburocratização para abertura e fechamento de empresas;

2.5.3. Reduzir a carga tributária para aumentar a competitividade do setor produtivo catarinense;

2.5.4. Unir universidades, escolas técnicas e outras instituições de ensino para juntos fazermos um pacto pela educação empreendedora, assim como a Coreia do Sul fez;

2.5.5. Atrair e viabilizar investimentos para Santa Catarina, tornando o estado mais atraente para a instalação de empresas de todos os portes, contribuindo para a geração de renda, empregos e aumento da arrecadação;

2.5.6. Definir incentivos fiscais mais equilibrados, concedidos de forma transparente e focados nas necessidades de crescimento do estado e de aumento da competitividade perante os demais estados e países para os quais exportamos; e

2.5.7. Melhorar a atratividade econômica dos portos catarinenses por meio de incentivos e investimentos em infraestrutura, com o objetivo de consolidar Santa Catarina como um dos principais hubs brasileiros de conexão com o mundo, além de fomentar equipamentos turísticos, como píeres para transatlânticos e marinas, e eventos náuticos de grande retorno para a sociedade.

2.6 CULTURA E ESPORTE

Objetivo: Incentivar a formação cidadã e profissional por meio da cultura empreendedora e do desenvolvimento do esporte.

2.6.1. Desenvolver iniciativas que ampliem a participação de grupos vulneráveis em atividades de turismo, cultura e esporte;
2.6.2. Incentivar e fortalecer a cultura catarinense, o esporte e o turismo em todas as regiões do estado;
2.6.3. Fomentar o esporte como meio de prevenção, socialização e integração;
2.6.4. Revitalizar espaços públicos de cultura, esporte e turismo, tais como praças e parques, inclusive por meio de concessões dessas áreas à iniciativa privada; e
2.6.5. Ampliação e moralização do Programa Bolsa Atleta Catarinense, aumentando o número de atletas e modalidades contempladas com recursos financiados pelo Governo do Estado.

2.7 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo: Transformar Santa Catarina no estado mais competitivo do Brasil, com crescimento sustentável do PIB e ambiente cada vez mais favorável ao empreendedorismo.

2.7.1. Simplificar procedimentos e legislações para registro e operação de empresas, bem como para o fechamento e liquidação das mesmas;
2.7.2. Reduzir exigências regulatórias desnecessárias;
2.7.3. Fomentar os diferentes segmentos da indústria por meio de políticas de atração de investimentos para implantação de empresas em território catarinense;
2.7.4. Reativação e ampliação do programa Geração TEC, abandonado pelos governos anteriores;
2.7.5. Incentivos à criação de Parques Tecnológicos de Santa Catarina; e
2.7.6. Reestruturar a Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC) para que ela promova ciência e conhecimento em áreas essenciais da sociedade; e
2.7.7. Atração de investimentos para implantação de data centers no território catarinense.

2.8 DESESTATIZAÇÃO

Objetivo: Reduzir a participação do poder público em setores do mercado onde a iniciativa privada opera com maior inovação e eficiência.

2.8.1. Leiloar, ou ceder de forma onerosa, terrenos públicos à iniciativa privada para a

exploração comercial e fomento de novos empreendimentos e empregos;

2.8.2. Privatizar empresas estatais eficientes, superavitárias ou ainda úteis, com metas estabelecidas e sistemas de avaliação de desempenho, tais como CELESC e CASAN;

2.8.3. Extinguir / liquidar empresas estatais que são deficitárias, ineficientes ou obsoletas, tais como COHAB, SANTUR S.A., CODESC, entre outras; e

2.8.4. Fortalecer e ampliar o programa de PPPs e concessões do estado de Santa Catarina, que foi concebido em 2019.

2.9 EDUCAÇÃO

Objetivo: Elevar a qualidade da educação pública com foco em desempenho e empregabilidade.

2.9.1. Implementar a educação em tempo integral em todas as escolas estaduais catarinenses até 2030, ampliando as atividades no contraturno orientado ao reforço escolar, com oficinas de leitura e interpretação de texto, lógica, matemática e inglês;

2.9.2. Estruturar parceria público-privada (PPP) nas escolas estaduais para operação e manutenção das edificações educacionais e incentivar a mesma prática nos municípios, oferecendo apoio técnico e financeiro;

2.9.3. Garantir a segurança integral nas escolas, visando à redução da violência entre alunos e professores, bem como do risco de atentados;

2.9.4. Criação do Programa de Meritocracia Escolar, no qual serão implantadas metas de desempenho para escolas e premiação para unidades com melhores resultados;

2.9.5. Fortalecimento da Educação Técnica, com expansão do ensino técnico integrado e parcerias com setor produtivo industrial e tecnológico; e

2.9.6. Implantação da Educação Empreendedora no currículo escolar, com introdução de conteúdos de educação financeira e formação continuada em empreendedorismo e tecnologia.

2.10 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

2.10.1. Capacitar os servidores que atuam nos serviços especializados de educação inclusiva; e

2.10.2. Fortalecer a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) para torná-la um ambiente ainda mais motivador para professores e alunos e mais propício às experiências de aprendizado.

2.11 INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E MOBILIDADE

Objetivo: Eliminar definitivamente gargalos logísticos que limitam o crescimento econômico catarinense.

2.11.1. Oferecer apoio institucional e financeiro à iniciativa privada para a construção, operação e manutenção de ferrovias, a fim de facilitar o escoamento da produção agroindustrial e a ligação aos portos públicos e privados de Santa Catarina;

2.11.2. Cobrar com firmeza o Governo Federal para a duplicação das BRs 153, 280, 282 e 470;

2.11.3. Iniciar programa de recuperação e de ampliação da capacidade das rodovias estaduais, mediante duplicação ou quadruplicação dos trechos prioritários, conforme critérios técnicos;

2.11.4. Fomentar fontes alternativas de geração de energia, tais como fotovoltaica, eólica e gás natural, bem como ampliar a distribuição das mesmas; e

2.11.5. Mapeamento de rodovias com ausência de acostamento para investir na construção dessa estrutura a fim de fornecer mais segurança aos usuários de rodovias;

2.11.6. Auxiliar tecnicamente e financeiramente os municípios catarinenses nas soluções para congestionamentos e dificuldades de logística; e

2.11.7. Criação de novos pontos de travessia entre os municípios de Itajaí e Navegantes, a fim de acabar com o monopólio e reduzir o preço das passagens.

2.12 MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Promover políticas de sustentabilidade sem perder de vista a necessidade de desenvolvimento econômico e social.

2.12.1. Garantir segurança jurídica e definição clara das competências das esferas municipal, estadual e federal;

2.12.2. Simplificar o processo de licenciamento permitindo que todo o volume de recursos hoje represados possa virar geração de emprego e renda para o

catarinense;

2.12.3. Delegar aos municípios os licenciamentos ambientais de pequeno porte;

2.12.4. Elaborar, enviar e aprovar na Assembleia Legislativa a Lei de Regionalização do Saneamento em Santa Catarina, formando as unidades regionais e viabilizando tecnicamente os investimentos privados em municípios de menor porte;

2.12.5. Apoiar tecnicamente e financeiramente as parcerias público-privadas e as concessões nos municípios, a fim de ampliar a capacidade de investimento em sistemas de abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de resíduos sólidos urbanos;

2.12.6. Universalizar o saneamento básico em Santa Catarina até 2033;

2.12.7. Criação do Programa Energia Verde SC, para incentivar a matriz energética renovável, ampliando a geração e a distribuição de energia eólica e fotovoltaica, bem como promovendo a eficiência energética; e

2.12.8. Atrair investidores desburocratizando o processo de licenciamento e oferecendo segurança jurídica.

2.13 MULHER, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL

2.13.1. Valorizar e fomentar a Rede Catarina de Proteção à Mulher, programa da Polícia Militar de Santa Catarina;

2.13.2. Ampliar as delegacias especializadas no atendimento à mulher; e

2.13.3. Criação do Programa Recomeço, articulado com a política de assistência social e voltado à população em situação de rua que queira retomar a vida social com emprego e renda.

2.14 SAÚDE

Objetivo: Zerar as filas e aumentar a eficiência do SUS estadual.

2.14.1. Criação do Programa Tempo é Vida, por meio do qual qualquer cirurgia indicada pelo sistema público de saúde deverá ser realizada em, no máximo, 60 (sessenta) dias, inclusive mediante contratação complementar da capacidade ociosa de unidades privadas de saúde, em horários de menor demanda;

2.14.2. Retomar e licitar a parceria público-privada (PPP) para construção, operação e

manutenção do Complexo Hospitalar de Santa Catarina, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que unifica as operações do Hospital Celso Ramos, Nereu Ramos, Maternidade Carmela Dutra e Hospital Infantil, projeto pronto que foi abandonado pelo governo atual;

2.14.3. Criação do Programa Fila Zero, para realizar mutirões permanentes para zerar a fila de consultas com especialidades médicas;

2.14.4. Implantar gestão por resultados, com metas de atendimento e satisfação de usuários nas unidades de saúde estaduais, integrando o quadro geral de indicadores públicos de desempenho;

2.14.5. Ampliar e fortalecer a telemedicina, com consultas remotas para municípios menores e integração digital dos prontuários;

2.14.6. Valorizar a carreira de médico no sistema estadual de saúde;

2.14.7. Honrar a regularidade dos repasses financeiros aos municípios, dos programas com contrapartida Estadual;

2.14.8. Aperfeiçoar a atenção integral à saúde da mulher;

2.14.9. Garantir a atenção à saúde do idoso; e

2.14.10. Promover o desenvolvimento de ciência de dados de interesse para a Secretaria Estadual de Saúde.

2.15 SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Objetivo: Restabelecer a sensação de segurança dos cidadãos e combater de forma permanente a atuação das facções criminosas em Santa Catarina.

2.15.1. Construção do “Inferno Catarina”, um presídio de segurança máxima no Meio-Oeste catarinense voltado para lideranças de organizações criminosas e presos de alta periculosidade, que ficarão isolados e monitorados 24h por dia;

2.15.2. Iniciar a “Operação Retomada” para eliminar o controle das facções criminosas em território catarinense com integração da PMSC, PCSC, Polícia Penal, IGP e Inteligência;

2.15.3. Criação do Programa “Quem Perdoa é Deus”, destinado ao monitoramento permanente de criminosos de alta periculosidade e reincidentes, observados os critérios legais e as garantias constitucionais;

2.15.4. Criação do Projeto “SC Protege sua Polícia”, para valorizar as polícias Militar e

Civil, bem como os policiais penais e demais agentes de segurança pública, assegurando assistência jurídica pela PGE nos processos relacionados a atos praticados no exercício regular da função, nos termos da legislação aplicável;

2.15.5. Aliar novos recursos tecnológicos à atividade de inteligência, com implantação de tecnologia de reconhecimento facial em todo o território catarinense, observadas as normas de proteção de dados e as garantias individuais;

2.15.6. Valorizar os agentes públicos de segurança e recompor efetivos por meio da retirada de policiais de áreas administrativas e realização de concurso público;

2.15.7. Realizar parcerias público-privadas (PPPs) para a construção, a administração e a manutenção de presídios e penitenciárias no estado de Santa Catarina, nos quais poderão ser instaladas unidades produtivas, permitindo o trabalho remunerado dos apenados, nos termos da legislação aplicável, inclusive para auxiliar no custeio de sua manutenção;

2.15.8. Equipar os agentes de segurança, os veículos e as estruturas físicas, bem como modernizar os equipamentos utilizados pelo efetivo;

2.15.9. Reduzir a violência contra a mulher por meio de ações de prevenção, proteção e repressão contra agressores, assediadores, estupradores e demais criminosos;

2.15.10. Reduzir crimes contra o patrimônio, tais como pichação, vandalismo, entre outros; e

2.15.11. Fortalecimento da atividade policial nas fronteiras e nas divisas catarinenses, bem como em pontos de entrada de mercadorias como aeroportos e portos.

2.16 PESCA E ECONOMIA DO MAR

2.16.1. Valorizar e estimular a pesca artesanal em Santa Catarina;

2.16.2. Fomentar a organização de pescadores artesanais para a constituição e administração de associações, cooperativas, OSCIPs e micro e pequenas empresas;

2.16.3. Estimular o uso de tecnologia na maricultura, em especial para o cultivo de ostras, mariscos e outros moluscos, consolidando Santa Catarina como polo exportador de moluscos para o mundo; e

2.16.4. Aprimorar as ferramentas climatológicas e meteorológicas para auxiliar a navegação de pequenas e grandes embarcações.

2.17 PROTEÇÃO AOS DESASTRES NATURAIS E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Objetivo: Proteger vidas, reduzir perdas econômicas e fortalecer a capacidade de resposta da Defesa Civil.

2.17.1. Modernizar o sistema de monitoramento hidrológico e meteorológico;

2.17.2. Reestruturar a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil para transformá-la em um dos mais modernos órgãos de proteção civil do Brasil;

2.17.3. Criação do Fundo Estadual Permanente de Resiliência, destinado à prevenção, mitigação, resposta emergencial e reconstrução pós-desastres;

2.17.4. Criação do Programa Barragens Seguras, para controle das cheias, especialmente no Vale do Itajaí. Tal programa contemplará auditoria técnica completa das barragens estaduais, modernização dos sistemas de monitoramento remoto 24 horas por dia, instalação de sensores em tempo real, atualização dos Planos de Ação de Emergência (PAE) e simulados periódicos junto às comunidades potencialmente afetadas;

2.17.5. Criação do Programa SC Alerta, que será a maior rede estadual de monitoramento climático do país, com utilização de inteligência artificial para previsão de eventos extremos e parcerias com universidades e centros de pesquisa; e

2.17.6. Prevenção de enchentes e deslizamentos, oferecendo apoio técnico e financeiro aos municípios para mapeamento de áreas de risco, contenção de encostas, drenagem urbana, desassoreamento de rios, limpeza de canais, recuperação de margens e obras de macrodrenagem.

2.18 TURISMO

2.18.1. Criação do Programa Turismo 365, com o objetivo de dobrar o número de turistas nacionais e internacionais ao longo de todo o ano, reduzindo a sazonalidade e explorando os potenciais climáticos e geográficos das regiões catarinenses (litoral, serra e campo);

2.18.2. Desenvolver concessões à iniciativa privada para a construção de novos equipamentos turísticos em todas as regiões de Santa Catarina;

2.18.3. Investir e criar novos polos turísticos no estado, a exemplo do município de São Carlos, no Oeste, rico em águas termais e carente de infraestrutura para o

recebimento de turistas;

2.18.4. Conclusão da Rodovia Caminhos do Mar, no sul do estado, que liga Passos de Torres a Laguna, para valorizar o turismo nas praias da região sul, tão belas e tão esquecidas pelos próprios catarinenses;

2.18.5. Investir na iluminação e em áreas de lazer na estrada Dona Francisca para fomentar o turismo rural, de aventura e familiar na região de Joinville;

2.18.6. Fortalecimento do turismo náutico no litoral catarinense, com implantação de marinas e píeres para estimular os pontos de parada de transatlânticos.

PALAVRAS FINAIS

O Estado de Santa Catarina construiu, ao longo de sua história, uma reputação de trabalho, inovação, prosperidade e qualidade de vida. Nosso estado tornou-se referência nacional graças ao esforço de milhões de catarinenses que acreditam no valor da família, da livre iniciativa, da educação, da segurança e da responsabilidade com os recursos públicos. Entretanto, a má gestão dos últimos governadores trouxe desafios para os próximos anos. Será necessário coragem para enfrentar problemas estruturais, capacidade de gestão para modernizar o Estado e compromisso permanente com resultados concretos para a população.

Este Plano de Governo apresenta uma visão clara para Santa Catarina: um estado mais seguro, mais eficiente, mais competitivo e mais preparado para as transformações econômicas, sociais e tecnológicas do século XXI.

Também reafirmamos nosso compromisso com a transparência, a integridade pública e a boa gestão dos recursos arrecadados junto aos contribuintes. O dinheiro público pertence à população e deve ser administrado com responsabilidade, eficiência e absoluto respeito ao interesse coletivo. Por isso, este plano valoriza instrumentos modernos de gestão, como concessões, parcerias público-privadas, inovação tecnológica e avaliação permanente de resultados.

Nosso compromisso é governar para todos os catarinenses, independentemente da região onde vivem. O desenvolvimento precisa chegar ao litoral, ao oeste, ao norte, ao sul, à serra, ao vale e à Grande Florianópolis, respeitando as características e vocações de cada território.

Mais do que um conjunto de propostas, este Plano de Governo representa um

compromisso com um futuro glorioso. Convidamos cada catarinense a participar desta construção coletiva. O futuro de Santa Catarina não pertence a um governo, a um partido ou a um grupo político. O futuro pertence ao seu povo!

PLANO DE GOVERNO 2027-2030: SANTA CATARINA EM PRIMEIRO LUGAR

Partido Renovação Democrática
Governador: Ralf Zimmer (PRD)
Vice-governador: Carlos Bordin (PRD)

Santa Catarina é um estado construído pelo trabalho. Em cada região, há famílias, empreendedores, trabalhadores, produtores rurais, pescadores, profissionais, estudantes e comunidades que fazem o Estado avançar todos os dias. Este Plano de Governo nasce com uma ideia simples: o Governo deve estar a serviço dessas pessoas.

Colocar Santa Catarina em primeiro lugar significa administrar com responsabilidade, proteger quem trabalha, enfrentar problemas antigos e preparar o Estado para o futuro. Significa também respeitar a autonomia dos municípios, ouvir as regiões e transformar planejamento em resultados concretos.

Nossa proposta para 2027-2030 combina eficiência administrativa, segurança, saúde, educação, infraestrutura, liberdade econômica, inovação, proteção social e resiliência climática. O objetivo não é aumentar o tamanho do Estado, mas aumentar sua capacidade de entregar aquilo que o cidadão precisa.

Este é um plano aberto ao diálogo e à participação.

1. VISÃO DE FUTURO

Santa Catarina em primeiro lugar significa construir um Estado que preserve suas conquistas e enfrente seus desafios sem acomodação. A visão para 2027-2030 é de um governo orientado por resultados, com metas claras, avaliação permanente e capacidade de execução.

O desenvolvimento deve alcançar todas as regiões: litoral, Vale do Itajaí, Norte, Oeste, Serra, Sul, Meio-Oeste e Grande Florianópolis.

O Governo Ralf Zimmer terá como princípios: responsabilidade com o dinheiro público; liberdade para empreender e produzir; segurança para as famílias; serviços públicos eficientes; valorização do trabalho; inovação; respeito ao meio ambiente; integração com os municípios; transparência e compromisso com resultados.

2. PRINCÍPIOS DE GOVERNO

2.1. Santa Catarina em primeiro lugar – decisões públicas orientadas pelo interesse dos catarinenses.

2.2. Dinheiro público respeitado – planejamento, controle, transparência e busca permanente por eficiência.

2.3. Governo que entrega – metas, indicadores, prazos e avaliação dos programas.

2.4. Liberdade para produzir – menos burocracia e mais segurança jurídica para quem trabalha e investe.

2.5. Segurança para viver – integração, inteligência, prevenção e valorização dos profissionais.

2.6. Saúde com resposta – redução de filas, regionalização e uso inteligente da capacidade disponível.

2.7. Educação para o futuro – conhecimento, tecnologia, formação profissional e preparação para o trabalho.

2.8. Estado parceiro dos municípios – planejamento regional e cooperação para acelerar soluções.

2.9. Desenvolvimento com responsabilidade ambiental – prevenção de riscos, saneamento e resiliência climática.

2.10. Transparência e integridade – governo aberto, controle e combate a desperdícios e irregularidades.

3. GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL

Objetivo: Construir um Estado mais simples, eficiente, digital e orientado por resultados.

Propostas: Revisar estruturas administrativas e sobreposições de funções; estabelecer metas para órgãos e programas; ampliar a avaliação de desempenho institucional; digitalizar serviços; simplificar procedimentos; fortalecer mecanismos de controle interno; aprimorar compras públicas; ampliar transparência de contratos e despesas; e revisar gastos administrativos em busca de economia sem comprometer serviços essenciais.

Diretriz e execução: O Governo deverá publicar um painel de metas, com indicadores compreensíveis para a população. Cada grande programa terá objetivos,

responsáveis, cronograma e critérios de avaliação. A gestão pública deve deixar de ser medida apenas pelo quanto gasta e passar a ser avaliada pelo que entrega.

Compromisso: Responsabilidade fiscal, transparência e foco permanente na qualidade do gasto público.

4. GOVERNO DIGITAL E DESBUROCRATIZAÇÃO

Objetivo: Fazer o Estado funcionar de maneira mais rápida, simples e acessível.

Propostas: Adotar o modelo de Gestão 100% Transparente, disponibilizando em portal público o relatório de produtividade trimestral de todos os servidores e comissionados, a publicação da agenda diária, o banco de horas e a divulgação pública obrigatória dos dados/declarações financeiras dos ocupantes de cargos comissionados. Implementar a transmissão ao vivo de todas as reuniões do Colegiado de Governo.

Diretriz e execução: A tecnologia deverá servir para reduzir filas, deslocamentos e custos. Para empresas, a prioridade será reduzir o tempo gasto com burocracia. Para municípios, o Estado deverá ampliar apoio técnico e ferramentas compartilhadas.

Compromisso: Menos papel, menos espera e mais serviço público entregue.

5. SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Objetivo: Proteger as famílias catarinenses, combater o crime organizado e fortalecer a capacidade operacional das forças de segurança.

Propostas: Ampliar o uso de inteligência policial; integrar informações entre as forças; expandir videomonitoramento e leitura de placas conforme a legislação; modernizar equipamentos; recompor efetivos por concursos e gestão eficiente de pessoal; fortalecer ações nas fronteiras, portos e aeroportos; aprimorar investigação e prevenção; Criar o Aplicativo Gratuito de Consulta Pública para expor e dar transparência aos nomes dos condenados por violência contra a mulher.

Diretriz e execução: A segurança será tratada de forma integrada: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, inteligência e Defesa Civil deverão trabalhar com protocolos e tecnologia compartilhados. O sistema prisional deverá ampliar oportunidades de trabalho e ressocialização.

Compromisso: Presença do Estado, inteligência contra o crime e valorização de quem protege a população.

6. DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Objetivo: Proteger vidas, reduzir perdas e preparar Santa Catarina para eventos climáticos extremos.

Propostas: Modernizar monitoramento hidrológico e meteorológico; ampliar sistemas de alerta; integrar dados de universidades e centros de pesquisa; fortalecer a Defesa Civil; criar mecanismos permanentes de financiamento para prevenção e reconstrução; apoiar municípios no mapeamento de áreas de risco; ampliar obras de drenagem, contenção, macrodrenagem e desassoreamento; e aperfeiçoar protocolos de resposta.

Diretriz e execução: Barragens e estruturas de contenção deverão contar com acompanhamento técnico, monitoramento e planos de emergência atualizados. Abrir edital de concorrência pública internacional para elaboração e execução do projeto definitivo de solução para as cheias do Rio Itajaí-Açu, abrangendo obras audaciosas de engenharia como a transposição ou desvio do curso do rio.

Compromisso: Santa Catarina preparada antes da emergência, não apenas depois dela.

7. SAÚDE: ATENDIMENTO MAIS RÁPIDO

Objetivo: Reduzir filas e ampliar o acesso à média e alta complexidade, aproximando o atendimento da população.

Propostas: Transformar a residência oficial no Hospital e Centro de Referência Estadual para Crianças, Mulheres e Idosos Vítimas de Queimaduras, integrando-o ao Hospital Infantil Joana de Gusmão e usando seu heliponto para resgates aéreos expeditos. Utilizar a infraestrutura das escolas públicas estaduais no contraturno para oferecer atividades físicas, terapêuticas e de saúde mental preventivas aos pais e às comunidades locais.

Diretriz e execução: Adotar uma visão holística e transversal da saúde pública, unindo educação e esporte na prevenção de doenças físicas e mentais para reduzir a sobrecarga hospitalar. Priorizar a máxima eficiência dos ativos estatais, revertendo o uso de imóveis de representação oficial em serviços essenciais de saúde para a população vulnerável.

Compromisso: Saúde eficiente, humana e mais perto de casa.

8. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: Preparar crianças e jovens para a cidadania, para o ensino superior e para o mercado de trabalho.

Propostas: Ampliar progressivamente a educação em tempo integral; fortalecer leitura, escrita, matemática, lógica, ciências, inglês e competências digitais; expandir educação profissional e tecnológica conforme as vocações regionais; fortalecer programas de acesso ao ensino superior; melhorar infraestrutura escolar; reforçar segurança nas escolas; valorizar professores e gestores; e ampliar ações de permanência no ensino médio.

Diretriz e execução: A formação profissional deverá dialogar com empresas, cooperativas, universidades e instituições técnicas. A educação inclusiva será fortalecida com capacitação dos profissionais e apoio às estruturas especializadas.

Compromisso: Educação que abre portas e prepara para o futuro.

9. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Objetivo: Eliminar gargalos que prejudicam a mobilidade das pessoas e o escoamento da produção.

Propostas: Assumir a duplicação da BR-282 como prioridade número um e obsessão de gestão, realizando concessão e/ou parceria público-privada por edital de concorrência nacional/internacional com pedágio como fonte compensatória de custeio. Integrar os modais de transporte criando a Secretaria de Logística, viabilizar a implantação da Ferrovia do Frango para ligação logística do Oeste aos portos; ampliar os aeroportos de Chapecó e Navegantes; e estruturar PPP para aquisição de aeronaves de carga de grande porte dedicadas ao escoamento de produtos perecíveis catarinenses.

Diretriz e execução: A infraestrutura será planejada com visão regional, considerando indústria, agropecuária, turismo, comércio, portos, mobilidade urbana e acesso a serviços.

Compromisso: Infraestrutura para aproximar pessoas, reduzir custos e aumentar competitividade.

10. PORTOS, FERROVIAS E LOGÍSTICA

Objetivo: Transformar a posição geográfica de Santa Catarina em vantagem

competitiva permanente.

Propostas: Fortalecer os portos catarinenses; apoiar dragagens e melhorias de acesso aquaviário; ampliar integração logística; acelerar estudos e projetos ferroviários; estimular terminais intermodais; melhorar acessos terrestres aos portos; fortalecer conexões aéreas regionais; e utilizar concessões e PPPs quando houver benefício comprovado.

Diretriz e execução: A estratégia logística deverá reduzir dependência de um único modal e aumentar eficiência no transporte de cargas. O setor privado será chamado a participar de projetos estruturantes, com regras claras, segurança jurídica e fiscalização pública.

Compromisso: Santa Catarina conectada ao Brasil e ao mundo.

11. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERDADE PARA EMPREENDER

Objetivo: Tornar Santa Catarina cada vez mais competitiva para empreendedores, trabalhadores e investidores.

Propostas: Simplificar abertura e fechamento de empresas; reduzir burocracia; ampliar crédito para micro e pequenos negócios; fortalecer instrumentos de apoio ao empreendedor; melhorar segurança jurídica; revisar exigências regulatórias desnecessárias; atrair investimentos produtivos; apoiar parques tecnológicos; fortalecer ciência, tecnologia e inovação; e aperfeiçoar incentivos econômicos com critérios transparentes.

Diretriz e execução: O Governo deverá atuar como facilitador. A política de desenvolvimento econômico deverá considerar as diferentes vocações regionais, apoiando indústria, comércio, serviços, tecnologia, turismo, agroindústria e economia do mar. Manter políticas de benefícios fiscais indispensáveis à competitividade, com transparência total dos valores e dos beneficiários no Portal da Transparência.

Compromisso: governo parceiro de quem trabalha, investe e gera emprego.

12. AGRICULTURA, AGROINDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Fortalecer o campo, a agricultura familiar, a agroindústria e a competitividade do produtor catarinense.

Propostas: Ampliar qualificação profissional; estimular tecnologia no campo; melhorar conectividade rural; apoiar infraestrutura de estradas produtivas; fortalecer segurança hídrica; incentivar energia e soluções sustentáveis; ampliar acesso a crédito; apoiar agregação de valor e profissionalização das produções familiares; estimular aproveitamento de resíduos e dejetos; e fortalecer assistência técnica.

Diretriz e execução: O produtor rural precisa de infraestrutura, crédito, tecnologia, segurança sanitária e acesso a mercados. A sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo também deverão ser estimuladas.

Compromisso: Campo forte, produção competitiva e renda no interior.

13. PESCA E ECONOMIA DO MAR

Objetivo: Transformar a vocação marítima catarinense em desenvolvimento, emprego e renda.

Propostas: Valorizar a pesca artesanal; apoiar associações e cooperativas; facilitar acesso a crédito e tecnologia; modernizar estruturas pesqueiras; estimular a maricultura; fortalecer pesquisa aplicada; melhorar informações meteorológicas e oceanográficas para a navegação; apoiar processamento e agregação de valor; e ampliar a integração entre pesca, turismo, portos e economia do mar.

Diretriz e execução: Santa Catarina possui uma relação histórica com o mar. A sustentabilidade será condição para o crescimento de longo prazo da pesca e da maricultura.

Compromisso: Valorizar quem vive do mar e ampliar as oportunidades da economia azul catarinense.

14. SANEAMENTO, ÁGUA E MEIO AMBIENTE

Objetivo: Ampliar investimentos em saneamento e conciliar proteção ambiental com desenvolvimento.

Propostas: Apoiar a regionalização do saneamento; ampliar capacidade técnica e financeira dos municípios; estimular concessões e PPPs quando adequadas; acelerar investimentos em água, esgoto e resíduos; melhorar drenagem e gestão de águas urbanas; simplificar processos ambientais sem reduzir proteção; definir competências com clareza; ampliar segurança jurídica; e incentivar energia renovável e eficiência energética.

Diretriz e execução: A universalização do saneamento exige planejamento regional, escala, investimentos e capacidade de execução. O licenciamento deverá ser mais previsível e eficiente, preservando critérios técnicos e ambientais.

Compromisso: água de qualidade, saneamento e desenvolvimento responsável.

15. HABITAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Objetivo: Apoiar famílias em situação de vulnerabilidade e ampliar caminhos para autonomia.

Propostas: Enfrentar a questão das pessoas em situação de rua sem populismo ou soluções simplistas: realizar o cadastramento e mapeamento individualizado completo de perfis; disponibilizar equipes multidisciplinares (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros); apoiar o retorno voluntário aos municípios de origem; e aplicar a internação compulsória estritamente nos casos autorizados pela Justiça em ações individuais e fundamentadas.

Diretriz e execução: A política social deve combinar proteção imediata com oportunidades de reconstrução de trajetórias. Na habitação, serão priorizadas soluções que combinem segurança, infraestrutura urbana, localização adequada e capacidade de pagamento das famílias.

Compromisso: Proteção social com dignidade, autonomia e oportunidade.

16. MULHER, FAMÍLIA, JUVENTUDE E INCLUSÃO

Objetivo: Fortalecer políticas de proteção, prevenção e oportunidades.

Propostas: Ampliar a proteção e o atendimento às mulheres vítimas de violência; fortalecer redes de prevenção; ampliar ações de formação e emprego para jovens; apoiar esporte, cultura e educação como instrumentos de inclusão; fortalecer políticas para pessoas com deficiência; qualificar serviços de educação inclusiva; e promover ações integradas de cidadania.

Diretriz e execução: A família, em suas diferentes realidades, deve encontrar no Estado serviços públicos capazes de apoiar educação, saúde, segurança e oportunidades. Para a juventude, a prioridade será transformar talento em oportunidade.

Compromisso: Proteger, incluir e criar oportunidades para cada geração.

17. TURISMO: SC 365 DIAS

Objetivo: Reduzir a sazonalidade e transformar Santa Catarina em destino turístico durante todo o ano.

Propostas: Descentralizar eventos e turnês de artistas para os municípios do interior do Estado. Criar e implementar os Jogos Abertos de Inverno Catarinense e Brasileiro; inserir o Aberto de Santa Catarina no calendário mundial de Tênis em sedes itinerantes no interior; e descentralizar competições de skate por todas as regiões do Estado. Regular a distribuição de verbas estaduais de comunicação/imprensa por meio de lei com critérios objetivos de audiência, visibilidade e proporcionalidade.

Diretriz e execução: O litoral não será o único protagonista. Serra, Vale, Oeste, Meio-Oeste e Sul possuem produtos turísticos próprios que podem gerar renda durante todo o ano.

Compromisso: Mais turistas, mais tempo de permanência e mais renda circulando nas regiões.

18. CULTURA, ESPORTE E ECONOMIA CRIATIVA

Objetivo: Ampliar oportunidades de participação cultural e esportiva e fortalecer talentos catarinenses.

Propostas: Aperfeiçoar mecanismos de incentivo à cultura; apoiar novos talentos; fortalecer patrimônio e identidade regional; ampliar esporte de base; apoiar atletas de rendimento; fortalecer paradesporto; revitalizar espaços públicos; e estimular a economia criativa.

Diretriz e execução: Cultura e esporte são políticas de desenvolvimento humano, prevenção, inclusão e geração de oportunidades. Parcerias com municípios, organizações e iniciativa privada poderão ampliar o alcance das ações sem substituir a responsabilidade pública.

Compromisso: Talento catarinense valorizado e oportunidades espalhadas por todas as regiões.

19. TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CIÊNCIA

Objetivo: Posicionar Santa Catarina na fronteira da inovação e usar tecnologia para melhorar serviços e produtividade.

Propostas: Fortalecer ambientes de inovação; apoiar parques tecnológicos; aproximar universidades e empresas; ampliar formação tecnológica; estimular inteligência artificial e ciência de dados no setor público; criar ambientes para testes de soluções inovadoras; apoiar atração de investimentos em tecnologia e *data centers*; e ampliar conectividade.

Diretriz e execução: O Governo será usuário e indutor de tecnologia. A inovação também deverá chegar ao campo, à indústria, à saúde, à educação, à segurança e aos pequenos negócios.

Compromisso: Transformar conhecimento em produtividade, empregos e melhores serviços públicos.

20. MUNICIPALISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Objetivo: Fazer do Governo do Estado um parceiro efetivo dos 295 municípios catarinenses.

Propostas: Fortalecer convênios e transferências com critérios transparentes; ampliar apoio técnico; planejar investimentos por regiões; utilizar consórcios públicos quando forem mais eficientes; integrar planos estaduais e municipais; realizar agendas regionais permanentes; e criar mecanismos de acompanhamento de obras e programas.

Diretriz e execução: O município é onde o cidadão encontra a maioria dos serviços públicos. As decisões de investimento deverão considerar indicadores, população, necessidades de infraestrutura, vocações econômicas e capacidade de execução.

Compromisso: Um Estado presente nas regiões e parceiro de cada município.

21. PLANEJAMENTO TERRITORIAL E EQUILÍBRIO REGIONAL

Objetivo: Reduzir desigualdades regionais e orientar investimentos públicos de acordo com as características e necessidades de cada território.

Propostas: Criar uma carteira estadual de projetos prioritários organizada por regiões; utilizar indicadores socioeconômicos, demográficos, logísticos e ambientais para orientar investimentos; fortalecer a integração com associações de municípios e consórcios públicos; apoiar projetos que conectem infraestrutura e desenvolvimento econômico; e acompanhar regionalmente a execução das políticas públicas.

Diretriz e execução: O planejamento estadual deverá reconhecer que Santa

Catarina não é homogênea. A descentralização das decisões não significa fragmentar o Estado.

Compromisso: Nenhum catarinense será tratado como cidadão de segunda classe por viver em uma determinada região.

22. METAS E GOVERNANÇA 2027-2030

O Plano de Governo será transformado em uma agenda de execução. As metas serão detalhadas no início da gestão a partir de diagnóstico técnico atualizado, orçamento disponível, legislação e pactuação com os órgãos responsáveis.

Mecanismos de governança: Painel público de metas; avaliação periódica de programas; reuniões de acompanhamento; indicadores por secretaria; carteira de projetos prioritários; avaliação de impacto; transparência de contratos e investimentos; e revisão anual das prioridades.

Prioridades transversais para o ciclo: Reduzir burocracia; acelerar investimentos; melhorar segurança; reduzir filas de saúde; ampliar educação integral e profissional; fortalecer infraestrutura; apoiar municípios; ampliar conectividade; melhorar prevenção de desastres; e aumentar competitividade econômica. O princípio será simples: promessa precisa virar planejamento; planejamento precisa virar execução; execução precisa gerar resultado; e resultado precisa ser medido e apresentado à sociedade.

COMPROMISSOS FINAIS

Santa Catarina em primeiro lugar não é apenas um slogan. É uma forma de governar. É colocar o cidadão no centro das decisões. É respeitar o dinheiro público. É valorizar quem trabalha. É proteger as famílias. É apoiar quem produz. É dar oportunidade aos jovens. É cuidar de quem precisa. É preparar o Estado para os desafios climáticos, econômicos e tecnológicos.

O Governo Ralf Zimmer será construído com diálogo, planejamento e responsabilidade. As propostas deste documento deverão ser acompanhadas de metas, indicadores e mecanismos de transparência para que a população possa cobrar, acompanhar e avaliar os resultados.

Nosso compromisso é governar para todos os catarinenses, respeitando as

diferenças entre as regiões e trabalhando para que o desenvolvimento chegue a cada comunidade.

PROGRAMA PARA SANTA CATARINA

Unidade Popular pelo Socialismo
Governadora: Lais Chaud (UP)
Vice-governadora: Nathália Tarses Gomes de Melo (UP)

1. TRABALHO E ECONOMIA

A economia catarinense alcançou um PIB estimado em R$ 604,1 bilhões no ano de 2025, esses números mostram a capacidade produtiva de Santa Catarina e a importância de sua economia no cenário nacional. Nosso estado apresenta uma estrutura industrial diversificada, com destaque para os setores metalmecânico, têxtil, alimentício, cerâmico, madeireiro, de máquinas e equipamentos e de tecnologia. Em 2024, a indústria de transformação catarinense cresceu 7,7%, demonstrando a força do setor produtivo estadual. O estado também possui uma extensa rede de pequenas e médias empresas, cooperativas e produtores rurais, que participam diretamente da geração de nossas riquezas e empregos.

Esse desempenho demonstra que Santa Catarina possui capacidade para produzir alimentos, bens industriais e produtos de alto valor agregado. Mas quem se beneficia dessa riqueza e qual é o papel do Estado na organização desse desenvolvimento? A contradição fundamental é que quem trabalha não usufrui dos frutos de seu trabalho.

Os indicadores do mercado de trabalho catarinense são positivos quando comparados ao restante do país. Em 2025, Santa Catarina registrou taxa anual de desemprego de apenas 2,3%, a segunda menor do Brasil. A informalidade ficou em 26,3%, também a menor taxa entre os estados. O nível de ocupação chegou a 66,2%, um dos maiores do país. A questão posta é: qual emprego está sendo criado, se os trabalhadores recebem o suficiente para sobreviver, quais condições de trabalho possuem e como os ganhos de produtividade são distribuídos.

A existência de baixos índices de desemprego não elimina as desigualdades. O trabalhador catarinense depende de transporte público, moradia, saúde, educação, saneamento e demais serviços públicos. O desenvolvimento econômico precisa ser acompanhado pela melhoria das condições concretas de vida da população.

Os números sobre saúde e segurança no trabalho mostram que a realidade de muitos trabalhadores ainda é marcada por acidentes, adoecimento e assédio. Dados do Tribunal

Regional do Trabalho da 12ª Região mostram que os processos relacionados a esses temas cresceram 42% em apenas um ano. Foram 12.450 ações em 2025, contra 8.764 em 2024. Os casos de doença ocupacional passaram de 3.062 para 5.016, enquanto os acidentes de trabalho aumentaram de 3.523 para 4.845. Também cresceram os processos por assédio moral e assédio sexual.

A situação é especialmente preocupante no Oeste catarinense, a região das agroindústrias e frigoríficos. Em Chapecó, 22% dos processos trabalhistas distribuídos entre 2024 e 2025 estavam relacionados à saúde e à segurança no trabalho, o maior percentual do estado. Em 2025, cerca de 39 mil trabalhadores sofreram acidentes de trabalho em Santa Catarina e 170 perderam a vida. Entre 2016 e 2025, o estado registrou 459.716 acidentes e 1.623 mortes durante o exercício da atividade profissional, ficando entre os cinco estados brasileiros com os maiores números nesses indicadores.

Santa Catarina também possui a maior participação feminina no emprego industrial do Brasil. Em 2025, as mulheres ocupavam mais de 314 mil postos de trabalho na indústria catarinense, representando 33,65% da força de trabalho do setor. Elas estão presentes não apenas nos segmentos têxtil e alimentício, mas também em áreas técnicas, de engenharia e de gestão. Isso significa que os problemas relacionados às condições de trabalho, ao adoecimento ocupacional e ao assédio atingem diretamente centenas de milhares de mulheres trabalhadoras em todo o estado.

A situação é tão grave que o estado também convive com casos de trabalho análogo à escravidão. Entre 1995 e 2024, 1.131 trabalhadores foram resgatados dessa condição em Santa Catarina. A maioria atuava no setor agropecuário e grande parte era formada por jovens trabalhadores submetidos a formas extremas de exploração.

1.1 É preciso outro modelo de desenvolvimento

Santa Catarina precisa de um modelo de desenvolvimento que utilize sua capacidade produtiva para melhorar concretamente a vida da população. É necessário garantir que a riqueza produzida no estado se transforme em salários melhores, serviços públicos de qualidade, infraestrutura, moradia, saneamento, ciência e tecnologia e oportunidades para todas as regiões. Isso significa utilizar universidades públicas, institutos federais, Epagri e centros de pesquisa para desenvolver tecnologias que

atendam às necessidades da população e aumentem a capacidade produtiva do próprio estado.

O desenvolvimento econômico precisa estar associado à preservação ambiental. O estado não pode aceitar que projetos econômicos sejam aprovados sem considerar seus impactos sobre rios, florestas, áreas rurais, comunidades e cidades. A atividade produtiva deve estar submetida a regras ambientais rigorosas e à fiscalização pública. A capacidade econômica de Santa Catarina deve estar a serviço de quem produz a riqueza do estado.

Nesse sentido propomos:

- Elaborar o PPA, a LDO e a LOA com participação popular, ampliando os mecanismos de orçamento participativo e garantindo transparência sobre a execução dos recursos públicos.
- Criar o Observatório Catarinense de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego, reunindo dados sobre investimentos públicos e privados, incentivos fiscais, empregos, salários, produção e desigualdades regionais.
- Revisar os programas estaduais de incentivos fiscais, garantindo transparência sobre os valores concedidos, empresas beneficiadas e receitas que deixam de ser arrecadadas.
- Criar mecanismos de fiscalização e avaliação periódica dos incentivos fiscais, suspendendo benefícios quando as empresas não cumprirem as contrapartidas estabelecidas.
- Criar uma política estadual de industrialização e agregação de valor, estimulando que matérias-primas produzidas em Santa Catarina sejam processadas no próprio território antes de serem exportadas.
- Fortalecer a agricultura familiar e os pequenos produtores rurais, ampliando crédito de baixo custo, assistência técnica, seguro rural, infraestrutura e programas de comercialização.
- Ampliar os programas estaduais de compra de alimentos da agricultura familiar para escolas, hospitais, restaurantes populares e demais equipamentos públicos.
- Criar um Programa Estadual de Cooperativismo e Economia Solidária, oferecendo assistência técnica, contábil, jurídica e comercial e linhas de crédito público de baixo custo.

- Fortalecer a Epagri, e Cidasc e as demais instituições públicas de pesquisa e assistência técnica, garantindo estrutura e servidores suficientes para atender os produtores catarinenses.
- Ampliar investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação, fortalecendo as universidades públicas, institutos federais e centros de pesquisa do estado.
- Criar um programa estadual de tecnologia e inovação voltado ao desenvolvimento de tecnologias sociais, industriais e ambientais que atendam às necessidades da população catarinense.
- Criar uma política estadual de desenvolvimento regional, direcionando investimentos públicos para regiões com maiores déficits de infraestrutura, emprego, renda e serviços públicos.
- Estabelecer metas de redução das desigualdades regionais no planejamento estadual, vinculando parte dos investimentos públicos ao cumprimento dessas metas.
- Ampliar os investimentos públicos em saneamento, estabelecendo um plano estadual para universalizar o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto.
- Fortalecer a CASAN enquanto empresa pública estratégica, ampliando sua capacidade de investimento e garantindo a expansão dos serviços de saneamento para as regiões ainda não atendidas.
- Garantir que os municípios tenham apoio técnico e financeiro do Estado para implantação de redes de saneamento, drenagem urbana e gestão adequada de resíduos sólidos.
- Criar programas estaduais de apoio a pequenas empresas, trabalhadores autônomos, feirantes e empreendimentos da economia popular, com crédito de baixo custo e assistência técnica.
- Ampliar programas de qualificação profissional gratuita, articulados às necessidades econômicas de cada região e priorizando jovens, trabalhadores desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Criar programas estaduais de primeiro emprego e formação profissional para jovens, articulando educação, qualificação e inserção no mercado de trabalho.
- Criar frentes de trabalho para obras de infraestrutura, recuperação ambiental, saneamento e manutenção de equipamentos públicos, priorizando regiões com maiores necessidades sociais.

- Incentivar a instalação de empresas de reciclagem, reaproveitamento de resíduos e tecnologias de baixo impacto ambiental, vinculando os incentivos públicos ao cumprimento de metas trabalhistas e ambientais.
- Fortalecer a infraestrutura logística estadual, priorizando investimentos em rodovias, ferrovias, portos e transporte de cargas que reduzam custos para os produtores e beneficiem também a população.
- Ampliar os investimentos em infraestrutura digital, garantindo acesso à internet de qualidade nas regiões rurais e nos municípios pequenos.
- Estabelecer critérios sociais e ambientais para grandes projetos de infraestrutura beneficiados por recursos públicos, garantindo fiscalização e participação das comunidades atingidas.
- Fortalecer os instrumentos públicos de financiamento ao desenvolvimento, ampliando o acesso de cooperativas, pequenos produtores, pequenas empresas e empreendimentos da economia solidária ao crédito de baixo custo.
- Utilizar a política econômica estadual para garantir que o crescimento da produção e da produtividade resulte também em melhoria das condições de trabalho, aumento dos salários e ampliação dos serviços públicos.
- Política de valorização do salário mínimo e dos pisos salariais estaduais, com o objetivo de ampliar o poder de compra dos trabalhadores e acompanhar a evolução do custo de vida.
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

2. SAÚDE

O sistema de saúde pública de Santa Catarina apresenta uma contradição evidente. Apesar de o estado ser frequentemente apontado como referência nacional em indicadores sociais, milhares de catarinenses enfrentam dificuldades para acessar consultas, exames e procedimentos especializados. Em 2025, a fila de cirurgias eletivas alcançou 116 mil pacientes, o maior número já registrado, e a espera média por procedimentos ultrapassou 300 dias em diversas especialidades. Ao mesmo tempo, embora Santa Catarina possua 313 hospitais, apenas 48 deles são públicos, evidenciando a forte dependência da rede privada e filantrópica para garantir o atendimento da população. A concentração de investimentos na média e alta complexidade, sem o fortalecimento proporcional da

atenção básica, contribui para a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência e dificulta a prevenção de doenças e o acompanhamento contínuo da população.

Os principais problemas da saúde catarinense passam pela demora no acesso a consultas, exames e cirurgias, pela insuficiência da rede pública própria e pelas desigualdades de acesso entre as diferentes regiões do estado. Fortalecer o SUS exige ampliar os investimentos na atenção básica, contratar mais profissionais, expandir a capacidade da rede pública estadual e garantir que o acesso à saúde seja tratado como um direito da população, e não como uma oportunidade de negócio para grupos privados.

Nesse sentido propomos:

- Fortalecer a atenção básica e ampliar as equipes de Saúde da Família, garantindo acompanhamento contínuo de pessoas com hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas, reduzindo internações evitáveis.
- Expandir concursos públicos e a contratação de profissionais para o SUS, especialmente em regiões com maior dificuldade de acesso a médicos especialistas e outros trabalhadores da saúde.
- Valorizar os Agentes Comunitários de Saúde, ampliando sua formação e condições de trabalho para fortalecer ações de prevenção e acompanhamento das famílias.
- Desenvolver programas permanentes de promoção da saúde nas escolas estaduais, abordando alimentação saudável, saúde mental, atividade física, prevenção ao uso de drogas e educação sexual.
- Fortalecer a parceria entre a Secretaria de Saúde e as universidades públicas catarinenses, como a Universidade Federal da Fronteira Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina para pesquisa, formação de profissionais e desenvolvimento de políticas públicas.
- Atualizar os planos regionais de saúde com participação popular, considerando as diferenças entre o litoral, o Oeste, a Serra e outras regiões do estado.
- Ampliar os CAPS e os CAPS-AD, especialmente em cidades médias e polos regionais, fortalecendo a rede pública de saúde mental.
- Implementar políticas de redução de danos e ampliar o acesso ao atendimento em saúde mental, com equipes multiprofissionais e acompanhamento contínuo.

- Expandir os horários de funcionamento das UBS em regiões de grande demanda, incluindo atendimento noturno e aos fins de semana onde houver necessidade.
- Desenvolver programas estaduais de atividade física e prevenção de doenças crônicas, utilizando espaços públicos e equipamentos comunitários.

3. PCD'S

Segundo o Censo 2022 do IBGE, Santa Catarina possui 499 mil pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 6% da população nessa faixa etária. Embora o percentual catarinense esteja abaixo da média nacional de 7,3%, trata-se de quase meio milhão de pessoas que enfrentam diariamente barreiras de acessibilidade, educação, saúde, trabalho e participação social.

No mercado de trabalho, a situação também exige atenção. Apesar da Lei 8.213/91 estabelecer a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados, Santa Catarina ainda não preenche integralmente as vagas previstas pela legislação. Em 2026, cerca de 37 mil pessoas com deficiência trabalhavam em empresas sujeitas à Lei de Cotas, mas apenas 65,8% das vagas que deveriam ser destinadas a PCDs estavam efetivamente preenchidas. Isso mostra que a existência da lei, por si só, não garante a inclusão. É necessário fiscalizar seu cumprimento e garantir condições adequadas de acessibilidade e permanência no trabalho.

Nesse sentido propomos:

- Criar um Plano Estadual de Acessibilidade, com metas para adaptação de escolas, unidades de saúde, prédios públicos, espaços culturais, esportivos e demais equipamentos públicos.
- Ampliar a fiscalização do cumprimento da Lei 8.213/91 em Santa Catarina, garantindo o preenchimento integral das vagas destinadas às pessoas com deficiência.
- Criar uma política estadual de inclusão profissional das pessoas com deficiência, com qualificação gratuita, intermediação de mão de obra, acompanhamento das contratações e fiscalização das condições de trabalho.
- Ampliar a contratação de profissionais de apoio e profissionais especializados para a educação inclusiva, garantindo condições adequadas para o atendimento dos estudantes com deficiência.

- Garantir acessibilidade nos concursos públicos estaduais, com provas adaptadas, intérpretes de Libras e tecnologias assistivas quando necessárias.
- Garantir o fornecimento regular de órteses, próteses, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, medicamentos e demais tecnologias assistivas pelo SUS.
- Garantir a participação das pessoas com deficiência na elaboração e fiscalização das políticas públicas, fortalecendo o Conede e os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Garantir acessibilidade em equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, ampliando a participação das pessoas com deficiência nessas atividades.
- Criar políticas de apoio à autonomia das pessoas com deficiência, articulando saúde, educação, assistência social, trabalho, moradia, transporte e acessibilidade.
- Criar uma política estadual de prevenção e enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência, articulando saúde, assistência social, educação e segurança pública.

4. EDUCAÇÃO

Em 2025 o Governo de Santa Catarina transferiu diretamente para o setor privado mais de R$1 Bilhão, através do programa Universidade Gratuita (UG). Isso representou um crescimento de mais de 30% comparado ao valor destinado ao programa no ano anterior, quando o valor transferido chegava a 90% do orçamento da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Mas será que essa transferência de recursos à rede privada é a melhor forma de investir na educação?

De acordo com um relatório elaborado pelo Sindicato Docente da UDESC (APRUDESC), não. O relatório apresenta a relação de gasto por aluno com programas como o UG e os compara com os gastos por aluno das universidades estaduais. Na verdade, as universidades estaduais apresentam um custo menor por aluno do que as universidades particulares. Excluindo os gastos com folha de pagamento de servidores aposentados e gastos com obras chega à quase metade do custo de manutenção do UG.

Mas o que embasa a atual política do Governo de SC para o Ensino Superior? A lógica privatista. O interesse dos grandes grupos financeiros que impulsionam essa política em SC e no Brasil busca substituir gradualmente os investimentos públicos em educação pública, gratuita e de qualidade por investimentos no setor privado. Esse movimento sucateia as universidades públicas, abrindo ainda mais o mercado da

educação no Brasil para o setor privado. A consequência é clara: em Santa Catarina 3 a cada 4 estudantes são forçados a pagar pela educação superior.

O Ensino Superior não representa, entretanto, a maior fatia do orçamento da Educação Catarinense. O ensino básico, apesar de ter a maior parcela do orçamento destinado à educação, vive a situação mais precária. Não são poucas as reclamações: prédios antigos, necessitando reformas; planos de carreira defasados; ausência de recursos para as aulas; falta de climatização; falta de transporte escolar; entre muitas outras.

Quantas escolas estaduais em Santa Catarina ainda ocupam prédios do século passado? Quantas tem instalações elétricas que não comportam a instalação de sistemas de climatização? Quantas apresentam telhados com vazamentos, problemas de infiltração, banheiros interditados, etc? A situação material da educação catarinense hoje é preocupante. É urgente que o poder público atue na reforma das escolas estaduais.

O povo catarinense não pode aceitar um programa para a educação que perpetue a desvalorização dos profissionais da educação e que precarize a formação de nossa juventude!

Nesse sentido propomos:

- Suspensão do Programa Universidade Gratuita, com reversão dos recursos que seriam investidos em novas matrículas para criação de novas vagas na UDESC contemplando os estudantes que viriam a utilizar o programa; Fim dos “serviços de contrapartida” do Universidade Gratuita para matrículas anteriores ao fim do programa.
- Consulta popular sobre a federalização ou estadualização das Universidades Comunitárias.
- Chega de escolas precarizadas; participação popular na decisão a respeito da destinação de verbas das escolas; Elaboração de plano para garantir a todos os jovens de Santa Catarina o acesso a um ambiente de ensino digno.
- Descompactação da carreira docente de Santa Catarina: maiores aumentos por tempo de carreira e expansão dos benefícios pela formação continuada.
- Abertura de novos concursos públicos visando efetivar o quadro de servidores ACT’s da rede; Novas chamadas dos concursos visando reduzir a carga horária do professor catarinense para 36 horas semanais.

- Organização do Congresso Catarinense de Educadores para pautar a reformulação do Currículo do Território Catarinense.
- Expansão do CEDUP para articular a necessidade de trabalho da juventude catarinense com a formação tecnológica profissional integral.
- Democracia na Educação: revogação do Decreto Estadual nº 273 de 2023, assegurando eleições diretas para as direções escolares e posse dos eleitos, assim como implementação de eleições das Coordenadorias Regionais.
- Fim da intervenção da gestão escolar ou do Governo nas entidades estudantis: faremos cumprir a Lei do Grêmio Livre, que garante a autonomia das entidades estudantis.

5. MORADIA

De acordo com dados censitários do IBGE de 2022, mais de 100 mil pessoas residem em Favelas ou Comunidades Urbanas no Estado de Santa Catarina. Tais assentamentos surgem da incapacidade do mercado imobiliário de atender à demanda por moradia, fruto da lógica de especulação à qual os imóveis privados são submetidos. Somada à inação do setor público frente à esse fenômeno, milhares de Catarinenses se veem forçados a morar em assentamentos irregulares, frequentemente negligenciados pelo poder público.

Entre os 106.717 catarinenses residentes em Favelas ou Comunidades Urbanas, 37 mil relataram ao IBGE que as ruas onde moram não possibilitam acesso de ônibus, e 99 mil (92,5%) relatam que não possuem acesso à ponto de ônibus ou van para transporte coletivo. Além disso, 40 mil (37%) relatam que não há bueiros nas comunidades em que residem, ou seja, não há acesso ao sistema de drenagem pluvial público, submetendo essas regiões à riscos severos durante chuvas.

Mais: a população sem-teto do estado quadruplicou na última década, atingindo mais de 8 mil pessoas em 2023.

Por outro lado, enquanto 1 a cada 75 catarinenses residem em assentamentos irregulares, são mais de 300 mil domicílios permanentes vagos nos Estados de Santa Catarina. 200 mil casas, 97 mil apartamentos e 5 mil estruturas residenciais inacabadas ou degradadas. Esses não são domicílios “de veraneio”, ocupados periodicamente ou sendo utilizados por alguém – são domicílios completamente vagos, servindo ou para

gerar escassez artificial no mercado imobiliário, inflando os preços dos aluguéis, ou como investimentos a longo prazo, como forma de especulação.

O efeito da transformação da moradia em mercadoria é claro: Santa Catarina figura entre os estados com o custo de vida mais elevado no Brasil, com 3 cidades catarinenses figurando entre as 20 com aluguel mais caros do Brasil. Em alguns municípios, como Florianópolis e Joinville, o custo passa dos R$35,00 por M², levando até um apartamento pequeno ou kitnet a passar dos R$1400,00 por mês. O crescimento desenfreado do preço dos aluguéis pressiona cada vez mais os quase 2 milhões de catarinenses que não têm casa própria, vivendo acorrentados pelo aluguel, a se endividar através de cartões de crédito e empréstimos bancários para conseguir o mínimo para viver.

Nesse sentido propomos:

- Restabelecimento da Companhia de Habitação de Santa Catarina, com o objetivo de fornecer moradia acessível para toda a população do Estado. Expansão dos projetos de moradia popular financiados pelo governo do estado.
- Estabelecimento do Conselho Estadual da Reforma Urbana, com o objetivo de promover, em conjunto com universidades públicas, a requalificação de favelas e assentamentos urbanos para garantir a todos os seus moradores os direitos à moradia, ao acesso à cidade, à educação e à saúde, o acesso ao saneamento básico, à água tratada, à rede elétrica ao trabalho, à cultura e ao lazer para todos os catarinenses.
- Representação da população geral e de movimentos sociais no Conselho Estadual da Reforma Urbana e na Secretaria De Assistência Social, da Mulher e da Família.
- Fim da subutilização dos imóveis públicos: destinação de todos os imóveis públicos subutilizados ou desocupados do estado à iniciativas públicas ou sociais de moradia, saúde pública, educação ou combate às violências.
- Entrega de terras públicas para construção de moradia popular. Utilizar os terrenos de propriedade do poder público do Estado para a construção de habitações populares, acelerando o processo de resolução do déficit habitacional.
- Promoção de iniciativas de regularização fundiária de favelas, ocupações consolidadas e demais assentamentos.
- Promoção de iniciativas de combate à gentrificação, priorizando que imóveis de habitação popular sejam localizados em bairros centrais nas cidades.

- Estabelecimento de uma rede estadual pública de mercados populares, que comercialize alimentos de qualidade à preço de custo, com subsídios do Governo de Santa Catarina.
- Fazer valer o Estatuto das Cidades: desapropriar imóveis sem função social! A Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, prevê que prédios sem função social sejam desapropriados. Nos esforçaremos para cumprir a lei, mapeando no Estado do Ceará prédios sem função e, a partir daí, elaborar um banco de moradia, visando doar o prédio ou terreno desapropriado para moradia popular de forma gratuita. Garantir a implementação do IPTU progressivo sobre imóveis sem função social.
- Fim da repressão à ocupações de imóveis sem função social. Nosso governo atuará para fazer cumprir a constituição federal no que diz respeito à obrigação da propriedade de servir função social e, nesse sentido, ao invés de combater, apoiará e trabalhará em conjunto com movimentos sociais que promovem ocupações como forma legítima de protesto.

6. SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO RACISMO

Santa Catarina se apresenta nacionalmente como o estado mais seguro do Brasil. Essa segurança, porém, não é para todos.

No período entre 2024 e 2025, Santa Catarina registrou uma queda de mais de 10% na taxa de Mortes Violentas Intencionais. No mesmo período, entretanto, o número de feminicídios cresceu em 2%. Finalmente, enquanto a taxa geral de mortes violentas caiu, cresceu em 24% o número de mortes decorrentes de intervenção policial.

Para além das mortes violentas, nesse período foram registrados 1398 estupros, além de 3229 estupros de vulnerável (violência sexual contra pessoa que não pode se defender ou consentir), colocando Santa Catarina como 6º estado com mais estupros por 100 mil habitantes (17 estupros/100000 habitantes), e 11º com mais casos registrados de estupro de vulnerável (39 estupros de vulnerável/100000 habitantes). A vasta maioria das vítimas de estupro em Santa Catarina são mulheres menores de 15 anos.

Vale ressaltar que, nos casos de violência contra a mulher, os agressores são, em grande maioria, parceiros ou familiares das vítimas. Essa é uma forma de violência que persiste principalmente dentro dos lares catarinenses. Fora deles, nas ruas, a violência se

apresenta com outra face: 16% das mortes violentas em Santa Catarina ocorreram como consequência de ação da polícia. Um a cada quatro dos assassinados pela polícia em Santa Catarina em 2025 não tinham antecedentes criminais. Esse aumento corresponde diretamente ao fim das câmeras corporais da PM e a ausência de dados aprofundados. Não podemos continuar permitindo que nossos agentes de segurança pública figurem entre os principais causadores de insegurança na população catarinense!

Nesse sentido propomos:

- Organizar, sob a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, o Observatório Catarinense da Violência, com o objetivo de levantar e publicar dados sobre a segurança pública no estado de forma permanente, permitindo o escrutínio da população em geral.
- Retomar imediatamente a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais entre todos os policiais militares e civis de Santa Catarina.
- Garantia de investigação de todas as acusações de abusos praticados por profissionais da segurança pública, garantindo a punição adequada com todo o peso da lei em caso de comprovação.
- Construção de Delegacias da Mulher 24 horas em todos os municípios catarinenses, aliado à expansão da rede de casas de referência, casas de passagem e casas-abrigo para atendimento de mulheres em situação de violência.
- Ampliar a fiscalização e cooperação com os municípios para assegurar a atuação das Guardas Municipais como prevê a Lei 13022 de 2014, ou seja, como organizações de caráter civil, de defesa do patrimônio.
- Ampliar as ações de instrução dos agentes de segurança pública no desescalonamento de crises, assim como centralizar a formação das Guardas Municipais, como prevê a Lei 13022 de 2014, para que todas melhor cumpram seu dever de proteger a vida do povo catarinense.
- Assegurar ampla cooperação entre as forças de segurança estaduais e federais no sentido de combater o avanço do crime organizado através da inteligência e combate aos crimes financeiros necessários para garantir as operações em larga escala das facções.

- Redução da intervenção da Polícia Militar em ocorrências cotidianas (reclamações de som alto, festas, disputas domésticas, brigas, etc) através da formação de Conselhos de Convivência, disponibilizando recursos do estado para a capacitação de seus membros, que funcionarão como mediadores de conflitos entre moradores.

7. MULHERES

A violência contra a mulher em Santa Catarina é alarmante. O estado, frequentemente apresentado pelo governo do estado como um dos mais desenvolvidos e seguros do país, convive com uma realidade de violência cotidiana contra suas mulheres. Em 2025, foram registrados 52 feminicídios e 255 tentativas de feminicídio, além de mais de 31 mil medidas protetivas requeridas por mulheres ameaçadas, muitas delas por companheiros e ex-companheiros.

Os números de 2026 demonstram que essa realidade permanece. Entre janeiro e junho deste ano, já foram registrados 32 feminicídios e 19.795 medidas protetivas requeridas em Santa Catarina. Isso significa que, enquanto o governo fala sobre um estado seguro e desenvolvido, mulheres continuam sendo assassinadas, ameaçadas e agredidas dentro de suas próprias casas.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina também demonstra a dimensão dessa violência. Em 2025, mais de 600 mulheres por semana recorreram à Justiça catarinense em busca de proteção. Somente entre janeiro e julho daquele ano, foram concedidas 18.387 medidas protetivas e julgadas 23.416 ações relacionadas à violência doméstica. O próprio Judiciário reconhece que esses números representam apenas a violência que chega ao sistema de Justiça, enquanto milhares de outras mulheres permanecem sem proteção e sequer conseguem denunciar.

Isso mostra que a violência contra as mulheres é uma experiência de medo e insegurança que faz parte da vida de milhares de mulheres catarinenses. Precisamos construir um Estado no qual as mulheres possam viver seguras nas ruas e dentro de casa. O Governo tem responsabilidade direta sobre a vida de seu povo e deve garantir justiça social, acolhimento e condições para que as mulheres possam viver com dignidade.

A estrutura de proteção existente em Santa Catarina ainda não corresponde à dimensão desse problema. O estado conta com DPCAMIs e vem ampliando a implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, mas o atendimento

especializado ainda não alcança adequadamente todas as regiões. Além disso, a violência não acontece apenas durante o horário comercial. Uma mulher pode ser agredida durante a madrugada, em um domingo ou feriado, e precisa encontrar proteção imediatamente. Não podemos normalizar que uma mulher em situação de violência tenha que esperar o expediente de uma delegacia começar para conseguir denunciar seu agressor.

Mas não basta dizer às mulheres para denunciar seus agressores. Muitas mulheres permanecem em relações violentas porque dependem economicamente do agressor, não possuem moradia, precisam sustentar seus filhos ou não encontram uma rede pública capaz de ajudá-las a reconstruir suas vidas. Uma mulher não é verdadeiramente livre para abandonar uma relação violenta quando não possui renda, moradia, creche ou qualquer outra forma de sustento e acolhimento.

A realidade das mulheres trabalhadoras demonstra ainda que, mesmo trabalhando fora de casa, elas continuam responsáveis por grande parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, idosos e demais familiares. A falta de creches, escolas em período integral e serviços públicos de cuidado transfere para dentro das famílias uma responsabilidade que deveria ser compartilhada por toda a sociedade, recaindo principalmente sobre as mulheres. Assim, a trabalhadora enfrenta uma dupla jornada, a exploração no trabalho remunerado e o trabalho doméstico não remunerado.

Essa desigualdade também aparece no mercado de trabalho. As mulheres enfrentam maior desemprego, salários menores e maior inserção em atividades precarizadas e informais. Em Santa Catarina, a taxa de desemprego feminina chegou a 7,6% no quarto trimestre de 2024, contra 5,1% entre os homens, demonstrando que o crescimento econômico do estado não significa igualdade para as trabalhadoras.

Nesse sentido propomos:

- Ampliar e interiorizar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), garantindo atendimento especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todas as regiões do estado, além de fortalecer e estruturar as DPCAMIs existentes.
- Fortalecer a Patrulha Maria da Penha e o acompanhamento das medidas protetivas, garantindo resposta rápida diante do descumprimento das medidas e construindo uma política estadual de prevenção ao feminicídio articulada entre Segurança Pública, Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Saúde e Assistência Social.

- Ampliar a rede de Casas-Abrigo e acolhimento regionalizado, garantindo proteção gratuita e segura para mulheres vítimas de violência e seus filhos, além de auxílio financeiro emergencial para aquelas que precisam romper imediatamente com o agressor.
- Criar uma política estadual de moradia para mulheres em situação de violência, garantindo prioridade nos programas habitacionais para aquelas que precisam deixar suas casas para romper com o agressor.
- Criar um Programa Estadual de Autonomia Econômica para Mulheres em Situação de Violência, articulando emprego, qualificação profissional, renda, creches e serviços públicos de cuidado.
- Garantir creches públicas, gratuitas e em período integral e escolas em tempo integral, reduzindo a sobrecarga do trabalho doméstico e permitindo que as mulheres possam trabalhar, estudar e participar da vida política e social.
- Combater a desigualdade e a exploração das mulheres no trabalho, garantindo igualdade salarial, enfrentamento ao assédio sexual e moral, proteção às trabalhadoras informais e redução da jornada de trabalho sem redução salarial.
- Combater o trabalho análogo à escravidão e todas as formas extremas de exploração das mulheres trabalhadoras, fortalecendo a fiscalização das condições de trabalho, os mecanismos de denúncia e a responsabilização dos empregadores. O Estado deve garantir às trabalhadoras resgatadas acolhimento, moradia, assistência jurídica, saúde, renda e condições para reconstruírem suas vidas com autonomia, com atenção especial às trabalhadoras domésticas, negras, migrantes e com deficiência.
- Construir uma política permanente de combate ao machismo e à violência de gênero, envolvendo escolas, universidades, locais de trabalho e equipamentos públicos, com ações de prevenção e formação.
- Garantir atendimento integral à saúde das mulheres pelo SUS, incluindo saúde sexual e reprodutiva, atendimento psicológico e combate à violência obstétrica.
- Combater a exploração sexual de mulheres e crianças e garantir políticas específicas de proteção para mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, com deficiência, idosas e LGBTQIA+, considerando as diferentes formas de violência e opressão.

- Criar um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com metas para redução dos feminicídios, orçamento permanente e participação dos movimentos de mulheres na elaboração, fiscalização e avaliação das políticas.
- Garantir transparência e execução integral dos recursos destinados às políticas para as mulheres, com controle popular sobre o orçamento e divulgação dos recursos previstos, executados e não executados.
- Interiorizar as políticas públicas para as mulheres e fortalecer a participação popular, garantindo que movimentos de mulheres, organizações populares, sindicatos e trabalhadoras participem da construção e fiscalização das políticas estaduais.
- Incorporar a perspectiva de gênero ao planejamento das políticas estaduais, reconhecendo que saúde, educação, habitação, trabalho, transporte, assistência social e cultura também são fundamentais para a emancipação das mulheres.

8. LGBTTIA+

A população LGBTTIA+ de Santa Catarina enfrenta uma realidade de violência, discriminação e exclusão que permanece, em grande medida, invisibilizada. Apesar da imagem de um estado com elevados indicadores sociais, milhares de pessoas ainda são impedidas de viver plenamente sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, sofrendo com a violência, a discriminação no trabalho, a expulsão de suas famílias, a evasão escolar e as dificuldades de acesso à saúde, à moradia e aos demais direitos básicos.

Os próprios dados oficiais demonstram a dimensão desse problema de invisibilização. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisados pela Agência Diadorim, Santa Catarina registrou, em 2024, apenas um caso de racismo por LGBTfobia, 85 casos de lesão corporal dolosa e nenhum homicídio doloso. No entanto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) registrou três assassinatos de pessoas trans no estado no mesmo ano. A diferença entre os registros oficiais e os dados produzidos pela sociedade civil evidencia a existência de uma grave subnotificação da violência contra a população LGBTTIA+. A ausência de registros não significa ausência de violência. Muitas pessoas deixam de denunciar por medo, por falta de confiança nas instituições ou por já terem experimentado situações de discriminação quando procuraram o poder público.

Nesse sentido propomos:

- Criar uma Política Estadual de Enfrentamento a LGBTfobia, com orçamento próprio e atuação conjunta das áreas de segurança, saúde, educação, assistência social e trabalho.
- Criar um sistema estadual de registro da violência contra a população LGBTTIA+, garantindo que os casos de LGBTfobia sejam corretamente identificados nos registros policiais e permitindo enfrentar a atual subnotificação.
- Criar e fortalecer espaços públicos de acolhimento às vítimas de LGBTfobia, oferecendo assistência psicológica, social e jurídica e garantindo encaminhamento adequado das denúncias.
- Combater a discriminação LGBTTIA+ no trabalho, criando mecanismos de denúncia e fiscalização e responsabilizando empresas e instituições que discriminem trabalhadores por orientação sexual ou identidade de gênero.
- Impedir políticas de censura ao debate sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, garantindo uma educação pública científica, plural e baseada no respeito aos direitos humanos.
- Criar o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTTIA+, garantindo a participação dos movimentos e organizações LGBTTIA+ na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.
- Garantir o respeito ao nome social e à identidade de gênero em todos os serviços públicos estaduais, evitando constrangimentos e assegurando o direito de cada pessoa ser tratada de acordo com sua identidade.
- Criar programas de apoio à permanência de estudantes LGBTTIA+ em situação de vulnerabilidade, articulando assistência estudantil, alimentação, transporte, acompanhamento social e psicológico e prevenção da evasão escolar.
- Incentivar a produção de pesquisas e dados sobre a população LGBTTIA+ em Santa Catarina, garantindo que o Estado conheça a realidade dessa população e possa elaborar políticas públicas de acordo com suas necessidades.
- Garantir que todas as políticas estaduais de direitos humanos considerem a população LGBTTIA+, articulando as políticas de mulheres, juventude, população negra, pessoas com deficiência, população em situação de rua e demais setores da classe trabalhadora.

9. CULTURA

A cultura em Santa Catarina é conhecida por uma enorme diversidade. O estado é formado por diferentes povos, comunidades e tradições que construíram, ao longo de sua história, uma riqueza cultural presente nas cidades, no campo, nas comunidades indígenas e quilombolas, nas festas populares, na música, na dança, no teatro, na literatura, no audiovisual, no artesanato e nas diversas manifestações culturais produzidas pelo nosso povo. Porém, essa diversidade não significa que todos tenham o mesmo direito de produzir e acessar cultura.

A cultura ainda é para grande parte dos catarinenses um direito distante. O acesso a cinemas, teatros, museus, bibliotecas, centros culturais e atividades artísticas é profundamente desigual entre as diferentes regiões e classes sociais do Estado. Enquanto algumas cidades concentram equipamentos, eventos e investimentos, muitas comunidades do interior e das periferias permanecem sem espaços públicos adequados para produzir e consumir cultura. Não basta que Santa Catarina possua uma rica diversidade cultural se grande parte do nosso povo não possui condições de conhecê-la, preservá-la ou produzir sua própria cultura.

A cultura deve estar a serviço do povo. Por isso a Unidade Popular conclama os artistas, trabalhadores da cultura, estudantes, produtores, coletivos, comunidades tradicionais e toda a população catarinense a lutar pela democratização da cultura. Não aceitaremos que a cultura seja privilégio de poucos ou que trabalhadores sejam obrigados a viver da precarização para continuar produzindo. Defendemos uma cultura popular, democrática e acessível, construída pelo povo e colocada a serviço da transformação da sociedade.

Nesse sentido propomos:

- Ampliar progressivamente os recursos próprios do Estado destinados à cultura, garantindo financiamento público permanente para a produção e o acesso cultural.
- Descentralizar os recursos públicos da cultura, garantindo investimentos em todas as regiões de Santa Catarina, com prioridade para municípios do interior, periferias e regiões com menor oferta de equipamentos culturais.
- Criar uma política estadual permanente de valorização dos trabalhadores da cultura, garantindo formação, proteção social e condições dignas de trabalho.

- Democratizar o acesso aos editais culturais, simplificando inscrições, documentação e prestação de contas e oferecendo assistência técnica gratuita para artistas e coletivos populares.
- Ampliar e fortalecer os Pontos de Cultura, garantindo apoio permanente aos coletivos, grupos e espaços comunitários que desenvolvem atividades culturais nos bairros, periferias e municípios do interior.
- Ampliar a rede pública de equipamentos culturais, criando e fortalecendo bibliotecas, museus, teatros, centros culturais, cinemas e espaços públicos de produção artística fora dos grandes centros.
- Criar um programa estadual de circulação cultural, levando teatro, música, dança, cinema, literatura e outras manifestações culturais para os municípios do interior.
- Fortalecer as bibliotecas públicas, ampliando seus acervos, espaços de leitura, acesso à internet e atividades culturais.
- Criar uma política permanente de preservação do patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina, destinando recursos para restauração, conservação e valorização do patrimônio material e imaterial.
- Garantir apoio às culturas indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, assegurando a participação dessas comunidades na definição das políticas que envolvam sua cultura e seus territórios.
- Criar programas permanentes de incentivo à cultura popular, apoiando mestres e mestras, festas populares, grupos tradicionais, artesanato, música, dança e outras manifestações produzidas pelas comunidades.
- Criar um programa estadual de apoio às festas de rua e manifestações culturais comunitárias, garantindo recursos, infraestrutura e apoio para sua realização e impedindo que manifestações populares sejam tratadas apenas como problema de segurança pública.
- Garantir a ocupação cultural dos espaços públicos, utilizando praças, parques e ruas para apresentações gratuitas de música, teatro, dança, cinema, literatura e outras manifestações artísticas.
- Criar uma política estadual de apoio à cultura periférica, reconhecendo o funk, hip-hop, grafite, batalhas de rima, saraus, bailes, audiovisual, dança e demais manifestações produzidas nas periferias como parte legítima da cultura catarinense.

- Ampliar o acesso gratuito ou subsidiado a cinemas, teatros, museus, shows e demais atividades culturais, priorizando a população de baixa renda.
- Garantir a presença da cultura nas escolas públicas, ampliando o acesso dos estudantes ao teatro, cinema, música, literatura, dança e artes visuais.
- Fortalecer a produção audiovisual catarinense, garantindo financiamento para produção, distribuição e exibição de obras realizadas por artistas e trabalhadores do estado.
- Garantir acessibilidade nos equipamentos e eventos culturais públicos, assegurando o direito das pessoas com deficiência de produzir e acessar cultura.
- Criar programas públicos e gratuitos de formação artística, oferecendo oficinas e cursos de música, teatro, dança, cinema, literatura, artes visuais e cultura digital.
- Ampliar a participação popular na definição da política cultural, fortalecendo os conselhos e garantindo a participação dos trabalhadores da cultura e dos movimentos culturais.
- Garantir transparência na aplicação dos recursos públicos destinados à cultura, divulgando valores, projetos contemplados e distribuição territorial dos investimentos.
- Articular a política cultural com a defesa do direito ao tempo livre, combatendo jornadas e escalas de trabalho que impossibilitem o trabalhador de usufruir do lazer, da cultura e da convivência comunitária.
- Criar políticas de incentivo à literatura catarinense, fortalecendo escritores, editoras independentes, bibliotecas, feiras literárias e iniciativas de leitura.
- Garantir apoio à produção cultural de mulheres, população negra, indígena, quilombola e LGBTTIA+, combatendo a exclusão histórica desses grupos dos espaços de produção e financiamento cultural.
- Criar mecanismos de apoio aos espaços culturais independentes, garantindo condições para a manutenção de teatros, cinemas, centros culturais, ateliês e demais espaços de produção cultural.

PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Governador: Marcus Sodré (PSTU)
Vice-governadora: Tatiane Pasdiora (PSTU)

1. APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

O PSTU apresenta em Santa Catarina chapa própria encabeçada pelo professor Marcus Sodré, candidato ao Governo do Estado, e pela Tatiane Pasdiora, como candidata a Vice-Governadora. Uma chapa com base em um programa, sem coligações e bem distante do vale-tudo eleitoral. Apresentamos ainda Joaninha de Oliveira e Marcos Dorval para o Senado, Nadir Fernandes e Cristiano Florêncio para Deputado Estadual.

Marcus Alexandre Sodré é graduado em História e professor em escola pública há mais de 25 anos, ativista sindical e político, sempre atuante nas lutas pela categoria dos professores e pela classe trabalhadora em geral, participando das greves e manifestações contra todos os ataques aos direitos da classe, sejam trabalhistas, ambientais, sociais ou das minorias. É casado e pai de um filho e sente na pele as dificuldades que o capitalismo impõe às famílias trabalhadoras.

Tatiane Pasdiora é professora graduada em Sociologia, casada e mãe de uma filha. Atua nas lutas em valorização dos professores e dos trabalhadores em geral. Constrói o Movimento Mulheres em Luta – MML, que luta pelos direitos das mulheres. Uma candidatura presente nas lutas dos trabalhadores, das mulheres, dos oprimidos e em defesa da educação.

As candidaturas do PSTU em Santa Catarina se completam com a candidatura a presidência da república de Hertz Dias e a vice presidente de Vanessa Portugal também pelo PSTU.

2. SANTA CATARINA: UM ESTADO RICO, COM UM POVO POBRE

Santa Catarina é um estado rico. Somos a 6ª maior economia do país, apesar de sermos apenas o 10º estado em número de população e de estarmos apenas em 20º lugar em termos de área. Nosso PIB per capita é o 5º maior entre os estados brasileiros. Somos o 6º estado do país em participação da indústria no PIB. A arrecadação de impostos do

estado tem batido recordes em cima de recordes. Sendo assim, existem condições para garantir vida digna para o conjunto da população, mas não é isso que acontece.

Quase dois terços dos catarinenses sofre com uma ou mais carências básicas: sem acesso a educação básica, falta de moradia adequada, sem acesso ao saneamento básico, sem proteção social ou acesso à internet. Os dados do saneamento básico e, em especial, da coleta e do tratamento de esgotos são alarmantes.

Os acidentes de trabalho em Santa Catarina subiram 19,4% em 2025 em comparação ao ano anterior, os óbitos no trabalho também cresceram 11%, passando para 360 mortes no mesmo período, sendo o quinto Estado com o maior número de acidentes de trabalho do país, apesar da população ser apenas a décima.

Santa Catarina apresenta um cenário alarmante de violência de gênero, liderando o ranking nacional de registros policiais de ameaça contra mulheres, e acumula 52 feminicídios em 2025. Se você é negro a chance de ser assassinado é duas vezes maior do que se você for branco em Santa Catarina.

Para reverter esse quadro de decadência são necessárias medidas urgentes e radicais. Em 2026, Santa Catarina deixará de arrecadar R$ 31,09 bilhões em razão de isenções fiscais adotadas pelo governo Jorginho Melo (PL), o montante equivale a 40% da arrecadação do Estado.

3. O GOVERNO DE JORGINHO MELLO (PL)

O Governo Jorginho Mello já mostrou para que veio: garantir o lucro dos grupos empresariais em Santa Catarina. Na educação, desde o início de seu governo, impôs um duro ataque aos servidores públicos: implantação do novo ensino médio; privatização do ensino; falta de concurso público; contrato precarizado dos professores ACTs; precarização dos serviços de limpeza e merenda escolar; perseguição ideológica de professores; assédio moral e violência escolar se agravando; dificuldades nas perícias médicas, aumento de professores com problemas de saúde mental; confisco de 14% no salário dos aposentados, entre outros.

O Programa Universidade Gratuita aparenta democratização do ensino superior, mas transfere o dinheiro da educação pública para os empresários, deixando de investir na ampliação da UDESC. Defendemos que o Sistema ACAFE seja estadualizado e incorporado à UDESC.

4. AS PROPOSTAS DO PSTU PARA SANTA CATARINA E O BRASIL

As propostas partem do entendimento de que as trabalhadoras e os trabalhadores podem e precisam governar. O primeiro passo de um legítimo governo socialista dos trabalhadores é mudar radicalmente a política econômica, suspendendo o pagamento das dívidas públicas, acabando com as desonerações fiscais e financiamentos subsidiados aos grandes empresários, estatizando sob controle dos trabalhadores o sistema financeiro e as grandes empresas.

4.1 É PRECISO INVERTER AS PRIORIDADES

- O fim das isenções fiscais aos grandes empresários e do pagamento da dívida pública aos banqueiros. Defendemos a cobrança das dívidas dos grandes devedores de tributos e o perdão das dívidas junto aos bancos dos pequenos devedores. Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fim dos financiamentos subsidiados aos grandes empresários e pelo fim dos cargos comissionados.
- Por um plano de obras públicas, controlado e fiscalizado pela classe trabalhadora em conselhos populares, para suprir as enormes deficiências de infraestrutura para a maior parte da população: hospitais, postos de saúde, escolas e creches, casas populares, obras de saneamento, investimentos preventivos e para socorro contra as enchentes, vendavais e secas.
- Revogação dos ataques à classe trabalhadora com as reformas neoliberais realizadas nas últimas décadas, de Collor a Bolsonaro: revogação das reformas da previdência de FHC, Lula e Dilma, do governo Temer, revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, das restrições ao seguro desemprego, ao abono do PIS, da Emenda Constitucional que congelou gastos com saúde, educação e demais áreas sociais por 20 anos, da reforma do ensino médio e da base nacional comum curricular.
- Não à reforma da previdência! Defendemos uma previdência pública solidária e por repartição que garanta integralidade das aposentadorias, paridade e dignidade. Defendemos a cobrança dos grandes sonegadores da previdência social.
- Demitiu, parou! Fechou a fábrica ou a empresa, ocupou! Seguro-desemprego de dois anos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários e estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem em massa. Reajuste mensal de salários de acordo com a inflação do mês anterior.

- Seguro-desemprego de dois anos no mínimo e redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários (fim da escala 6 por 1).
- Aumento geral de salários rumo ao salário mínimo proposto pelo DIEESE para 2026, de R$ 8.110,92.
- Contra a precarização e pejotização do trabalho!
- Revogação das privatizações e terceirizações dos serviços públicos e das empresas públicas. Defendemos CELESC, CASAN, SC GÁS, CIASC, EPAGRI e CIDASC 100% públicas e sob controle dos trabalhadores. Somos contrários à privatização da Embraer, Avibras, Vale, Petrobrás, Eletrobrás, Correios e demais estatais.

Combate à Fome: só em 2025 mais de 803 mil catarinenses viviam algum grau de insegurança alimentar, sendo cerca de 209 mil pessoas em situação de fome. Para combater a fome, defendemos: medidas concretas para pleno emprego e renda digna; construção de restaurantes populares; investimentos para fomentar a agricultura familiar; congelamento dos preços dos alimentos, fim dos impostos sobre produtos básicos de alimentação, como o leite.

4.2 EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGRAS E NEGROS, INDÍGENAS, LGBTs E IMIGRANTES

4.2.1 Mulheres:

- Salário igual para trabalho igual;
- Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico;
- Fim da violência contra a mulher: política para combater os feminicídios e a violência sexual, punição exemplar aos agressores e direito à autodefesa;
- Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, construção de Casas Abrigo e Centros de Referência;
- Construção de NEIs (creches) com horário integral;
- Medidas concretas para combater a dupla ou tripla jornada das mulheres, como lavanderias, restaurantes públicos e centros de convivência de idosos;
- Em defesa do direito a decidir, legalização e descriminalização do aborto;
- Licença-maternidade de seis meses e licença paternidade de 45 dias;
- Unidade entre homens e mulheres trabalhadoras contra o machismo e a exploração.

4.2.2 Negras e Negros:

- Combater o genocídio da juventude negra e o feminicídio das mulheres negras;
- Reparações já!
- Desmilitarização da Polícia Militar;
- Formação de conselhos populares de segurança pública;
- Legalização e descriminalização das drogas sob monopólio e controle estatais;
- Salário igual para trabalho igual;
- Direito à autodefesa de negros, indígenas, mulheres e trabalhadores;
- Fim do racismo religioso;
- Titulação das terras de remanescentes de quilombolas;
- Aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/08 (História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena);
- Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros e negras (anemia falciforme, diabetes, miomas, hipertensão);
- Política estatal e humanizada de saúde mental.

4.2.3 Imigrantes:

- Direito à dupla cidadania para haitianos, venezuelanos e todos os imigrantes; punição rigorosa para crimes de xenofobia e racismo;
- Defesa do trabalho, da moradia e da vida digna para todo trabalhador imigrante;
- Pleno direito à sindicalização.

4.2.4 Indígenas:

- Demarcação e homologação dos territórios indígenas;
- Autonomia política das comunidades indígenas;
- Reparações já!
- Interrupção imediata dos projetos hidrelétricos que impactam comunidades indígenas;
- Fim do latifúndio e do agronegócio, em defesa da vida e das culturas indígenas;
- Garantia de ensino diferenciado e políticas de permanência nas universidades;
- Condições efetivas para a produção familiar nos territórios indígenas;
- Segurança das mulheres indígenas nas aldeias e na cidade;
- Saúde diferenciada e de qualidade para a mulher indígena;
- Defesa do Aquífero Guarani: água não é mercadoria;

- Não ao marco temporal.

4.2.5 LGBT:

- Criminalização da LGBTfobia;
- Campanhas que combatam o preconceito e a discriminação;
- Atendimento médico e psicológico às vítimas de violência, casas abrigo, investigação e punição aos agressores;
- Fim da exclusão e discriminação no mercado de trabalho;
- Abaixo à repressão policial LGBTfóbica;
- Respeito à identidade de gênero na saúde, ensino, presídios e demais espaços sociais;
- Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia;
- Acesso amplo à saúde para transexuais, incluindo cirurgia de redesignação sexual e tratamentos hormonais pelo SUS;
- Educação pública que respeite a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual;
- Estado laico de fato;
- Direito à União Civil.

4.3 GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE

Defendemos:

- Dobrar o orçamento estadual da Saúde para oferecer atendimento de qualidade e acabar com as filas, inclusive de médicos especialistas.
- Dobrar o orçamento estadual da Educação para garantir vagas para todas as crianças, com qualidade, nas creches e escolas públicas.
- Lutar pelo investimento nacional de 10% do PIB na área da saúde e mais 10% do PIB na área da educação. Investimento público somente para a área pública e estatal.
- Lutar pela garantia de uma saúde 100% SUS, gratuita e de qualidade. Retomar para o SUS o controle do Hospital Florianópolis e demais unidades entregues a entidades privadas.
- Ampliação das unidades de atenção e hospitais gerais e pediátricos públicos e dos leitos de UTI.
- Estatização das grandes redes de educação e da saúde privada. Saúde e educação são

direitos, não mercadorias.

- Não às privatizações e implantação de OSs (Organizações Sociais), fundações privadas e terceirizações na saúde e na educação.
- Valorização dos trabalhadores da Saúde e da Educação, com abertura de concursos públicos.
- Revogação do atual plano estadual de Educação e construção de um plano com investimento público somente para a educação pública.
- Cumprimento da lei 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), com professores especializados e materiais didáticos; educação de gênero, inclusiva e diversa.
- Democracia nas escolas, com eleição direta de diretores (diretor eleito deve ser diretor empossado, sem filtros), combatendo o "Escola sem Partido".
- Não ao projeto "Escola sem Partido".
- Fim das escolas cívico-militares.
- Garantia de alimentação nas escolas.
- Combate à insegurança alimentar, com alimentação de qualidade nas escolas.
- Paridade do custo-aluno na Educação Básica; ampliação e melhorias dos CEDUPs.
- Por uma UDESC 100% pública, gratuita e de qualidade, com gestão tripartite entre estudantes, trabalhadores e professores; manutenção e ampliação das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas trans.
- Estatização e federalização das instituições privadas do sistema ACAFE.
- Não à implantação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular.
- Por uma educação e desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. Abaixo o negacionismo.

4.4 MORADIA

O déficit habitacional em Santa Catarina é de mais de 260 mil moradias.

Defendemos:

- Regularização das ocupações e oferecimento de alternativas de moradia digna para quem vive em áreas de risco. Não à repressão das ocupações.
- Planos Diretores municipais construídos democraticamente, com recuperação de áreas

degradadas e preservação de áreas verdes.

- Dar função de moradias populares a prédios, casarões e edificações inutilizadas por mais de 2 anos, destinados ao aluguel social por preço nunca superior a 1/3 da renda. Não à venda de imóveis públicos.
- Criar uma empresa estatal de obras para construção de moradias populares e infraestrutura a baixo custo.
- Contra a construção de moradias populares em locais remotos e sem infraestrutura, como o "Minha Casa Minha Vida". Garantir transporte, asfaltamento, saneamento e demais serviços nos bairros já existentes.

4.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Defendemos:

- Ampliação dos recursos orçamentários para a área;
- Reestruturação dos CRAS e CREAS como espaços que fortaleçam as lutas coletivas;
- Criação de espaços de controle social para decisões coletivas sobre a política;
- Qualificação na implantação do SUAS;
- Fim da terceirização, com contratação por concurso público;
- Valorização do profissional de assistência social, com salário digno e plano de carreira;
- Criação de casas-abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;
- Investimentos em equipes interdisciplinares para acompanhamento de crianças vítimas de exploração sexual;
- Políticas geradoras de trabalho com empregos formais e políticas sociais universais;
- Instituir cesta básica mensal para famílias necessitadas, e restaurantes populares em bairros vulneráveis.

4.6 EM DEFESA DAS REFORMAS URBANA E AGRÁRIA. EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- Reforma urbana ampla e radical, destinando terrenos e imóveis de especuladores para famílias sem teto.
- Reforma de ruas, praças, parques; iluminação, wi-fi gratuita, infraestrutura de áudio e vídeo, atividades culturais e esportivas permanentes.

- Reforma agrária, já! Defesa do emprego, salários e direitos para operários agrícolas; crédito barato para pequenos produtores.
- Fim do desmatamento; defesa da fauna, flora e rios.
- Revolução agrária, já! Estatização sob controle dos trabalhadores do agronegócio voltado ao mercado internacional.
- Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas que cometem crimes ambientais.
- Plano de saneamento ambiental estadual, debatido em conselhos populares, para universalização do acesso.
- Não à privatização da CASAN e da água; por uma CASAN 100% estatal e controlada democraticamente pelos trabalhadores; não à privatização da coleta de lixo.

4.7 TRANSPORTE COLETIVO, INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

4.7.1 Transporte Coletivo:

- Tarifa única valendo o dia todo, redução da tarifa rumo à tarifa zero, mais linhas e horários, integração intermunicipal;
- Estatização do transporte coletivo sem indenização e sob controle de trabalhadores e usuários;
- Estabilidade no emprego e valorização dos trabalhadores do transporte, admissão de cobradores;
- Investimento em alternativas de transporte público (marítimo, sobre trilhos) e ciclovias seguras, todos 100% públicos e gratuitos.

4.7.2 Infraestrutura:

- Construção de nova rodovia ligando o norte do estado ao Contorno Viário de Florianópolis;
- Verbas para duplicações necessárias das rodovias estaduais; fim dos pedágios e reversão das privatizações;
- Investimentos em ferrovias e transporte marítimo; aplicação anual de 2% do PIB nos transportes, respeitando terras indígenas e quilombolas;
- Projeto de ferrovias para transporte de cargas e passageiros por todo o estado.

4.7.3 Acessibilidade às Pessoas com Deficiência:

- Verbas e projetos de acessibilidade em espaços, mobiliários, transportes e comunicação;
- Cotas em concursos públicos para pessoas com deficiência; investimento em Educação e Saúde 100% públicas.

4.8 PREVENÇÃO DAS ENCHENTES E DE OUTRAS TRAGÉDIAS NATURAIS E SOCIAIS

Defendemos:

- Verbas para plano de obras de infraestrutura e saneamento ambiental, moradia popular, drenagem e desassoreamento de rios, sistemas de alerta e mais investimentos em defesa civil;
- Estabilidade no emprego, isenção de impostos e taxas por pelo menos 2 anos, e reconstrução de casas subsidiada pelo poder público para atingidos;
- Formação de comitês por bairro e populares para coordenar a ajuda aos atingidos;
- Imóveis de especuladores com 5 ou mais propriedades destinados emergencialmente ao abrigo de famílias desabrigadas.

4.9 CULTURA, ESPORTE, LAZER E ARTE LIVRES

Defendemos:

- Suspensão do pagamento da dívida pública e auditoria para aumentar o orçamento da Cultura, com concursos públicos para o setor;
- Plano de Obras Públicas para museus, cinemas, teatros, bibliotecas, arquivos e centros culturais nos bairros populares;
- Reparações aos negros e indígenas, restituição de bens históricos, artísticos e culturais;
- Acessibilidade em todos os espaços educacionais e culturais;
- Plano de obras públicas para ginásios poliesportivos e áreas verdes em bairros populares;
- Escolas públicas com anfiteatros e quadras poliesportivas, educação artística obrigatória no currículo;
- Defesa de toda a liberdade em arte e cultura; fim da criminalização de manifestações

culturais populares (hip-hop, slams, maracatu);

- Defesa das formas independentes de organização dos artistas;
- Defesa dos grupos amadores e independentes;
- Preservação do patrimônio histórico com verbas públicas;
- Fim dos monopólios privados de produção cultural; estatização de grandes centros culturais, museus e galerias, sem indenização, geridos pelos trabalhadores; fim da lei Rouanet;
- Incentivo, com verbas, a produções que tratem da herança indígena, negra e de outros grupos étnico-raciais oprimidos.

4.10 TURISMO

- Garantir acesso dos trabalhadores à própria cidade com transporte de qualidade e emprego;
- Contra o modelo de turismo baseado em grandes empreendimentos que degradam o meio ambiente; combate ao turismo sexual;
- Abertura de concurso público na área;
- Imposto sobre leitos ocupados da rede hoteleira para financiar moradias populares;
- Estatização sob controle dos trabalhadores, sem indenização, de empreendimentos que cometerem crimes ambientais ou incentivarem o turismo sexual;
- Incentivo ao turismo que respeite o meio ambiente e garanta boas condições de trabalho; incentivo a colônias de férias de sindicatos;
- Incentivo público a festas locais e populares; contra a privatização da cultura popular.

4.11 SEGURANÇA PÚBLICA

Defendemos a legalização das drogas e seu controle estatal para acabar com o narcotráfico, com campanhas de saúde pública e centros de recuperação públicos e gratuitos.

Desmilitarização da Polícia Militar: defendemos a unificação das polícias estaduais numa única polícia civil, com direito à organização sindical e eleições para chefes de polícia, fim de regimentos disciplinares anteriores à Constituição de 1988.

Defendemos:

- Plano de segurança pública inseparável de investimentos sociais, emprego e renda;
- Desmilitarização da polícia militar e criação de polícia civil unificada com controle democrático dos trabalhadores e do povo pobre, e direito de organização sindical;
- Fim de toda política racista de genocídio da juventude negra e de higienização social;
- Fim da repressão aos movimentos sociais e às lutas da classe trabalhadora;
- Legalização das drogas e controle estatal para acabar com o narcotráfico; centros de recuperação públicos, humanizados e gratuitos;
- Valorização dos servidores da segurança pública, com melhores salários e redução da jornada;
- Fim do machismo nos concursos da PM-SC: vagas de ampla concorrência entre homens e mulheres;
- Cotas étnico-raciais nos concursos para a PM-SC.

4.12 CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA POBREZA

- Fim da repressão às batalhas de hip-hop e Slams de poesia;
- Revogação da Lei Antiterrorismo e das medidas de garantia da lei e da ordem;
- Apuração e punição rigorosa dos assassinos e mandantes do assassinato de Marielle Franco;
- Punição a todos os torturadores da ditadura militar e aos que usam essa prática em delegacias e presídios;
- Fim dos serviços de segurança como a ABIN e o P2 na PM, utilizados contra quem luta contra injustiças.

4.13 PELO FIM DA CORRUPÇÃO

- Prisão de todos os corruptos e corruptores e confisco de seus bens;
- Fim dos privilégios dos políticos, com mandatos revogáveis e salário igual ao de um professor ou operário especializado;
- Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas envolvidas em corrupção;

- Fim do sigilo fiscal, telefônico e bancário de políticos e empresários envolvidos em corrupção.

4.14 CONTRA O MONOPÓLIO DA MÍDIA

Defendemos:

- Chega de dinheiro para os grandes oligopólios da mídia;
- Auditoria e quebra do sigilo dos contratos de concessões públicas para grandes emissoras de TV e rádio;
- Incentivo às rádios comunitárias e à produção de áudio e vídeo nos bairros populares;
- Cotas étnico-raciais em todas as produções audiovisuais;
- Universalização do acesso à internet rápida e gratuita;
- Acesso à concessão de rádio e TV para sindicatos, associações de bairros e movimentos sociais.

4.15 ESTATIZAÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PAÍS. ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES. FIM DAS REMESSAS DE LUCROS AO EXTERIOR

- Estatização das 100 maiores empresas, sob controle dos trabalhadores, para produzir de acordo com as necessidades da população;
- Proibição das remessas de lucros e estatização das grandes multinacionais e do agronegócio, incluindo os bancos, sob controle dos trabalhadores;
- Estatização do sistema financeiro, centralizado num banco que garanta financiamento ao pequeno empresário e produtor, e o desenvolvimento público, científico e tecnológico;
- Impostos sobre grandes fortunas e modelo tributário progressivo, priorizando a tributação da renda e do patrimônio.

4.16 POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES FORMADO POR CONSELHOS POPULARES!

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre. Defendemos um governo dos trabalhadores, sem os ricos e poderosos, formado por conselhos populares,

que deliberem e fiscalizem 100% do orçamento público, eleitos nas periferias, nos locais de trabalho e de estudo.

O PSTU não aceita dinheiro de empresas e é financiado pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

PROGRAMA DE LUTA: ELEIÇÕES 2026

Partido da Causa Operária
Governador: Bruno Andrade Dia (PCO)
Vice-governador: Jair Fernandes (PCO)

Por salário, trabalho e terra:
Revolução, governo operário e comunismo.

1. O PCO NÃO PARTICIPA DAS ELEIÇÕES PARA FAZER PROMESSAS

Para o Partido da Causa Operária, as eleições são uma tribuna (e apenas mais uma) de propaganda das reivindicações fundamentais da população explorada, principalmente o socialismo e o governo operário, e para defender a organização dos trabalhadores, pois as conquistas do povo trabalhador não virão pelo voto, pelo discurso demagógico dos políticos da burguesia, mas pela luta do povo trabalhador e de suas organizações.

Para o PCO, as eleições são um terreno secundário da luta da classe operária e dos explorados, que só podem conquistar seus objetivos fundamentais por meio da sua organização e mobilização revolucionárias.

Para nós, a participação da classe operária e do partido operário nas eleições é obrigatória como parte do desenvolvimento político das massas, que somente podem superar o atual regime político, que é uma ditadura dos bancos e do grande capital da cidade e do campo (latifundiários) contra a imensa maioria do povo, por meio da experiência prática.

Apresentamos nas eleições o mesmo programa de luta que defendemos nas lutas gerais dos explorados, um programa próprio da classe trabalhadora, visando sua emancipação da escravidão do capitalismo, por meio da revolução e da conquista de um governo próprio dos trabalhadores, um governo das organizações operárias, camponesas e de todos os setores explorados.

O abstencionismo eleitoral é uma política sectária.

A abstenção no atual processo eleitoral, por mais fraudulento que seja, equivaleria a abandonar a luta para arrancar os trabalhadores e a juventude da influência nefasta da política burguesa e de colaboração de classes; significa não lutar para superar ilusões no mecanismo parlamentar e na crença absurda de que é possível transformar minimamente a vida do povo trabalhador por meio de eleições fraudulentas e controladas pelas alas mais reacionárias do grande capital.

Nosso Partido comparece às eleições tendo como lema central a defesa da Revolução, do Governo Operário e do Comunismo.

2. PONTOS CENTRAIS DO NOSSO PROGRAMA DE LUTA

2.1 Parar o roubo dos salários

A inflação, a cassação dos direitos trabalhistas e os juros exorbitantes vêm corroendo ininterruptamente o salário do trabalhador brasileiro, por isso é necessário um reajuste imediato dos salários e uma política de proteção dos vencimentos dos trabalhadores diante da inflação.

- Reposição integral de 100% das perdas salariais; aumento emergencial de 50% de todos os salários;
- Escala móvel dos salários, diante da escalada da inflação: aumento automático toda vez que o custo de vida do trabalhador subir 3%;
- Salário mínimo vital suficiente para atender às necessidades do trabalhador e de sua família (que hoje não poderia ser menor que R$7.500), deliberado pelas organizações operárias;
- Auxílio emergencial de verdade, Bolsa Família de pelo menos um salário mínimo, enquanto durar a situação de caos atual;
- Anulação de todas as dívidas dos trabalhadores com o sistema financeiro.

2.2 Reduzir a jornada e acabar com o desemprego

A burguesia tem criado mecanismos para que, diante do medo do desemprego, os trabalhadores aceitem a redução de qualquer garantia trabalhista que ainda lhes resta. Para acabar com o desemprego e gerar milhões de novos postos de trabalho, é preciso conquistar a redução da carga horária sem prejuízo dos salários.

- Redução da jornada de trabalho para o máximo de 7 horas por dia, 5 dias por semana (35 horas semanais): trabalhar menos para que todos trabalhem;
- Proibição das demissões; ocupação e controle dos trabalhadores sobre as empresas que demitam ou ameacem fechar;
- Salário-desemprego igual ao último salário recebido para todos os trabalhadores demitidos;

- Proibição de despejos e cortes de serviços essenciais (como água, luz, gás etc.) para todos os desempregados;
- Passe livre nos transportes para desempregados e trabalhadores da economia informal.

2.3 Revogar todas as "reformas" do golpe de 2016

Não bastam palavras. É preciso uma ampla mobilização que ponha fim à criminosa reforma trabalhista levada a cabo pelos golpistas e imponha o imediato restabelecimento de toda a CLT e o fim da terceirização, com direitos iguais para todos os trabalhadores.

- Cancelamento da "reforma" trabalhista, retorno e ampliação de toda a legislação de proteção dos trabalhadores;
- Em defesa das aposentadorias e pensões confiscadas com a reforma da Previdência;
- Revogar todas as "reformas" contra os trabalhadores da ativa e aposentados, em todos os níveis (federal, estadual e municipal);
- Aposentadoria, no máximo, aos 25 anos de trabalho para as mulheres e 30 anos para os homens;
- Cobrança das dívidas das grandes empresas com a Previdência, se necessário, com a tomada do controle dessas empresas pelo Estado;
- Imposto sobre as grandes fortunas para garantir os recursos necessários para as aposentadorias e pensões;
- Reajuste das aposentadorias e pensões, com reposição de 100% das perdas;
- Fim dos privilégios de oficiais militares, juízes e familiares;
- Gestão dos trabalhadores sobre os fundos previdenciários.

2.4 Cancelar as privatizações e a destruição da economia nacional

Todo o País sofre horrores por conta da entrega das empresas estatais ou do seu sucateamento, iniciada na famigerada era FHC. É preciso cancelar a venda do patrimônio do povo brasileiro e reestatizar todas as empresas entregues ao capital estrangeiro por verdadeiros lesa-pátria. E colocar toda a riqueza natural do Brasil e tudo o que foi construído com o suor dos trabalhadores a serviço do próprio povo.

- Unificar os trabalhadores das estatais para barrar com greves e ocupações as privatizações dos Correios, Petrobrás, CEF etc;

- Cancelamento de todas as privatizações realizadas (Eletrobrás, Vale, bancos, telefonia etc.);
- Nacionalização do petróleo, Petrobrás 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores, com eleição de todos os seus postos de direção pelos trabalhadores;
- Nacionalização e estatização, sem indenização, de todas as reservas minerais, refinarias etc. entregues aos tubarões internacionais;
- Colocar a riqueza do petróleo a serviço das necessidades do povo brasileiro, destinando-a à saúde e educação públicas, construção de moradias populares, obras de infraestrutura etc;
- Redução imediata do preço dos combustíveis em 50%. Fim da política de paridade com o dólar;
- Não à entrega das terras raras: criação de empresa estatal que controle sua exploração, comandada pelos trabalhadores, para garantir o uso dessas riquezas em favor do povo.

2.5 Fim da destruição dos serviços públicos e dos ataques ao funcionalismo

O ataque aos serviços públicos é parte fundamental da destruição da vida de todo o povo. É preciso lutar contra essa política de toda a direita e defender os direitos do funcionalismo, lutar contra a terceirização e o corte nos gastos públicos.

- Não ao fim da estabilidade dos servidores públicos;
- Mais verbas para a saúde e educação e demais serviços essenciais;
- Fim do teto de gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Abaixo o congelamento de gastos públicos decretado no governo Temer;
- Contra as terceirizações; estabilidade imediata para todos os servidores contratados precariamente, com isonomia de direitos e salários;
- Pela realização de concursos públicos periódicos para repor o quadro de servidores.

2.6 Reforma agrária com expropriação do latifúndio e demarcação das terras dos índios

O latifúndio mata de fome e de bala milhares de brasileiros. É urgente a luta pelo fim dos latifúndios e o direito à terra para todos que nela trabalham; o fim da perseguição e a garantia das terras e condições dignas de vida para os índios.

- Assentamento imediato dos milhões de sem-terra acampados em todo o País;
- Demarcação e posse da terra para todos os índios das retomadas; expulsão dos latifundiários que invadiram as terras dos índios;
- Ocupar o latifúndio para garantir terra para quem nela more e trabalhe, e a produção de alimentos para toda a classe trabalhadora;
- Punição dos latifundiários e outros responsáveis pelo assassinato dos trabalhadores e lideranças da luta pela terra;
- Direito de autodefesa e armamento para os trabalhadores do campo e índios.

2.7 Fim da especulação, moradia para todos

É preciso acabar com a especulação imobiliária, com os gigantescos lucros de um reduzido grupo de grandes proprietários, enquanto milhões não têm sequer onde morar.

- Expropriação dos imóveis vagos dos especuladores do mercado imobiliário;
- Proibição de despejos e desocupações;
- Elaboração de um plano nacional de construção de milhões de moradias populares, para garantir habitação digna para a população e gerar milhões de empregos, sob o controle dos trabalhadores.

2.8 Barrar a destruição da educação e conquistar ensino público, gratuito e de qualidade

A educação deve ser garantida para todo o povo. Para isso, é preciso lutar pelo fim da política de destruição do ensino público levada adiante pelos tubarões do ensino privado e seus lacaios nos governos.

- Abaixo a ditadura nas escolas e a perseguição aos professores e estudantes; eleição direta de todos os postos de gestão;
- Mais verbas para a educação; verbas públicas somente para o ensino público;
- Revogação de todas as “reformas” do regime golpista contra a educação e o ensino público;
- Fim dos vestibulares. Livre ingresso nas universidades;
- Piso salarial nacional dos professores de, pelo menos, R$8,5 mil;
- Escolas e Universidades sob o controle da comunidade escolar: eleição dos diretores e

de todos os postos de direção nas escolas; governo tripartite (estudantes, professores e funcionários) nas Universidades;

- Jornada de trabalho dos professores de no máximo 30 horas semanais;
- Estatização do ensino pago;
- Abaixo a censura; fim da proibição do uso de celulares nas escolas.

2.9 Fim do lucro com a doença: saúde pública e gratuita, sob o controle dos trabalhadores

A destruição sistemática do SUS e o avanço da privatização da saúde aumentam o sofrimento e as mortes, enquanto geram gigantescos lucros dos mercadores dos planos de saúde, hospitais e empresas. É preciso lutar pelo fim da política de destruição da saúde pública pelos mercadores da doença e seus governos.

- Mais verbas para a saúde pública. Não pode haver limite nos gastos para salvar a vida do povo;
- Plano de emergência para construção de hospitais e postos de saúde em todo o País;
- Volta do programa Mais Médicos e validação imediata de todos os diplomas de médicos brasileiros e estrangeiros residentes no País;
- Abertura imediata de centenas de cursos de medicina, enfermagem etc. com livre acesso (sem vestibular!) nas universidades públicas, para suprir a falta de profissionais;
- Piso salarial de R$8 mil para os profissionais da saúde.

2.10 Abaixo a repressão: liberdade de expressão e direito de autodefesa

É preciso acabar com a cassação dos direitos democráticos de todo o povo, com a verdadeira ditadura que é o controle dos meios de comunicação por meia dúzia de famílias e com o massacre do povo negro, dos jovens e trabalhadores, com as mais de seis mil mortes por ano provocadas pela polícia em todo o País, em uma verdadeira guerra contra o povo pobre.

- Dissolução da polícia militar e de todo o aparato repressivo;
- Direito de autodefesa dos trabalhadores da cidade e do campo;
- Formar comitês de autodefesa dos trabalhadores da cidade, do campo e das comunidades de índios;

- Acabar com a ditadura do "PIG" ("Partido da Imprensa Golpista"): cancelamento da concessão da Rede Globo (e dos demais grandes meios de comunicação) por crimes contra o País. Estatização das empresas, sob o controle dos trabalhadores;
- Fim de todo tipo de censura, liberdade irrestrita de expressão, na imprensa, na Internet, nas ruas etc. Abaixo a "Lei Felca";
- Quebra do monopólio na Internet pelas grandes empresas privadas de telecomunicações. Internet gratuita para toda a população;
- Liberdade irrestrita de expressão; abaixo a censura.

2.11 Fim da ditadura dos bancos e da expropriação do povo

O Brasil tem os maiores juros reais do mundo. Os bancos roubam todos os dias o povo e ficam com quase 50% dos recursos arrecadados em impostos, que fazem falta para a saúde, educação, moradia etc. Culpa da fraudulenta dívida pública, que já foi paga várias vezes.

- Imediata redução das taxas de juros;
- Estatização do sistema financeiro; banco estatal único sob o controle dos trabalhadores;
- Fim da "independência" do Banco Central;
- Cancelamento das dívidas externa e interna com os bancos e grandes credores;
- Fim dos impostos sobre o consumo e os salários. Imposto somente sobre os ganhos dos capitalistas e grandes fortunas.

2.12 Abaixo a ditadura do judiciário e fim do regime antidemocrático

Vivemos em uma ditadura. O povo, acuado sob a ameaça da violência policial e empresarial, não tem mais direito a se expressar nem a lutar por seus interesses.

- Direito irrestrito de greve, contra todo tipo de intervenção do Estado nos sindicatos;
- Liberdade total de organização política e partidária. Partidos sob o exclusivo controle dos seus filiados; cancelamento das leis restritivas ("ficha limpa", "cláusula de barreira" etc.);
- Acabar com a ditadura do Judiciário, que atua acima dos demais poderes e pisoteia a vontade popular e a Constituição;

- Fim do Supremo Tribunal Federal (STF); eleição de todos os juízes e procuradores pelo voto popular e com mandatos revogáveis.

2.13 Fora o imperialismo da Amazônia e da América Latina

A ingerência estrangeira na Amazônia deve ser veementemente combatida; é preciso que o próprio País defenda o seu território e o desenvolva.

- Não à internacionalização da Amazônia e a toda a política de ingerência do imperialismo na região;
- Defesa da soberania e da unidade nacional, com o controle das organizações populares e dos índios sobre as riquezas do território amazônico e da sua exploração em benefício do povo;
- Em defesa de Cuba, Nicarágua e Venezuela. Todo apoio à luta do povo boliviano contra o regime ditatorial. Abaixo a ingerência dos EUA e da OEA; fora o imperialismo da América Latina.

2.14 Em defesa do futebol, do carnaval e de todas as manifestações da cultura popular

Para a burguesia e a direita e seus partidos, o povo não tem direito à festa, não tem direito à confraternização. Só ao trabalho e à opressão pela corja capitalista.

- Contra a política da direita de atacar sistematicamente todas as manifestações culturais do povo, como o carnaval, o samba e o futebol, garantir os recursos públicos necessários para o acesso à cultura e ao esporte, pondo fim aos monopólios do setor;
- Fim da perseguição às torcidas organizadas. Controle dos clubes pelos torcedores e pelos trabalhadores do setor;
- Pesados investimentos na cultura popular, patrocínio público das festas populares, sob o controle das organizações populares e dos trabalhadores do setor.

2.15 Abaixo a política de conciliação: por um governo dos trabalhadores

A crise capitalista avança e a burguesia prepara uma ofensiva ainda mais dura contra o povo depois das eleições. No futuro governo, seja qual for o eleito, virão pesados ataques contra a maioria da população. É preciso preparar a mobilização popular, o enfrentamento e a derrota dessa ofensiva.

- Nenhum apoio aos golpistas e neoliberais. Abaixo a política de conciliação. Ruptura da aliança com os partidos golpistas e inimigos das reivindicações dos trabalhadores;
- Defender os povos que se levantam em todo o mundo contra o imperialismo, de armas nas mãos e pelos meios que sejam necessários, como a Palestina, o Irã e a Rússia;
- Por um governo das organizações operárias e camponesas, sem patrões e sem golpistas.